



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA
DO PORTO

Bernardino da Conceição Duarte Gonçalves

Mosteiro de S. Salvador de Paço de Sousa

Contributo para a sua reabilitação arquitetónica

Universidade Lusófona do Porto

Faculdade de Arquitetura

Porto
2012



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA
DO PORTO

Bernardino da Conceição Duarte Gonçalves

Mosteiro de S. Salvador de Paço de Sousa

Uma proposta de reconversão arquitetónica

Dissertação apresentada na Universidade Lusófona do
Porto para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura

Orientador:

Prof.ª Doutora Arquiteta Lígia Paula Simões Esteves Nunes Pereira da Silva

Coorientador:

Prof.º Arquiteto João Carlos M. Lopes dos Santos

Universidade Lusófona do Porto
Faculdade de Arquitetura

Porto
2012

À minha família!

Agradecimentos

Aos meus orientadores, Professora Doutora Arquiteta Lúgia Nunes e Arquiteto João Santos, pelo apoio e motivação transmitida.

A todos os professores e colegas de curso, uns pelo método e conhecimento transmitido, outros pelo companheirismo e amizade, especialmente ao Fernando Madureira, amigo presente.

À Casa do Gaiato na pessoa do Padre Júlio e, particularmente, ao Padre Manuel Mendes.

À minha esposa Fátima Rocha pela ajuda, compreensão e motivação ao longo destes anos, verdadeira âncora.

Resumo

Este trabalho pretende contribuir para a reabilitação do Mosteiro de S. Salvador de Paço de Sousa assente na interpretação espacial do complexo monástico desde a fundação à extinção da comunidade religiosa, com particular nota para a intervenção efetuada pela DGEMN - Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, no segundo quartel do século XX. Procura trazer pela primeira vez à luz uma representação dos seus espaços, usos e funções ao longo do tempo com recurso a desenhos, esquemas e imagens para permitir a apreensão do conjunto em determinadas fases da história e por consequência fundamentar uma eventual intervenção. O estudo fundamenta-se na recolhe de dados escritos que permitam aferir a vivência dos espaços, sua simbologia e utilidade, nomeadamente através de referências históricas e de caráter simbólico e documentação gráfica que permita avaliar e comparar o assunto de estudo com outros exemplos e situações análogas. O cruzamento de dados analisados resulta na sua simbolização gráfica, de forma a veicular o entendimento espacial e simbólico, que remete o real conhecimento da arquitetura do Mosteiro de S. Salvador de Paço de Sousa e, por comparação, viabiliza um ponto de partida para futuras intervenções, seja deste mosteiro, seja de edifícios de características semelhantes.

Abstract

This work aims to contribute to the rehabilitation of the Saint Salvador Monastery in Paço de Sousa through a spatial interpretation of the complex since its foundation until the extinction of the religious community with special reference to the intervention carried by the DGEMN, the Portuguese National Board of Buildings and Monuments, in the second quarter of the XX century. In order to provide a holistic perspective and latter to substantiate an eventual intervention, a representation of its spaces, uses and functions throughout time was conducted with resource to drawings schemes and pictures. This study was sourced by data compilation, namely historical and symbolical references and other graphical documentation that enabled an assessment and a comparative analysis with other examples and analogues resulting in a spatial and symbolical illustration, that latter conducted to a true understanding of the Architecture of the Saint Salvador Monastery in Paço de Sousa. Comparatively this study is a starting point for future interventions, whether of this Monastery or of buildings of similar characteristics.

Índice

Agradecimentos	4
Resumo.....	5
Índice.....	7
Índice de figuras.....	8
Siglas	12
Abreviaturas	13
Símbolos	14
Capítulo I	
Introdução.....	16
Estado da arte	18
Objetivos	21
Metodologia	22
Estrutura do trabalho	24
Capítulo II	
Vida Monástica	26
A Regra de S. Bento	27
A Ordem Beneditina em Portugal	28
Extinção das Ordens Religiosas em Portugal	32
Capítulo III	
Contextualização da história do Mosteiro de S. Salvador de Paço de Sousa	34
A génese espacial dos mosteiros Beneditinos	35
Contexto histórico da fundação do mosteiro de Paço de Sousa	42
Capítulo IV	
Enquadramento espacial e evolutivo do Mosteiro de S. Salvador de Paço de Sousa	44
A evolução espacial.....	45
A intervenção da DGEMN	87
Análise espacial	94
Síntese	107
Capítulo V	
Considerações para a reabilitação do Mosteiro de S. Salvador de Paço de Sousa	110
Enquadramento geográfico	111
Orientações Internacionais.....	115
Capítulo VI	
Contribuições para a reabilitação do Mosteiro de S. Salvador de Paço de Sousa	119
Conceitos base	120
Proposta	123
Conclusão	130
Referências.....	133
Bibliografia	134
Documentos institucionais	138

Índice de figuras

fig. 1 – Localização dos mosteiros da congregação Beneditina adaptado pelo autor Fonte: IGE - Instituto Geográfico do Exército.....	30
fig. 2 - Esboço tridimensional da planta do mosteiro ideal fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Plan_of_Saint_Gall , em 31-07-2012.....	35
Fig. 3 – Extrato da planta de Saint Gallen do séc. IX fonte: http://www.cosmovisions.com/monuSaintGall.htm , em 31-07-2012	36
fig. 4 - Modelo tipificado dos mosteiros beneditinos fonte: http://www.aedificium.org/MonasticLife/GeneralAspects.html , em 31-07-2012	36
fig. 5 – Mosteiro de São Salvador de Paço de Sousa estado atual adaptado pelo autor a partir da Carta Militar de Portugal, edição 3 – IGE – 1998.....	37
fig. 6- Mosteiro de São Miguel de Refojos de Basto estado atual adaptado pelo autor a partir da Carta Militar de Portugal, edição 3 – IGE – 1998.....	37
fig. 7 – Mosteiro de São João de Alpendurada situação atual adaptado pelo autor a partir da Carta Militar de Portugal, edição 3 – IGE – 1998.....	38
fig. 8 - Mosteiro de São Martinho do Couto de Cucujães situação atual adaptado pelo autor a partir da Carta Militar de Portugal, edição 3 – IGE – 1998.	38
fig. 9 –Aqueduto do Mosteiro de S. Miguel de Bustelo fonte: desenho do autor	39
fig. 10 - Aqueduto do Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro fonte: desenho do autor	39
fig. 11 - Aqueduto do Mosteiro de Santo André de Rendufe fonte: desenho do autor.....	39
fig. 12 - Esquema da matriz de distribuição funcional monástica sobre o Mosteiro de paço de Sousa desenho do autor	40
fig. 13 - Orientação da igreja monástica relativamente à rosa dos ventos desenho do autor.....	41
fig. 14 - Villa Romana de Cucufate adaptado pelo autor a partir da proposta de G. Charpintier fonte: www.portugal romano.com , em 03-08-2012.....	46
fig. 15 – Villa Lusitano-Romano Torre de Palma adaptado pelo autor a partir do SIPA, 1977 fonte: IHRU	46
fig. 16 – Villa Romana de Milreu adaptado pelo autor a partir do SIPA, 1977 fonte: IHRU	46
fig. 17 - Templo da villa romana do Prazo Adaptado pelo autor a partir do Google Earth.....	46
fig. 18 – Localização das igrejas objeto de comparação fonte: www.googleearth.com	48
fig. 19 - Planta da igreja de San Pedro de la Nave séc. VIII fonte: www.spinsharts.com , em 02-08-2012.....	49
fig. 20 - Planta da igreja de Santa Comba de Bande séc. VIII fonte: www.spinsharts.com , em 02-08-2012	49
fig. 21 – Planta da igreja de Lourosa da Serra séc.X DGEMN fonte: IHRU	49
fig. 22 – Planta da igreja de Caprasio séc. XI fonte: www.arquivoltas.com	50
fig. 23 – Planta da igreja dos Santos Juan y Pablo séc. X / XI fonte: www.arquivoltas.com	50
fig. 24 – Plantas da igreja de San Aventín séc. X / XI fonte: www.arquivoltas.com	50
fig. 25 - Planta conjetural da igreja primitiva séc. X desenho do autor.....	51
fig. 26 - Implantação do cenóbio e igreja primitivos desenho do autor adaptado do levantamento aerofotogramétrico do Concelho de Penafiel, folha 123.2.4, de 1993.....	52

fig. 27 - Representação volumétrica conjetural entre igreja primitiva e igreja românica desenho do autor	53
fig. 28 - Representação volumétrica conjetural entre as igrejas e a villa romana desenho do autor	53
fig. 29 - Fases da construção da igreja monástica desenho do autor	55
fig. 30 - Comparação das implantações das igrejas primitiva e monástica desenho do autor	56
fig. 31- Implantação da igreja de Santa Maria do Corporal desenho do autor	57
fig. 32 – Relação planimétrica da Capela do Corporal com outras igrejas fonte www.arquivoltas.com	57
fig. 33 – Comparação da Capela de Santa Maria do Corporal com as igrejas primitiva e monástica desenho do autor	58
fig. 34 –Implantação da torre/dormitório dos monges e paço de Egas Moniz desenho do autor.....	59
fig. 35 – Representação volumétrica da Torre e do Paço de Egas Moniz desenho de autor.....	59
fig. 36 - Torre da Honra de Barbosa séc. XI DGEMN, 1975 fonte: IHRU	60
fig. 37 - Torre de Alcofra séc. XII DGEMN fonte: IHRU.....	60
fig. 38 - Paço de Giela DGEMN séc. XIV fonte: IHRU	60
fig. 39 - Planta geral do mosteiro na época medieval – séc XII adaptado pelo autor a partir do levantamento aerofotogramétrico do Concelho de Penafiel, 1993 fonte: CMP.....	61
fig. 40- Volumetria conjetural do mosteiro no século XVI desenho do autor.....	62
fig. 41 – Configuração da planta da igreja do Mosteiro de S. Salvador de Paço de Sousa até finais do século XVI adaptado pelo autor dos desenho do IGESPAR	63
fig. 42 - Planta da igreja do Mosteiro de Travanca estado atual DGEMN fonte: IHRU	63
fig. 43 - Planta da Igreja de S. Pedro de Rates depois de reintegrada no estilo original pela DGEMN fonte: IHRU.....	63
fig. 44 - Relação dos edifício demolidos nos finais do século XVI desenho do autor	64
fig. 45 - Imagem da Torre Sineira enquadrada no conjunto monástico foto de Marques Abreu antes do incêndio de 1927 fonte: http://koolkase.blogspot.pt	65
fig. 46 - Volumetria do mosteiro em meados do séc. XVII perspectiva de Noroeste desenho do autor	66
fig. 47 - Volumetria do mosteiro em meados do séc. XVII perspectiva de Sudeste desenho do autor	66
fig. 48 - Planta do piso 0 em meados do séc. XVII adaptado pelo autor a partir de peças desenhadas do IGESPAR	67
fig. 49 - Planta do piso 1 em meados do Séc. XVII adaptado pelo autor a partir de peças desenhadas do IGESPAR	68
fig. 50 – Perspetiva do Mosteiro com o acrescento da ala Poente vista de Noroeste desenho do autor	69
fig. 51 - Perspetiva do Mosteiro de Paço de Sousa com a capela-mor retangular vista de Poente desenho do autor	70
fig. 52 - Planta do piso 0 ampliação da ala do dormitório e capela-mor adaptado pelo autor a partir de peças desenhadas do IGESPAR	71
fig. 53 - Planta do piso 1 ampliação da ala do dormitório e capela-mor adaptado pelo autor a partir de peças desenhadas do IGESPAR	71

fig. 54 - Perspetiva da localização da circulação no piso térreo desenho do autor	72
fig. 55 - Perspetiva da localização da circulação no piso 1 desenho do autor	73
fig. 56 – Perspetiva da localização das Escadarias Regrais desenho do autor	73
fig. 57 - Perspetiva da localização da Portaria Comum desenho do autor	74
fig. 58 - Perspetiva da localização do Salão desenho do autor	74
fig. 59 - Perspetiva da localização das Celas dos Prelados desenho do autor	75
fig. 60 - Perspetiva da localização da Sala de Visitas desenho do autor	75
fig. 61 - Perspetiva da localização da Hospedaria desenho do autor	76
fig. 62 - Perspetiva da localização da Adega desenho do autor	76
fig. 63 - Perspetiva da localização da Sacristia desenho do autor	77
fig. 64 - Perspetiva da localização da Casa do Lavatório desenho do autor	77
fig. 65 - Perspetiva da localização da Sala do Capítulo desenho do autor	78
fig. 66 - Perspetiva da localização do Hospício desenho do autor	78
fig. 67 - Perspetiva da localização da Cozinha desenho do autor	79
fig. 68 - Perspetiva da localização do Refeitório desenho do autor	79
fig. 69 - Perspetiva da localização da Livraria desenho do autor	80
fig. 70 - Perspetiva da localização do Dormitório desenho do autor	81
fig. 71 - Perspetiva da localização do Palheiro e Estábulo desenho do autor	82
fig. 72 - planta geral do mosteiro antes da intervenção da DGEMN década de 20 do séc. XX adaptado pelo autor do levantamento aerofotogramétrico do Concelho de Penafiel, 1993 fonte: CMP	84
fig. 73 –Planta de distribuição funcional do piso 0 do mosteiro década de 20 do séc. XX adaptado pelo autor a partir de peças desenhadas do IGESPAR	85
fig. 74 –Planta de distribuição funcional do piso 1 do mosteiro década de 20 do século XX adaptado pelo autor a partir de peças desenhadas do IGESPAR	86
Fig. 75 – Inicio demolição Torre Sineira DGEMN – 1927 fonte: IHRU	87
fig. 76 - Obras vistas do terreiro, demolição da Torre Sineira e ala conventual Poente DGEMN fonte: IHRU	88
fig. 77 - Derrube da galeria entre a igreja e claustro DGEMN fonte: IHRU	88
fig. 78 - Porta lateral Sul da igreja em processo de desentapamento DGEMN fonte: IHRU	89
fig. 79 - Porta Sul da igreja depois de reintegrada DGEMN fonte: IHRU	89
fig. 80 - Vista panorâmica do Poente sobre o mosteiro antes do incêndio de 1927 e antes da intervenção de restauro DGEMN fonte: IHRU	90
fig. 81 - Vista panorâmica de Poente sobre o mosteiro depois das obras de restauro DGEMN fonte: IHRU	90
fig. 82 –Vista Norte do mosteiro antes do incêndio e das obras de restauro DGEMN fonte: IHRU ..	91
fig. 83 –Vista Norte do mosteiro depois das obras de restauro DGEMN fonte: IHRU	91
fig. 84 - Fachada frontal da igreja - rosácea e portal axial antes das obras de restauração DGEMN fonte: IHRU	92

fig. 85 - Fachada principal da igreja - rosácea e portal axial depois das obras de restauração DGEMN fonte: IHRU	92
fig. 86 – Planta de enquadramento da análise espacial estado atual adaptado pelo autor a partir da Carta Militar de Portugal, edição 3 – IGE – 1998	95
fig. 87 – Planta de análise da implantação das construções da Torre e Paço de Egas Moniz séc. XI desenho do autor	96
fig. 88 - Planta de análise da implantação da construção da igreja românica séc. XII desenho do autor	96
fig. 89 - Planta de análise da implantação da reedificação do mosteiro séc. XVII desenho do autor	97
fig. 90 - Planta de análise da distribuição funcional do piso térreo séc. XVII desenho do autor ...	98
fig. 91 - Planta de análise da distribuição funcional do piso 1 séc. XVII desenho do autor	99
fig. 92 - Planta geral do mosteiro década de 40 do séc. XX adaptado pelo autor a partir do levantamento aerofotogramétrico do Concelho de Penafiel, 1993 fonte: CMP	101
fig. 93 - Planta do piso térreo do mosteiro depois da intervenção da DGEMN década de 40 do séc. XX adaptado pelo autor a partir de peças desenhadas do IGESPAR	102
fig. 94 - Planta do piso 1 do mosteiro depois da intervenção da DGEMN década de 40 do séc. XX adaptado pelo autor a partir de peças desenhadas do IGESPAR	103
fig. 95 - Cortes da igreja depois da intervenção da DGEMN década 40 séc. XX fonte: IGESPAR	104
fig. 96 – Alçados da igreja depois da intervenção da DGEMN década de 40 do séc. XX fonte: IGESPAR	105
fig. 97 – cortes do mosteiro depois da intervenção da DGEMN década de 40 do séc. XX fonte: IGESPAR	106
fig. 98 – Síntese da evolução do mosteiro desde a fundação até ao século XVII desenho do autor	108
fig. 99 – síntese da evolução do mosteiro desde o século XVIII até meados do século XX desenho do autor	109
Fig. 100 - Enquadramento territorial Adaptado pelo autor da Carta Educativa do Concelho de Penafiel	111
Fig. 101 - Mapa de localização do património românico no Vale do Sousa fonte: Rota do Românico	112
fig. 102 - Enquadramento viário fonte: Extrato do Plano Diretor Municipal de Penafiel – enquadramento viário	113
fig. 103 - Vista aérea do mosteiro fonte: Google Earth	114
fig. 104 – Organograma da proposta de reabilitação arquitetónica elaborado pelo autor	125
fig. 105 – Perspetiva da localização das áreas técnicas e de serviços desenho do autor	126
fig. 106 – Planta do piso térreo com distribuição funcional da proposta desenho do autor	127
fig. 107 - Planta do piso 1 com distribuição funcional da proposta desenho do autor	128

Siglas

CMP – Câmara Municipal de Penafiel

DGEMN – Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

FAUP – Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto

FLUP – Faculdade de Letras da Universidade do Porto

IGE – Instituto Geográfico do Exército

IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e arqueológico

IHRU – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana

PDM .- Plano Diretor Municipal

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico

TFM – Trabalho Final de Mestrado

Abreviaturas

D. – Dom

Fig. – Figura

Fr. – Frei

p. - Página

p.p – Páginas

Pe. – Padre

Qd. – Quadro

S. – São

St.º - Santo

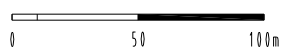
Stª. – Santa

Vol. – Volume

Símbolos



- Indicação do ponto cardinal Norte



- Escala gráfica

Capítulo I

Introdução

A presente dissertação é apresentada no âmbito do mestrado integrado em arquitetura da Universidade Lusófona do Porto e pretende constituir um contributo para a compreensão do espaço do Mosteiro de S. Salvador de Paço de Sousa e demonstrar a adaptabilidade deste complexo para uma nova função.

O edifício e a comunidade religiosa que o habitou durante séculos estão intrinsecamente ligados à fundação da nacionalidade e, em larga medida, ao modelo da sociedade em que vivemos. É património histórico que se pretende analisar através de uma nova abordagem. Perceber a evolução histórica do edifício será fundamental na preservação dessa memória porque, quando se considera que parte da história se encontra gravada nas pedras deste mosteiro, a perceção e conhecimento dessa existência será o testemunho desse passado.

Nesse contexto, a disciplina da arquitetura será um instrumento fundamental para atingir esse fim através da elaboração de documentação gráfica com base nas descrições históricas, tanto quanto possível, desde a sua fundação até meados do século XX.

As investigações e literatura dedicada a este mosteiro têm sido no âmbito da história da arte com enfoque para o edifício da igreja e as escassas descrições dos espaços monásticos ficam-se por narrativas fracionadas sem o necessário enquadramento das partes com o conjunto. Logo, reconhece-se uma lacuna no conhecimento do edifício que consiste na sua interpretação com penalização para a indispensável visualização descritiva. Para além da ausência física de partes do conjunto monástico que entretanto foram intencionalmente demolidas ou que o tempo fez desaparecer, acresce a falta de documentação gráfica que permita a desejada compreensão volumétrica e espacial.

No decorrer do processo, registou-se a escassez de informação nomeadamente da época medieval, mais débil e em determinados momentos inexistente relativamente ao edifício monástico, situação que impôs a recolha de informação de casos semelhantes para posteriormente analisar através do método comparativo. Foi um método frequente que se aplicou tanto para as igrejas entretanto demolidas, como para a representação da evolução espacial dos espaços conventuais, inclusive do primeiro edifício que se considera do período romano ou, ainda, do paço e torre medievais que deram lugar à também extinta ala Poente dos dormitórios do mosteiro.

Numa primeira etapa deste trabalho foram recolhidos dados, designadamente escritos, desenhados e fotográficos representativos dos espaços e volumes, quer referentes ao objeto de estudo, quer dos casos análogos para comparação. Seguidamente tratou-se e filtrou-se a informação com posteriores cruzamentos e conclusão de resultados.

Durante o processo pretendeu-se perceber a evolução do conjunto de modo a encontrar a matriz que o identifica. Seguidamente, assente nesse dado se considerou uma aproximação à reconversão arquitetónica.

Estado da arte

Com o liberalismo, Portugal redefine a sua história ao decretar em Maio de 1834 a extinção das Ordens Religiosas. Até então, estas Ordens desempenharam um papel estrutural na formação da nação, desde logo na sua organização territorial. O património que detinham, fossem os bens imóveis ou documentação escrita, foi nacionalizado sendo grande parte vendido a particulares. Desde esse momento até à perceção das consequências de tal ato, os edifícios degradaram-se, manuscritos desapareceram e esvaneceram-se memórias. Gradualmente nasce uma nova consciência para o verdadeiro valor destes edifícios e do seu contributo na identificação e caracterização nacional, muito graças ao espírito crítico de Alexandre Herculano e tantos outros do seu tempo, empreendendo-se a partir dali esforços em pesquisas e interpretações bibliográfica, prospeções arqueológicas e análises dos objetos arquitetónicos, quer individualmente, como foi o caso de Alexandre Herculano, Manuel Mendes, Vilhena Barbosa, Ramalho Ortigão, etc., quer através de associações culturais que, em conjunto, acutilaram com as suas obras e atitudes os órgãos de poder, levando-os, por vezes, a intervir (AAVV, 1993, p. 85).

As referências ao mosteiro de S. Salvador de Paço de Sousa são na sua grande maioria de carácter histórico ou de análise de arte, concentrando-se na igreja, pouco referenciado relativamente à conceção espacial do conjunto monástico. Há vários documentos que procuram contribuir para o esclarecimento da sua origem e história, verificando-se que o trabalho realizado pelo cartorário-mor da congregação beneditina, Frei António de Assunção Meireles, na obra então publicada em 1799, intitulada *memórias do Mosteiro de Paço de Sousa & index dos documentos do arquivo*, que se encontra frequentemente referenciado, será o primeiro ensaio da discrição histórica deste mosteiro.

A disciplina da História da Arte, que incide particularmente no estudo do românico, publicou pela mão de historiador Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1978) informações relativas ao Mosteiro de S. Salvador de Paço de Sousa na sua datação e análise estilística. Também o trabalho que Manuel Monteiro (1945) dedica à investigação do monumento se volta para o estudo da arte, com incidência exclusiva na análise da igreja, cujo estilo atribui de *românico nacionalizado*. De igual modo se voltam as atenções para o espaço religioso quer na componente histórica (Sousa J. J., 1981), matéria frequentemente reescrita (Miranda, 1940), quer na arte que o edifício representa, (Rosas, 1995). Sendo o românico o alvo (Botelho, 2010). É através da igreja que o mosteiro se anuncia, seja nos já referidos trabalhos de investigação individuais, seja pela via institucional, com a Rota do Românico (Machado, 2008).

Por outro lado, a fragmentação da documentação primária referente à história do mosteiro por diversos locais, desde o Arquivo Distrital do Porto, Braga e Torre do Tombo, à base de dados do IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico e do IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, acarreta constrangimentos de acesso pela dispersão da informação. O seu conteúdo, também maioritariamente de teor histórico e de arte, igualmente centrada nas igrejas, quando acompanhados de elementos desenhados expressam ausências ou escassas referências dos espaços monásticos.

O mesmo comportamento é verificado em temas relacionados com os aspetos de ordem religiosa, designadamente a obra o Monaquismo Ibérico e Cluny (Mattoso, 2002), ou a literatura dirigida à Ordem Beneditina (Dias, 2002), que apesar de contribuírem para o conhecimento desta comunidade e do modo de vida monástico não esclarecem as questões de fruição espacial. Nota-se em todas as obras uma atenção voltada para os assuntos de caráter religioso, dedicados às áreas sagradas, com ausência de referências dos espaços reservados à vida quotidiana dos monges. Nesta matéria será exceção a investigação realizada no Mosteiro de Pombeiro (Lencastre, 1997) quando se disserta sobre a vida interna dessa comunidade beneditina. Embora se restrinja temporalmente aos acontecimentos do século XIII e ao universo espacial do Mosteiro do Pombeiro, contemporâneo e conterrâneo do Mosteiro de S. Salvador de Paço de Sousa, aponta pistas para o funcionamento e modo de vida de outras comunidades da mesma observância.

A própria intervenção levada a cabo pela DGEMN, após o incêndio a 9 de Março de 1927, quando marcou uma nova etapa na história do mosteiro com uma intervenção concentrada essencialmente no espaço religioso, ao separar a igreja do restante

conjunto na procura da pureza do estilo românico. A publicação que emite no boletim n.º 17 de 1939 é dedicada à Igreja com narrativas de caráter histórico e descrições do estado anterior à intervenção, finalizando com a numeração dos trabalhos realizados. Procede de igual maneira com os boletins e obras que realizou noutros monumentos similares com incidência igualmente nos espaços sagrados - as igrejas. Ainda neste contexto de intervenções refere-se Lúcia Rosas (1995) que investiga obras compreendidas entre 1883 e 1924, bem como Leonor Botelho (2010), na dissertação de doutoramento da *historiografia da arquitetura da época românica em Portugal entre 1870 – 2010* ao abordar os discutíveis restauros empreendidos pela DGEMN sobre o património românico, ou mesmo Maria João Baptista Neto (2001) quando ilustra os restauros em Portugal no período abrangido entre os anos de 1929 a 1960. São trabalhos que quando referem o Mosteiro de Paço de Sousa evidenciam apenas as intervenções no espaço sagrado.

Entretanto, outros trabalhos são executados sobre o monumento, uns de caráter técnico através do estudo da deterioração da pedra na Igreja de Paço de Sousa (Cardoso, 2008), outros na revalidação turística do mosteiro (Fernandes, 2006). No entanto, apesar de se tratar dum trabalho no âmbito da História da Arte, a dissertação da Articulação espacial do Mosteiro de S. Salvador de Paço de Sousa entre os séculos XVII e XIX (Rodrigues I. M., 2006) descreve as obras compreendidas nesses três séculos. Embora se refira aos espaços conventuais, o caráter da disciplina que suporta o trabalho imprime-lhe um formato descritivo.

O levantamento do estado da arte revelou vazios interpretativos no conhecimento do Mosteiro de S. Salvador de Paço de Sousa, nomeadamente na ausência do conhecimento da sua configuração espacial e respetiva evolução, lacuna que o presente trabalho pretende assumir. A informação existente assenta em descrições que documentam a evolução do mosteiro, mas não definem as configurações, proporções e articulações dos espaços edificados que se materializaram ao longo do tempo. A formação académica em arquitetura revelou-se ser uma ferramenta indispensável no tratamento da informação, na leitura e análise de casos semelhantes para a montagem da possível realidade do percurso evolutivo deste espaço monástico.

Objetivos

Como se pode verificar pelo estado da arte, são evidentes as lacunas no conhecimento do Mosteiro de S. Salvador de Paço de Sousa. A informação existente assenta essencialmente sobre uma das partes que o compõem – a igreja e maioritariamente de conteúdo artístico e histórico. Os espaços conventuais ao serem relegados encaminham-nos para um anonimato desses espaços com prejuízo para a verdadeira compreensão do mosteiro. Por outro lado, qualquer intervenção a realizar no edifício implicará uma postura interventiva coerente que preserve o seu significado e memória.

Nesse sentido, entende-se fundamental um trabalho que expresse a história do mosteiro, assim como a sua organização e hierarquia espacial. Com esse propósito este trabalho procura documentar a história evolutiva desde a origem até ao século XX através da representação gráfica e traçar um esquema evolutivo dos espaços que o compunham ao longo do tempo.

Por essa via, será possível atestar a sua adaptabilidade e promover a sua valorização através da definição de uma matriz de distribuição funcional do complexo monástico que permita a possibilidade de reconversão do edifício com a devida preservação da sua memória e coerência espacial inicial.

Para esse efeito, será necessário entender o edifício e, porque houve transformações e reedificações recentes de algumas alas e o desaparecimento doutras, o recurso às fontes de informação será uma das vias para produzir elementos gráficos que sirvam de instrumento de análise. Para além dos documentos históricos de base também os desenhos existentes e as fotografias serão utilizados neste processo.

A produção de novas peças desenhadas e imagens tridimensionais serão um contributo para o conhecimento e compreensão do Mosteiro de S. Salvador de Paço de Sousa, mesmo tendo em consideração que de futuro novos dados possam ser acrescentados ao conhecimento agora produzido.

Metodologia

O contato físico com o edifício nas inúmeras visitas *in loco*, foi fundamental numa prévia análise ao conjunto que outrora pertencera à comunidade beneditina. Como veremos adiante, o que resta deste mosteiro é resultado de recentes intervenções, quer na igreja, pela mão da DGEMN, quer nas dependências monástica que são resultado de sucessivas reedificações. Por essa razão, qualquer tentativa de interpretação nas pedras do mosteiro é apenas parcial. De igual modo se demonstrou pouco segura a recolha de dados provenientes de relatos oriundos de pessoas que tivessem, de alguma maneira, contato com o espaço, atendendo, pois, à distância temporal das primeiras derrocadas das alas conventuais e assim da inexistência de quem as conhecesse intatas.

A referência à vila romana como proveniência do cenóbio possibilitou reunir informações de configuração planimétrica da origem do edificado, ainda que hipotéticas. Do mesmo modo, pela mesma ausência de qualquer referência descritiva da igreja primitiva, se procedeu à recolha de amostras de espaços religiosos semelhantes, comparáveis quer pelo tipo de edifício, função e época construtiva. Esta tarefa foi dupla atendendo à existência de outra igreja no local, embora com função distinta, teria procedência aproximada no tempo. Também os acrescentos que se anexaram, inicialmente de uso particular, como o caso do paço e da Torre, vulgo Torre de Egas Moniz, que em determinado momento da história se agrega ao uso dos religiosos como dormitório, foram extraídas amostras e efetuadas comparações para se concluir características espaciais e volumétricas.

De igual modo se procedeu para a análise das igrejas. A Coexistência em simultâneo da igreja primitiva do século X com as obras que se prolongaram no tempo da igreja românica, mantendo-se a primeira aberta ao culto enquanto decorria a construção da segunda, implicou o cruzamento das amostras obtidas em templos da mesma era de modo a compatibilizar as duas realidades em simultâneo.

Procurou-se organizar o trabalho de acordo com os diversos temas e tendo em atenção a relação cronológica, nomeadamente na evolução espacial do mosteiro e respetivas intervenções que o moldaram.

A recolha de dados implicou pesquisa de documentação que, direta ou indiretamente se relaciona com o objeto de estudo, dispersa em bibliotecas, arquivos municipais e distritais, Institutos públicos e coleções privadas, de que resultaram:

Bases desenhadas:

- Bases cartográficas em formato digital que permitissem relacionarem geograficamente as implantações dos mosteiros e características geomorfológicas;
- Desenhos de plantas de igrejas e mosteiros, elementos de base comparativa;
- Desenhos parciais do edifício com representações de transformação do espaço em época relativamente recente;
- Plantas cortes e alçados parciais do estado atual;

As peças desenhadas foram produzidas em parte sobre elementos provenientes da base de dados do IHRU e IGESPAR.

Fotografias:

- Fotografias do edificado e envolvente próxima com representação das diferentes configurações derivadas das alterações da construção nos últimos tempos;
- Fotografias atuais do interior e exterior;
- Fotografias aéreas atuais para localizar os edifícios.

A maioria das fotografias apresentadas é proveniente do IHRU, embora se recorra também a outras fontes.

Elementos documentais:

- Da Ordem Beneditina no território nacional;
- Da história do edifício;
- De descrições das obras promovidas a partir da época moderna.

Estrutura do trabalho

Na primeira parte pré-textual apresenta-se a introdução com uma contextualização do trabalho. De seguida descreve-se o estado da arte para, através do conhecimento da informação então disponível, se definem os objetivos relativamente ao objeto de estudo. Posteriormente, foi definida uma metodologia de trabalho que permitiu analisar a informação recolhida tendo em vista a sua síntese, para aplicar ao objetivo desejado.

De acordo com a metodologia, o trabalho foi estruturado em cinco capítulos:

Primeiro capítulo - Abordagem à vida monástica e referencia a comunidade religiosa Beneditina através da importância da Regra nos aspetos mais elementares e a nível universal, para depois informar o percurso da Congregação Beneditina Portuguesa que dá corpo a esta comunidade até à extinção das ordens no século XIX. Descreve o cenário após o decreto de expulsão dos religiosos e as consequências patrimoniais desse ato, com breves referências do caso de Paço de Sousa.

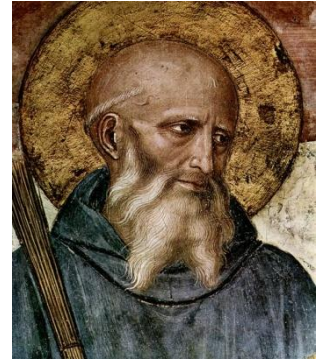
Segundo capítulo – Aproximação às origens dos espaços monásticos e o contributo do plano de Saint Gallen, da alta idade média, única referência da organização espacial daquela época e reconhecida influência que orientou as comunidades de observância Beneditina na edificação dos seus redutos. Apresenta uma breve descrição do percurso histórico do Mosteiro de Paço de Sousa.

Terceiro capítulo - Avança com a evolução espacial assente em informações e amostras que se cruzaram e analisaram para poder compor cenários, embora conjecturais, para de seguida se centrarem nas breves descrições das obras realizadas a partir da época moderna até ao início do séc. XIX, com recurso a grafismo tridimensional e planimétrico. Documenta a intervenção da DGEMN no início do século XX com as transformações estilísticas que a caracterizaram para imediatamente se apresentar elementos desenhados. Encerra o capítulo com a análise espacial do conjunto e os aspetos de relevância.

Quarto capítulo - Enquadra o mosteiro geográfica e estrategicamente numa região com potencial turístico na área do património arquitetónico, com as contribuições necessárias para se desenvolver uma proposta de programa de reconversão arquitetónico.

Quinto capítulo - esboça um conceito base assente nos elementos e considerações expostas nos capítulos anteriores e apresenta uma proposta de programa de reabilitação arquitetónica para o Mosteiro de S. Salvador de Paço de Sousa.

Termina com uma síntese que pretende consubstanciar a conclusão que procura demonstrar a adaptabilidade deste edifício e de outros afins através do seu entendimento/compreensão/conhecimento e justificar a utilidade deste estudo, seja pela informação original que disponibiliza, seja pela sua contribuição para investigações de caráter semelhante.



São Bento de Núrsia.

Detalhe do afresco por

Frade Angélico

Fonte: <http://pt.wikipedia.org>

Capítulo II

Vida Monástica

A Regra de S. Bento

À Regra de S. Bento são atribuídas qualidades que permitiram vingar secularmente a Ordem Beneditina não sendo, por isso, estranho o estatuto que conquistou no seio da igreja católica considerando-a a "regra das regras". Enquanto norma monástica, criou duas formas de observância: a dos Cluniacenses e a dos Cistercienses, monges negros e monges brancos, respetivamente, assim designados pelos hábitos que trajavam. Essencialmente reflete a necessidade de normas no relacionamento de vivência comunitária, pois, para S. Bento, o mosteiro é uma escola onde o monge aprende a servir a Deus, a corrigir os seus defeitos, a trabalhar diariamente para assegurar a exploração de um domínio de que precisa para viver condignamente, a obedecer ao abade (Silva, 1995, p. 25).

O contributo da Regra vai muito para além da função legislativa, porque serviu de guia para aqueles que a adotaram para a "construção de abadias e mosteiros, esses edifícios mais ou menos monumentais, que os monges nos deixaram como testemunho do seu viver e património da arte e beleza com que construíram aquelas casas que, na terra, lhes permitiam sonhar com o céu" (Dias, 2002, p. 12).

A adoção da Regra Beneditina pelas várias comunidades monásticas existentes na alta idade média, a par das que se vão progressivamente fundando já assentes nessa observância, são encaradas como uma verdadeira reforma monástica da época. É exatamente nas regiões entre Douro e Minho que se massifica o monaquismo beneditino.

Nesse tempo o Mosteiro de Paço de Sousa ocupava uma posição de prestígio. Foram tempos pródigos que permitiram ao mosteiro enriquecer e redobrar a quantidade de propriedades com múltiplas doações. Contudo, tal abundância material esmoreceu profundamente os princípios e moral dos monges que, apesar de beneditinos, perderam a sua identidade num profundo relaxamento monástico (Dias, 1993, p. 99).

Foi a partir de Paço de Sousa que a reforma beneditina deu os primeiros sinais através de D. João Alvares quando toma posse como abade comendatário em meados do século XV (Sousa J. J., 1981, p. 21) e se despoleta o processo de constituição da Congregação Beneditina Portuguesa.

A Ordem Beneditina em Portugal

A formação da Congregação Beneditina Portuguesa, que se manteve até à extinção das Ordens Religiosas, possui antecedentes históricos que nos remetem para períodos anteriores à própria criação da nacionalidade. Há registos da Regra de S. Bento, se não antes, seguramente no século X. O monaquismo autóctone terá sido influenciado quando posto na presença de um novo estilo de vida religiosa, provavelmente na viragem do século XI (Mattoso, 2002, p. 88). Certeza, porém, é a adoção de grande parte dos mosteiros das dioceses de Braga e Porto da observância proveniente de Cluny em 1080 e 1115-1120, embora em Paço de Sousa haja citações da Regra de S. Bento em 1087 e o título de Prior, designação da hierarquia religiosa Cluniacense, apareça referenciada no ano de 1104 (Dias, 2000, p. 202).

A camada mais importante da nobreza da época, com o intuito de aproximação à corte, viu no patrono religioso o meio para atingir esse fim, atitude que certamente terá contribuído em grande medida para o sucesso alcançado pelos beneditinos Cluniacenses no interior dessas dioceses, embora se reconheça que o prestígio das instituições francesas não deverá ser igualmente alheio ao êxito neste território. Refere-se a família Ribadouro, do rol dos Maia, Baião e Sousa, precisamente ligada ao mosteiro de Paço de Sousa, que nesse propósito de protagonismo e ascensão detém a governação do território da Anégia.

A Regra Beneditina que é adotada pelas várias comunidades monásticas existentes, a par das que se vão progressivamente fundando assentes nessa observância, são encaradas como uma verdadeira reforma monástica. O prestígio foi tal que atraiu numerosas doações contribuindo para um grande domínio monástico. É exatamente nas regiões entre Douro e Minho que se massifica o monaquismo beneditino (Dias, 2000, p. 202).

Nos fins da Idade Média, justamente com a viragem da governação de prelados perpétuos para a governação dos abades comendatários, sofre um profundo revés,

situação, aliás, análoga à crise dos costumes e das instituições que assolou igualmente a Europa. A nova administração de contornos e métodos completamente distintos dos anteriores, agora mais como administradores senhoriais de grandes domínios, frequentemente ausentes e alheios à comunidade, com o seu exemplo afetam a moral dos monges que, por sua vez, se sentem legitimados na preocupação crescente em arrecadar os benefícios das ovelhas do que com a observância e o rigor da vida comunitária (Dias, 2000, p. 203). A relação destes abades com as instituições nunca foi bem vista pelos monges que os consideravam intrusos e depredadores dos bens dos conventos, apelidando-os de “praga” e “flagelo” (Dias, 1993, p. 101). No embrulho dos governos de comenda os mosteiros caem num profundo relaxamento e declínio.

Contudo, nem todos os abades comendatários seriam nefastos, havendo raríssimas exceções que se mobilizaram na defesa e reposição dos valores morais e patrimoniais das comunidades. Evidencia-se D. João Alvares que conduz o movimento de renovação a partir do mosteiro de Paço de Sousa, do qual foi abade comendatário com posse de funções em 1461, a quem o bispo do Porto, D. Luís Pires, nomeia visitador dos mosteiros beneditinos do seu bispado (Sousa J. J., 1981, p. 21).

É, porém, em Santo Tirso que a verdadeira reforma beneditina ganha corpo, concluindo aqueles monges que o processo passaria pela centralização dos mosteiros, até aí autónomos, e pela constituição de uma congregação beneditina portuguesa (Dias, 1993, p. 110). As démarches culminam com o despacho do Papa Pio V da bula *In eminenti*, de 30 de Abril de 1566, a integrar os mosteiros beneditinos numa congregação de que Tibães seria cabeça. O governo abacial, que até aqui era vitalício, foi reduzido para trienal (bulas *regimini Universalis Ecclesiae*, de 13 de Agosto de 1567 e *Ex injuncto nobis desuper*, de 26 de Outubro de 1567. Ficava então instituída a Congregação dos Monges Negros de S. Bento, que se haviam de reger por constituições de 1590 e 1629 (Dias, 2000, p. 206).

Os mosteiros que fizeram parte da congregação eram: São Martinho de Tibães; São Bento da Saúde, em Lisboa; Colégio de São Bento de Coimbra; São Bento da Vitória no Porto; Santo Tirso de Riba D'Ave; Santa Maria de Pombeiro; São Miguel de Refojos de Basto; Santo André de Rendufe; São Salvador de Travanca; São Salvador de Paço de Sousa; São Bento de Santarém; Colégio de Nossa Senhora da Estrela em Lisboa; São João de Pendorada (Alpendurada); São Romão do Neiva; São Salvador de Ganfei; São Miguel de Bustelo; Santa Maria do Carvoeiro; São Salvador de Palme; São João de Arnoia; São Martinho do Couto de Cucujães; Santa Maria de Miranda; São João de Cabanas, e duas casas menores: Procuradoria de Braga e São João da Foz do Douro (Sousa D. G., 1981, p. 319).

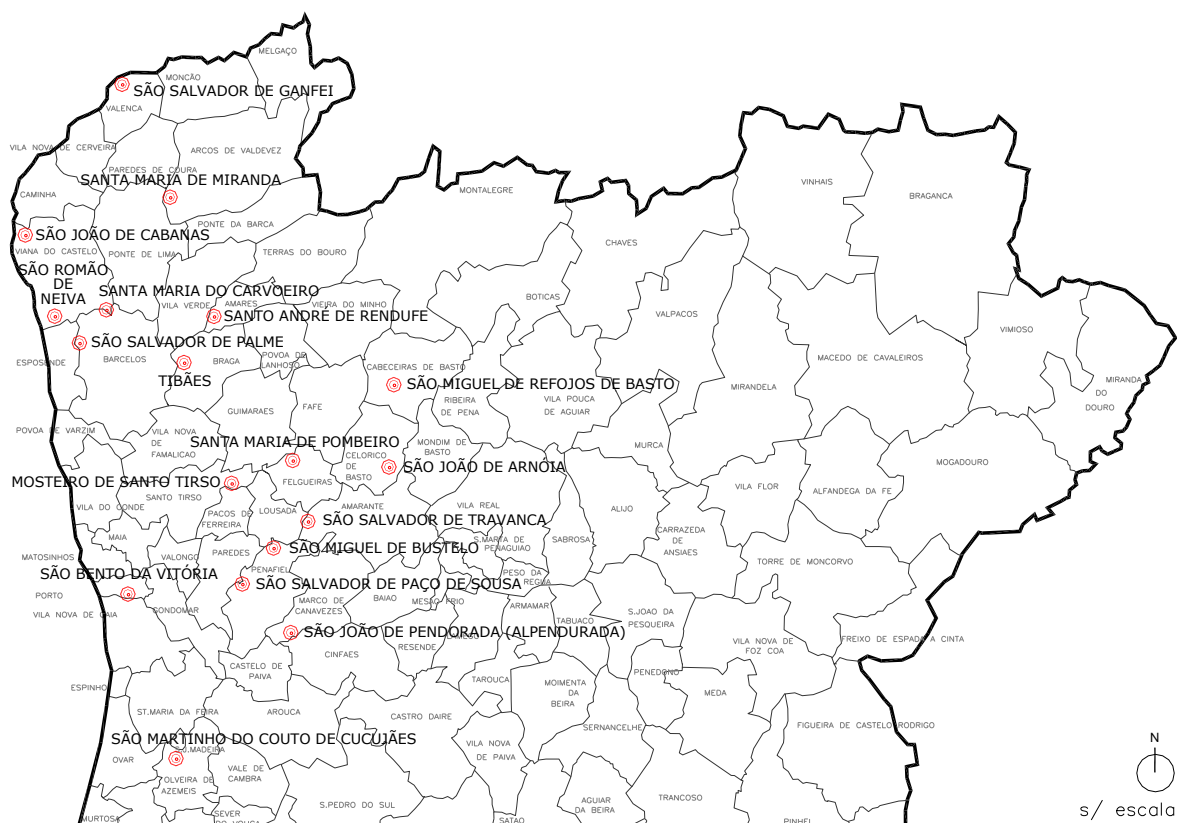


fig. 1 – Localização dos mosteiros da congregação Beneditina | adaptado pelo autor | Fonte: IGE - Instituto Geográfico do Exército

A partir de 1569, após a constituição da Congregação dos Monges Negros de S. Bento do Reino de Portugal, quando foi reorganizada a vida monástica, os monges regiam o seu ritmo de vida de acordo com as sete horas do Ofício Divino: Matinas-Laudes, Prima, Tércia, Sexta Noa, Vésperas e Completas. O dia de um monge começa de noite com as Matinas ou Vigílias. Depois de um tempo de meditação, seguem-se as Laudes e a Prima, que corresponde ao primeiro Ofício do dia. À saída da Prima, os monges dirigem-se à sala do capítulo onde ouvem a leitura de um capítulo da Regra Beneditina acompanhada do comentário do abade. As horas destinadas aos trabalhos manuais ou intelectuais precedem o ofício da Tércia e o momento central do dia, a missa, seguida do almoço. O meio do dia é marcado pelos ofícios da Sexta e da Noa. Após a sesta, que tem a duração de cerca de uma hora, o monge volta ao trabalho até à noite. Já de noite, o sino toca para o ofício das Vésperas e com este ocorre o término do trabalho do dia. Segue-se o jantar e depois deste, o último ofício, as Completas. Por volta das dezoito horas, os monges recolhem ao dormitório (Vieira).

Desde finais do século XVI até ao início do século XIX a congregação arrecadou riqueza, sendo prova disso as grandes obras efetuadas nos mosteiros (Oliveira P. J., 2005).

Contudo, no percurso de existência houve dificuldades por que passaram quer resultante de divergências internas, derivada da hegemonia dos monges do Norte (1664, 1707-1713, 1744) ou de grupos de pressão nas eleições dos capítulos gerais, quer agravada pelos conflitos de interesse no seu próprio seio, passando pelas consequências do iluminismo e do liberalismo, não esquecendo, ainda, a calamidade das invasões francesas (Dias, 2000, p. 208)

O verdadeiro golpe foi dado através do decreto de 28-30 de Maio de 1834, assinada por Pedro IV de Portugal, ao determinava a extinção das ordens religiosas e a venda dos seus bens em hasta pública.

Entretanto, o espírito Beneditino restaura-se com Frei João de Santa Gertrudes Leite Amorim em 1865 (Dias, 2000, p. 208). Atualmente o mosteiro de Singeverga é a representante da comunidade Beneditina em Portugal e o único dos mosteiros a albergar comunidades religiosas. Os restantes, com a nacionalização das propriedades, viriam a ter destinos variados, conjuntura que lhes marcou a história.

No quadro seguinte informa-se a função que atualmente esses edifícios monásticos suportam, bem como a relação dos respetivos proprietários.

Seguidamente, tenta-se esboçar o panorama originado pela extinção das Ordens Religiosas em Portugal, situação que inevitavelmente também afetou o mosteiro em estudo.

Quadro 1 – Relação dos mosteiros da extinta Congregação Beneditina | adaptado pelo autor do SIPA | Fonte: IHRU

Extinção das Ordens Religiosas em Portugal

designação	localização	utilização atual	propriedade
Mosteiro de Santa Maria de Miranda	Arcos de Valdevez - Viana do Castelo	religiosa (igreja) ? (espaço monástico)	Igreja Católica
Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro	Felgueiras - Porto	religiosa (igreja) cultural agrícola residencial (espaço monástico)	estatal municipal particular
Mosteiro de Santa Maria do Carvoeiro	Viana do Castelo	–	Conselho Paroquial para os Assuntos Económicos
Mosteiro de Santo André de Rendufe	Amares - Braga	religiosa (igreja) devoluto (espaço monástico)	claustro e ala Oeste Estatal ala Norte e cerca particular
Mosteiro de Santo Tirso de Riba D´ave (Singeverga)	Santo Tirso - Porto	religiosa educativa cultural	Diocese do Porto municipal privado (Misericórdia)
Mosteiro de São Bento da Saúde	Lisboa	política e administrativa (parlamento)	estatal
Convento de São Bento da Vitória	Porto	religiosa e cultural (igreja) Arquivo Distrital (espaço monástico)	estatal
Mosteiro de São Bento de Santarém	Santarém	–	–
Mosteiro de São João de Arnóia	Celorico de Basto - Braga	religiosa (igreja) social - lar de idosos (espaço monástico)	Igreja Católica Misericórdia
Mosteiro de São João de Cabanas	Afife - Viana do Castelo	residencial	particular
Mosteiro de São João Baptista de Alpendurada	Marco de Canaveses - Porto	religiosa (igreja) turística - hotelaria (espaço monástico)	Igreja Católica particular
Mosteiro de São Martinho de Tibães	Braga	religiosa (igreja) cultural educativa hoteleira (espaços monásticos)	estatal
São Martinho do Couto de Cucujães	Oliveira de Azeméis - Aveiro	religiosa (igreja) social - lar para padres aposentados (espaço monástico)	Igreja católica
Mosteiro de São Miguel de Bustelo	Penafiel - Porto	religiosa (igreja) residencial (espaço monástico)	Igreja Católica particular
Mosteiro de São Miguel de Refojos de Basto	Cabeceiras de Basto - Braga	religiosa (igreja) política e administrativa judicial educativa (espaços monásticos)	Igreja Católica estatal
Mosteiro de São Romão de Neiva	Viana do Castelo	religiosa (igreja) residencial - parcialmente devoluto (espaço monástico)	Igreja Católica particular
Mosteiro de São Salvador de Travanca	Amarante - Porto	religiosa (igreja) devoluto (espaço monástico)	estatal
Mosteiro de São Salvador de Ganfei	Valença - Viana do Castelo	religiosa (igreja) devoluto (espaço monástico)	Igreja Católica particular
Mosteiro de São Salvador de Paço de Sousa	Penafiel - Porto	religiosa (igreja) casa paroquial (espaço monástico)	Igreja Católica
Mosteiro de São Salvador de Palme	Barcelos Braga	–	–

A extinção das ordens religiosas não se deveu exclusivamente à intenção de usurpação pura dos bens das instituições e assim lucro rápido por parte do Governo, como forma de compensação da diminuição dos lucros derivados do Brasil, mas, fundamentalmente, pela reputação do novo regime que sentia incompatibilidade entre as estruturas monásticas e o sentido liberal de individualismo e liberdade que acabava de ocupar o poder (Neto, 2001, p. 65).

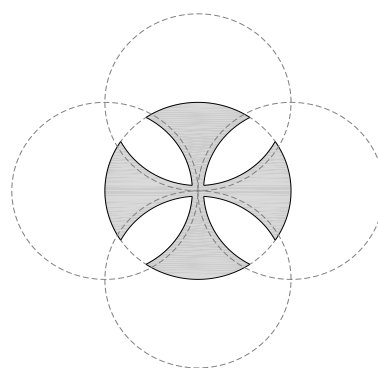
Com a nacionalização por decreto dos edifícios religiosos em 1834, o abandono foi imediatamente seguido de vandalismo generalizado. Consequentemente segue-se a profanação, destruição, roubo e venda abusiva dos imóveis religiosos situação que veio agravar ainda mais o já degradado património vítima do terramoto de 1755 e dos vandalismos praticados aquando das invasões francesas entre 1807-1811 (Neto, 2001, p. 66).

No seguimento da extinção das ordens religiosas em Paço de Sousa o abade Fr. José de Nossa Senhora da Penha e os monges são expulsos, vendendo-se o mosteiro e as suas propriedades a António Nunes Teixeira, comerciante do Porto (Mendes, 1998, p. 33). A igreja monástica foi entregue ao povo local que, por falta de recursos para a conservar, entra em estado de degradação (Ferreira, 2000, p. 235).

As consequências que daí advieram, não só em Paço de Sousa como a nível nacional, despertou a reação dos principais vultos da literatura romântica nacional que cria uma empatia com o passado representado nos velhos edifícios detentores da memória coletiva, com gritos de protestos à inoperância do poder político (Neto, 2001, p. 85).

Com a gradual tomada de consciência das consequências do ato, o estado progressivamente e com grande custo, promove restauros nos monumentos com a única preocupação de evidenciar a componente histórica, enquanto procura apagar a componente claustral numa intencional omissão da existência religiosa. Nas obras que entretanto realizavam, sempre numa postura estética e artística do romantismo, não deixavam de apontar o desleixo dos frades pelo estado de degradação dos bens como os criticavam pelas descaraterização da desejada unidade estilística (Neto, 2001, p. 67).

No entanto, é através da intervenção realizada pela DGEMN que o mosteiro de Paço de Sousa se transforma, caso que mais adiante se retomará.



Capítulo III

Contextualização da histórica do Mosteiro de S. Salvador de Paço de Sousa

A génese espacial dos mosteiros Beneditinos

A origem dos mosteiros ainda hoje é alvo de discussão, para alguns são procedência das primeiras comunidades cristãs, já com elementos claustrais, outros defendem que proveem das antigas casas senhoriais romanas por semelhança entre os pátios da *domus* e o claustro do cenóbio, ambos organizadores do espaço.

Os mosteiros, tal como os conhecemos hoje, são o resultado de uma evolução ao longo da história, compreendendo-se que lhes foram empregues grandes quantidades de materiais, mão-de-obra, tempo e vontades. A formação dos mosteiros poderá ser diversa, embora aquela que se manifestou com maior intensidade foi a formação familiar. A possível formação de comunidades de génese familiar dever-se-ia à iniciativa de um presbítero que reúne alguns companheiros. As dotações destes cenóbios em bens materiais seria pobre podendo transformando-se, a seu tempo, bem próprio da comunidade rural ou posse de família poderosa (Mattoso, 2002, p. 85). Particularmente em Portugal, fosse qual fosse a sua origem, a tendência de qualquer mosteiro foi, progressivamente, de domínio de uma família poderosa que assegurava com doações a sobrevivência da comunidade retirando naturalmente daí dividendos.

A vida monástica era disciplinada, fosse pela regra de St.º Isidoro, São Frutuoso e a conetada *regula communis* ou pela *regula mixta*, esta ultima com maior permanência no extremo ocidental da Península (Mattoso, 2002, p. 80). Contudo, aquela que mais influenciou o mundo monástico foi a regra de S. Bento.

Esta ordem beneditina traça um plano para um mosteiro nos princípios do século IX, desenho atribuído a Hailo de Reichenau. Crê-se que este plano não seria para executar, mas um guia para a organização de uma comunidade monástica. De facto, representa um complexo autossuficiente, o verdadeiro mundo terreno que S. Bento estabelece para satisfazer as necessidades do corpo e da alma (Rocha M. J., 2006-2007, p. 528).

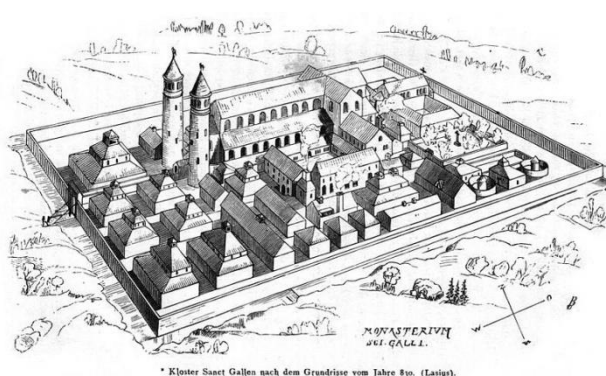


fig. 2 - Esboço tridimensional da planta do mosteiro ideal |
fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Plan_of_Saint_Gall, em 31-07-2012

Ao analisar a planta é possível distinguir três zonas funcionais distintas: a primeira, exatamente no centro, com a igreja e um conjunto de edifícios adjacentes a Sul que encerram um claustro; a segunda, a Nordeste, com escolas, hospital e casa de hóspedes; e a terceira zona, a Sudoeste, com edifícios de exploração agrícola. Apesar deste modelo nunca ter sido edificado, ele espelha a organização funcional dos mosteiros beneditinos conhecidos que sugerem terem dali copiado a matriz, essencialmente na implantação da igreja e nos edifícios contíguos a Sul. Se isolarmos do projeto de Saint Gallen o desenho respeitante à igreja e edifícios que compõem o claustro, reconhecer-lhe-emos a comum planta dos mosteiros.

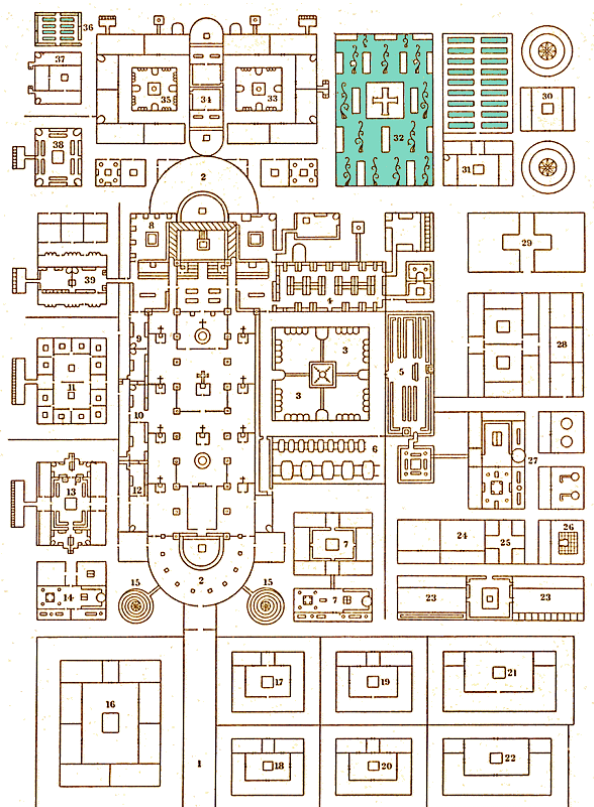


Fig. 3 – Extrato da planta de Saint Gallen do séc. IX | fonte: <http://www.cosmovisions.com/monuSaintGall.htm>, em 31-07-2012

É nessa planta que o modelo tridimensional tipificado assenta. Na verdade, não é mais do que a concentração das necessidades à volta dum espaço central, concluindo-se que na distribuição funcional dos blocos respeitantes ao plano de Saint Gallen, lhe foram acrescentadas as restantes valências necessárias à autossuficiência, intencionalmente compacto, resumindo-o a um único volume.

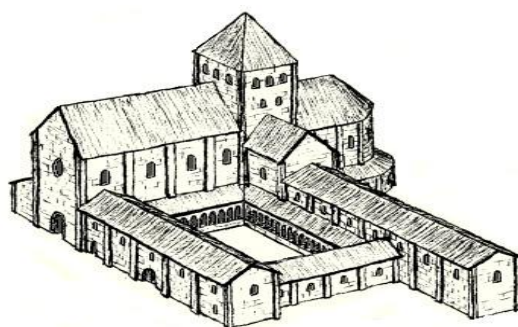


fig. 4 - Modelo tipificado dos mosteiros beneditinos | fonte: <http://www.aedificium.org/MonasticLife/GeneralAspects.html>, em 31-07-2012

O ideal na fixação das comunidades religiosas é próximo de cursos de água, a fim de se abastecerem para consumo ou utiliza-la na eliminação de resíduos bem como no cultivo das propriedades. Esquematizam-se os casos dos Mosteiros de São Miguel de Refojos de Basto, São Salvador de Paço de Sousa, São João de Alpendurada e São Martinho do Couto de Cucujães na relação da implantação do mosteiro com os cursos de água.

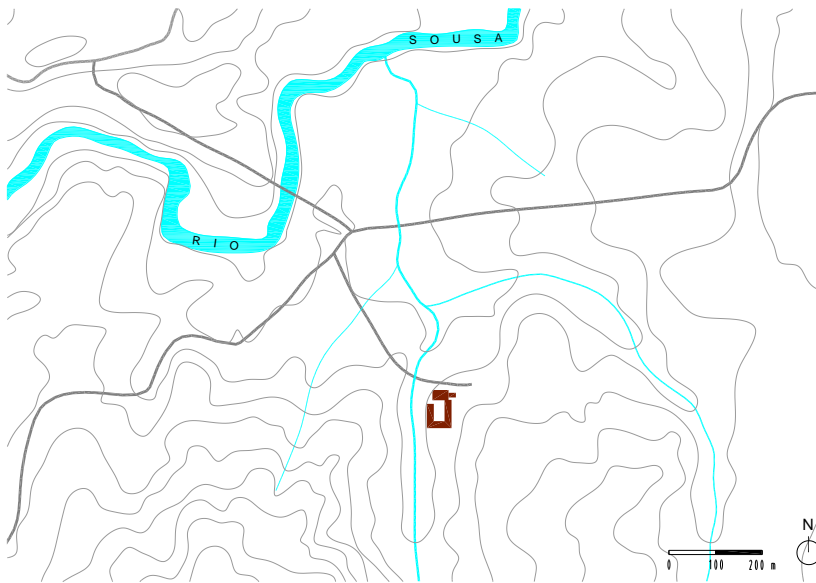


fig. 5 – Mosteiro de São Salvador de Paço de Sousa | estado atual | adaptado pelo autor a partir da Carta Militar de Portugal, edição 3 – IGE – 1998.

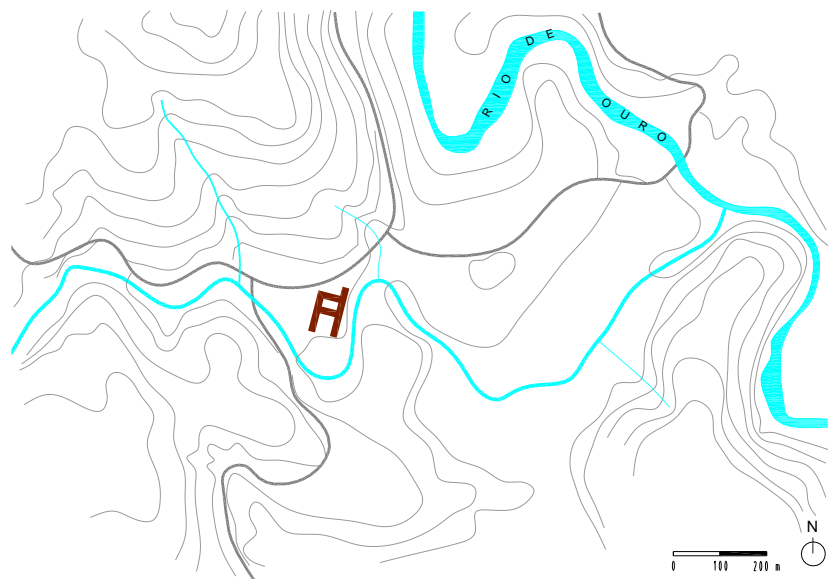


fig. 6- Mosteiro de São Miguel de Refojos de Basto | estado atual | adaptado pelo autor a partir da Carta Militar de Portugal, edição 3 – IGE – 1998.

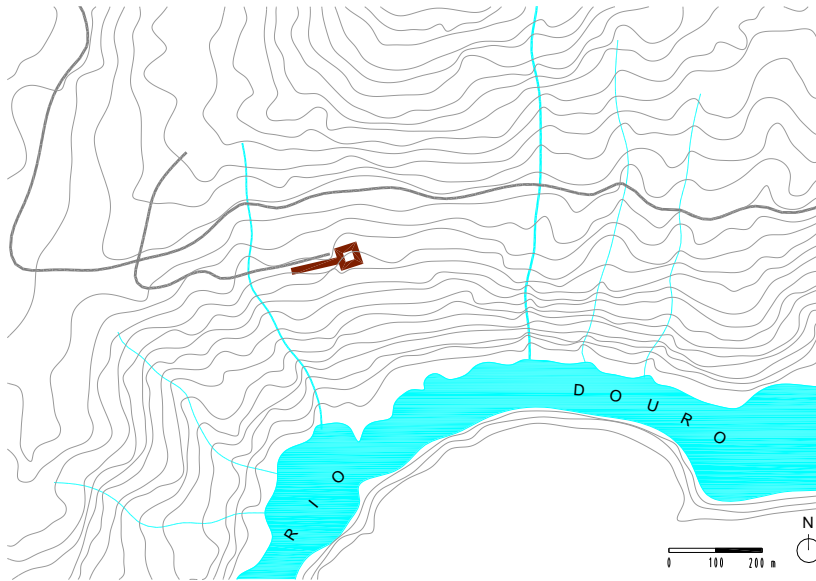


fig. 7 – Mosteiro de São João de Alpendurada | situação atual | adaptado pelo autor a partir da Carta Militar de Portugal, edição 3 – IGE – 1998.

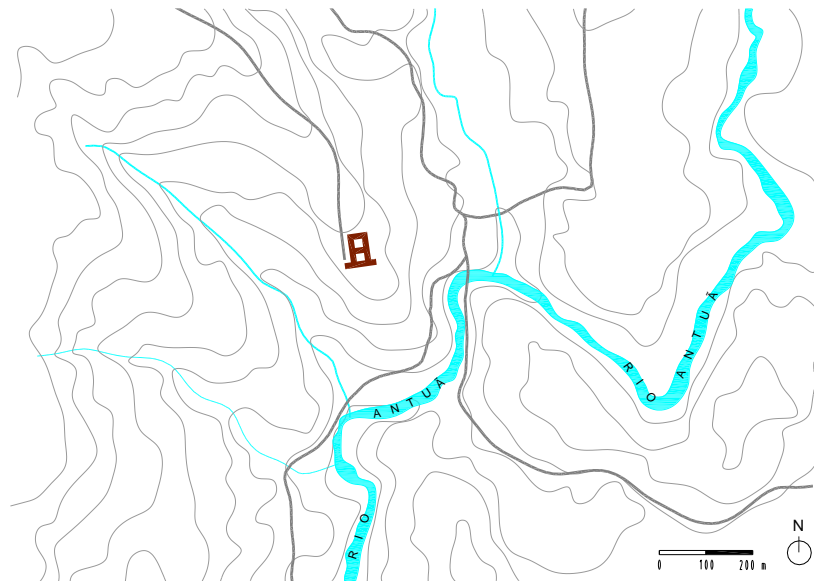


fig. 8 - Mosteiro de São Martinho do Couto de Cucujães | situação atual | adaptado pelo autor a partir da Carta Militar de Portugal, edição 3 – IGE – 1998.

Em casos excepcionais a ausência do curso de água natural é compensado por aquedutos que transportam a água ao mosteiro, como é o caso de S. Miguel de Bustelo, em Penafiel, Santa Maria de Pombeiro, em Felgueiras e Santo André de Rendufe, em Amares.

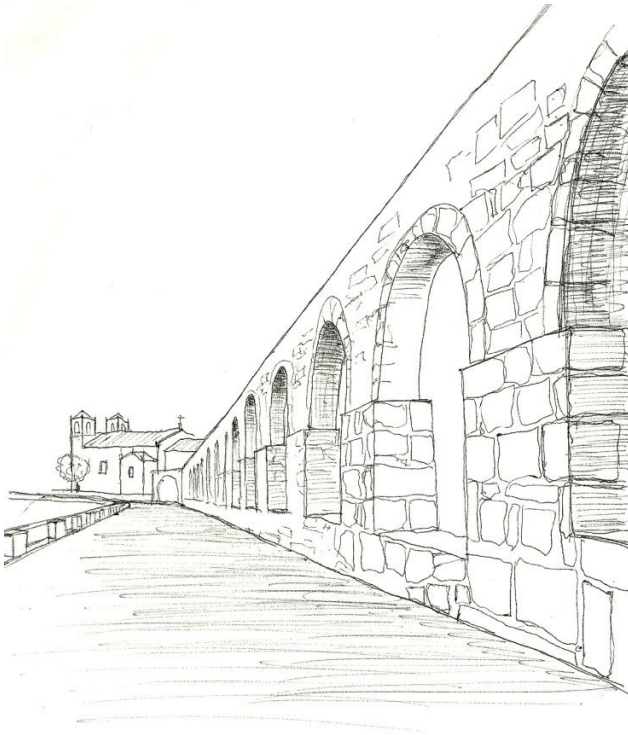
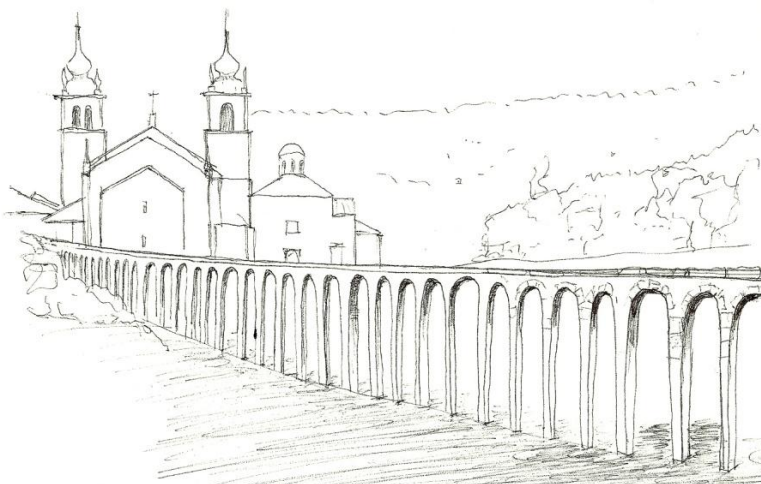


fig. 9 –Aqueduto do Mosteiro de S. Miguel de Bustelo

| fonte: desenho do autor

fig. 10 - Aqueduto do Mosteiro
de Santa Maria de Pombeiro |

fonte: desenho do autor

fig. 11 - Aqueduto do Mosteiro de
Santo André de Rendufe | fonte:
desenho do autor

Com a pretensão de isolamento do mundo exterior advém a necessidade de autonomia que poder-se-á interpretar como a materialização de uma cidade com todas as funções inerentes ao seu funcionamento, desde a função administrativa e económica, passando pelas domésticas e intelectuais, culminando nas funções contemplativas e litúrgicas, sendo as últimas a razão da definição espacial. A racionalidade monástica poderá ser explicada no esquema racional romano, se analisado à luz do quadriculado disciplinado pelos eixos cruzados do *decumanus maximus* e o *cardus maximus* que se intercetam no fórum, então espaço de centralidade e fruição pública na cidade (Rocha M. J., 2006-2007, p. 529), transposto para o caso das construções monacais o claustro ocupa o lugar do fórum, sendo, formalmente, o epicentro do mundo monástico e, sobretudo para S. Bernardo de Claraval, representativo do paraíso celeste. Com ele comunicam as funções básicas sejam as relacionadas com o mundo terreno – *corpus*, ou o celeste – *spiritus*, distribuindo-se disciplinadamente pelos quatro lados, correspondendo a Norte o *spiritus* e no seu oposto Sul o *corpus* (Martins, 2006, p. 93). Esta dicotomia faz a nítida separação da alimentação da alma, através do culto na igreja, justamente a Norte, e a alimentação do corpo, literalmente presente na cozinha e refeitório a Sul. A Nascente encontra-se as dependências de apoio ao culto, à intelectualidade e à disciplina, sendo para Poente direccionados os dormitórios celeiros e latrinas, relacionados, evidentemente, com a sobrevivência terrena.

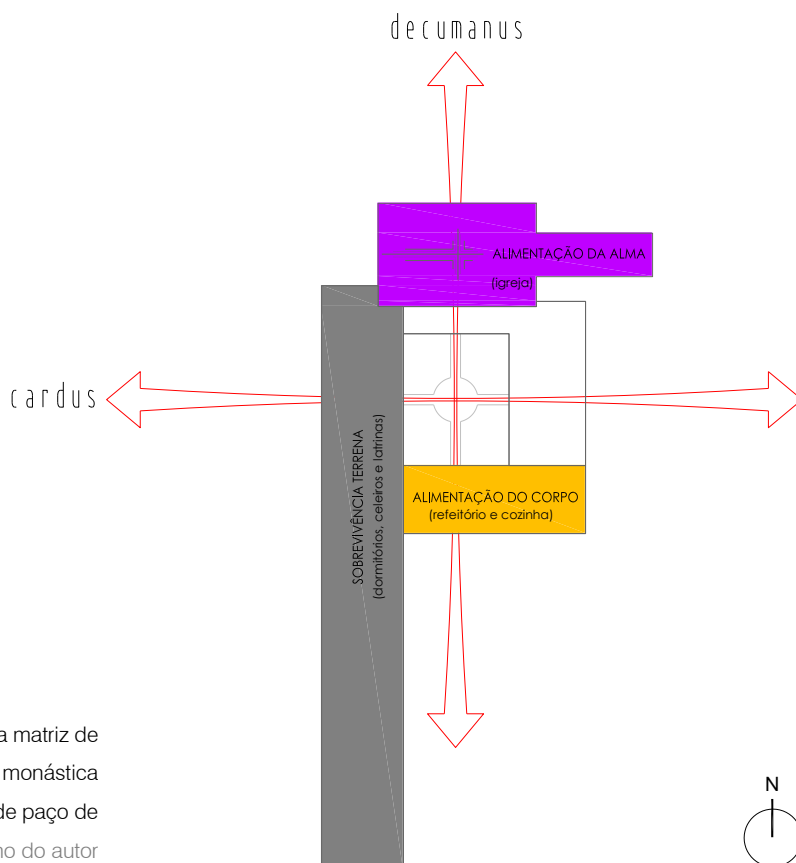
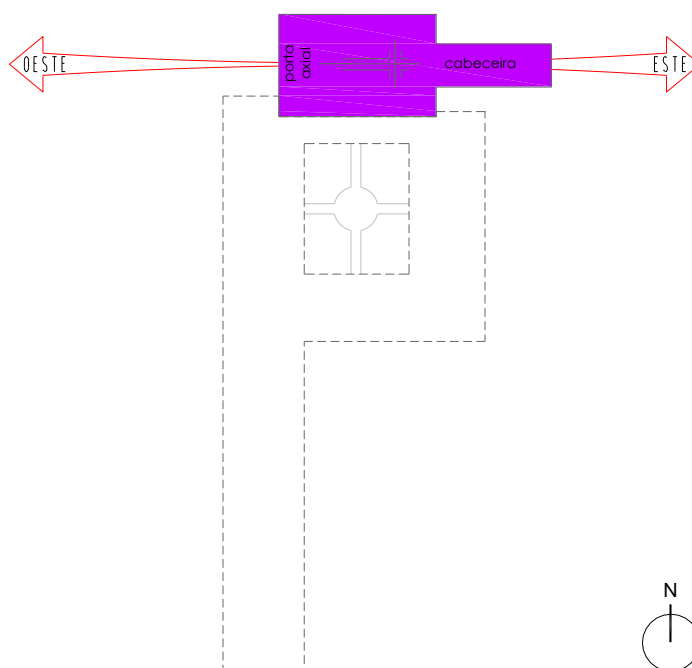


fig. 12 - Esquema da matriz de distribuição funcional monástica sobre o Mosteiro de paço de Sousa | desenho do autor

Deste modo, todo o espaço é traçado seguindo uma implantação doutrinada no eixo Este – Oeste onde assenta a planta da igreja posicionada longitudinalmente sobre ele, com a cabeceira voltada para Nascente. Era intencional e simbólica a orientação definida nesse quadrante, exatamente orientadas para a Cidade Santa de Jerusalém e do Santo Sepulcro. A porta do Céu, como Hugo Lopes retrata, depois de transposta lançava a luz exterior para a penumbra litúrgica do templo convidando ao recolhimento. defende, ainda, que o significado da luz foi fundamental para a definição e caracterização do espaço da igreja durante todo o medieval, potenciando-se simbolicamente a luz do sol Nascente em contraponto com a luz do sol Poente (Lopes, 2003).

fig. 13 - Orientação da igreja monástica relativamente à rosa dos ventos | desenho do autor



Definida a implantação da igreja, o posicionamento do claustro e dos edifícios que o delimitam volta-se para o lado Sul da igreja, considerando a latitude da posição geográfica de onde resultou a planta de Saint Gallen e assim da grande maioria dos mosteiros que dela beberam. Sendo a igreja o edifício mais imponente a localização a Norte proporciona proteção do vento frio oriundo desse quadrante no claustro, garantindo que não lhe vai causar sombra, libertando-o para uma exposição solar franca proveniente do Nascente, Sul e Poente.

As normas arquitetónicas dos beneditinos não foram certamente rejeitadas pelos cistercienses, antes reformuladas, essencialmente na austeridade e simplicidade de linhas. De resto, a organização funcional segue os mesmos princípios com a ligeira anotação do posicionamento do refeitório que, embora esteja no mesmo quadrante, a Sul, os cistercienses colocam-no perpendicularmente em comparação com os beneditinos.

Contexto histórico da fundação do mosteiro de Paço de Sousa

O mosteiro de Paço de Sousa ter-se-á fundado sobre uma *villa romana* (Pereira, et al., 1995, p. 244) por iniciativa de uma família *poderosa* sendo a sua génese fundacional de carater familiar. Fruitezendo Guedes, o seu fundador, no século X faz convite a um religioso para habitar no cenóbio e administrar a comunidade, sendo-lhe reconhecido o título de abade (Meireles, 1942, p. 3), podendo-se concluir que este mosteiro teve origem neste D. Randulfo. A família Ribadouro, patrona deste mosteiro e doutros que germinam nas redondezas, com o intuito de enriquecerem-se através do patrocínio monástico, vai ocupando sucessivamente as posições-chave do vasto território de Anégia. A continuada governação deste território por membros da família dos Ribadouro, fosse ela de pais para filhos ou não, comprova uma sucessão hereditária (Santos M. J., 2004, p. 84) e, nessa linha de conquista de poder, a pretensão de subirem na escala social sugerindo-lhes tomarem como modelos as abadias protegidas pela nobreza condal, como seria Guimarães e Larvão (2002, p. 87).

O território da Anégia é conhecido desde os finais do século IX até princípios do século XIV (Santos M. J., 2004, p. 16). Do mapa que acima se apresenta a atenção volta-se para a referência do mosteiro de Paço de Sousa e algumas povoações que a documentação da época dá conta existirem. O relativo isolamento do mosteiro e a sua posição geográfica próxima ao rio Sousa, denunciam uma propensão para a fixação da comunidade religiosa, fosse qual fosse a sua procedência.

Originalmente a regra canónica a que se faz referência seria a regra de Santo Agostinho (Aguiar, 2012, p. 227). Outra hipótese aponta que até ao ano 1100 a vida monástica no Oeste da Península Ibérica era regulada por códigos mais ou menos rigorosos, fazendo crer que ali os monges não seguiam as regras em pormenor, mas viviam segundo a tradição dos Santos Padres, a *regula sancta* (Sousa J. J., 1981, p. 9). Mais tarde, como se poderá ver, adotou a regra de S. Bento. É, pois, no declinar do século XI que o monaquismo autóctone, com a sua diversidade, sofre nova viragem, ao ser posto em presença de um tipo de vida religiosa completamente diferente, o monaquismo cluniacense (Mattoso, 2002, p. 88).

Seria antes do ano 1066 que o mosteiro passaria para as mãos dos beneditinos cluniacenses e com eles se iniciaria a campanha de obras, voltadas particularmente à igreja, estariam concluídas no século XVIII (Pereira, et al., 1995, p. 244). Todavia, o primeiro diploma que fala de beneditinos é de 1170 e, na interpretação da doação de 1202 onde se lê em determinada cláusula: válida somente enquanto (o mosteiro) seguir a Regra de

S. Bento, José Monteiro de Aguiar (2012, p. 227) deduz a adoção da Regra pouco tempo antes dessa data.

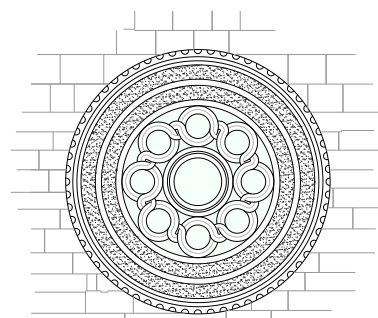
O mosteiro teve até ao ano 1385 gestão com prelados perpétuos, administração que promoveu enriquecimento com redobrar de propriedades oriundas de múltiplas doações (Dias, 1993, p. 99). A partir dos finais do século XIV, através do governo dos abades comendatários, decai o prestígio da instituição com consequente prejuízo para a instituição (Aguiar, 2012, p. 238).

Com a atribuição da Bula *Regimini Universalis Ecclesiae* e a bula *Ex injuncto nobis desuper*, negociada pelo Cardeal D. Henrique e o Papa Pio V, em 1567, no Reinado de D. Sebastião, despoleta-se o processo de reforma dos mosteiros beneditinos portugueses, com a criação da Congregação de S. Bento, ficando o mosteiro de Tibães cabeça e sede do abade geral (Dias, 1993, p. 111). A administração do mosteiro de Paço de Sousa é a partir de então gerida por prelados trienais que podiam ser reconduzidos ou reeleitos no seu posto e obrigados a prestar contas no capítulo geral de Tibães (Aguiar, 2012, p. 240). Assim, Paço de Sousa perde a importância que conquistara na idade média sendo, a partir do 3.º quartel do século XVI até 1834, corporizada em Tibães (Dias, 1993, p. 103).

Em 1596 a paróquia foi feita *regular* e anexa perpetuamente ao mosteiro (Aguiar, 2012, p. 223) estando entregue aos monges beneditinos desde essa data até 1834. Em 1605 é demolida a igreja do Corporal, ato aparentemente intencional, por temerem os frades que caísse nas mãos dos jesuítas e nela fundassem a sua própria igreja paroquial, hipótese provavelmente fundamentada nas acesas divergências entre eles (Aguiar, 2012, p. 240).

É na execução do decreto de Maio de 1834 que se dá a extinção das ordens religiosas. Por conseguinte, o abade Fr. José de Nossa Senhora da Penha e os monges são expulsos, vendendo-se o mosteiro e as suas propriedades a António Nunes Teixeira, comerciante do Porto (Mendes, 1998, p. 33). A igreja monástica foi entregue ao povo local que, por falta de recursos para a conservar, entra em estado de degradação (Ferreira, 2000, p. 235).

O incêndio da madrugada de 9 de Março de 1927, agravando com violência outros males mais antigos, reduz a cinzas parte da igreja e o edifício monástico, avançando-se pouco tempo depois, por ação da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, às obras de restauração (DGEMN, 1939, p. 18).



Capítulo IV

Enquadramento espacial e evolutivo do Mosteiro de S. Salvador de Paço de Sousa

A evolução espacial

A data de fundação do Mosteiro de Paço de Sousa é algo incerta, embora se aponte de origem do século X. Frei Meireles, cartório-mor da congregação Beneditina, apesar da sua posição privilegiada de livre acesso aos arquivos do mosteiro de Paço de Sousa, justamente antes da extinção das ordens religiosas em Portugal, enquanto os documentos se encontravam concentrados no espaço monástico onde este se movimentava livremente, não adiantou com exatidão data de fundação, afirmando no entanto que sabia quem tinha sido o seu fundador - Fruitezeno Guedes, e, por aproximação, tentaria lá chegar (Meireles, 1942, p. 3).

Parece certo que a sua fundação seja de origem familiar, naquele local, onde antes existia uma *villa romana* (Pereira, et al., 1995, p. 244). A acreditar nas descrições que são apresentadas na origem do mosteiro, exatamente naquela que afirma a existência de uma *villa romana*, e que nela se terá fundado o mosteiro, poderá, realmente, ter sido assim?

A designação isolada de *villa* remete-nos para a idealização de uma pequena aldeia, sugestão plausível atendendo à localização geográfica próxima das margens de um rio. O reconhecido estatuto que gozava o fundador, para além da presença comprovada nesta região de romanos, leva-nos a experimentar a tese da efetiva existência de uma *domus*. Na sua génese, a *domus* ou *villae*, era uma residência senhorial. Dependendo do contexto geográfico, se em ambiente rural, complementavam-se com as dependências necessárias à exploração agrícola, mantendo todo o conforto que a civilização romana emanava. Não nos parece acaso os manuscritos se referirem à existência de um *palacioli*, justamente ao considerar o testamento de D. Randulfo quando doa bens a uma "*baselica cernitur esse fundata in villa palacioli subtus mons ordines discurrente riuulo Sausa*" (Mendes, 1998, p. 14). A expressão *palacioli* sugere-nos a conotação com palácio ou casa senhorial.

Não será caso raro a fundação de cenóbios em construções existentes, aliás, parece ter sido esse o caso em S. Cucufate, Vila de Frades, Vidigueira. Depois de analisadas as ruínas concluiu-se que a residência romana fora ocupada por frades. Outras *villae romanas* aparecem distribuídas pelo território nacional e, apesar de não se reconhecerem ocupações de comunidades religiosas, a sua existência confirma a organização de explorações agrícolas com perímetro territorial bem demarcado, em ambiente semelhante à localização de Paço de Sousa.

Será oportuno apresentar alguns exemplos de vilas romanas que se fundaram no território nacional, embora com maior representação a Sul: como a Villa Romana de São Cucufate, em Vila de Frades, distrito de Beja; Villa Romana de Milreu ou Ruínas de Estoi, no concelho de Faro. No interior do país identifica-se a Villa Lusitano-Romana de Torre de Palma, no concelho de Monforte, distrito de Portalegre, ou a Norte a Villa Romana do Prazo, em Vila Nova de Foz Côa.

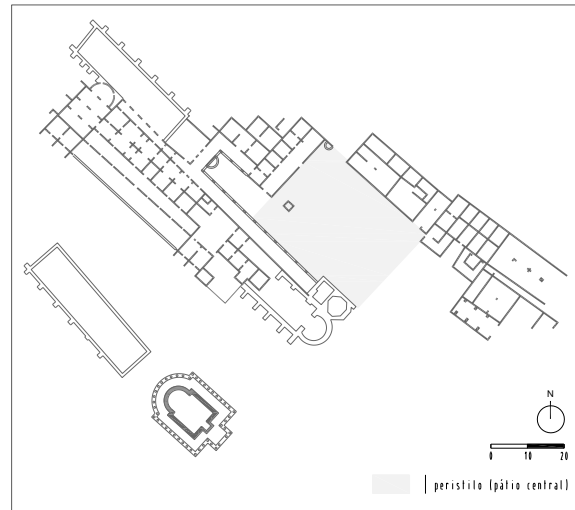


fig. 14 - Villa Romana de Cucufate |
adaptado pelo autor a partir da
proposta de G. Charpintier | fonte:
www.portugal romano.com, em 03-08-
2012

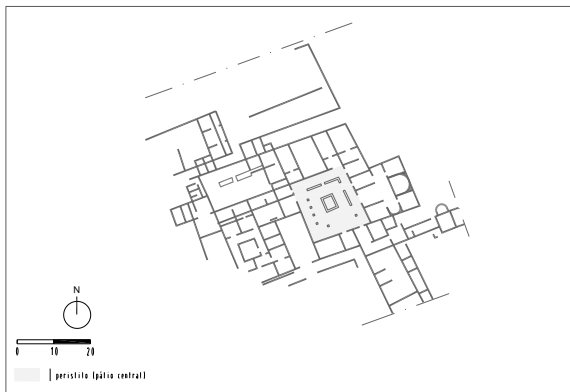


fig. 15 – Villa Lusitano-Romana Torre de Palma |
adaptado pelo autor a partir do SIPA, 1977 |
fonte: IHRU

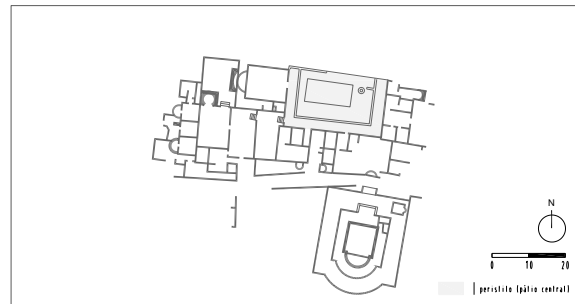


fig. 16 – Villa Romana de Milreu |
adaptado pelo autor a partir do SIPA,
1977 | fonte: IHRU

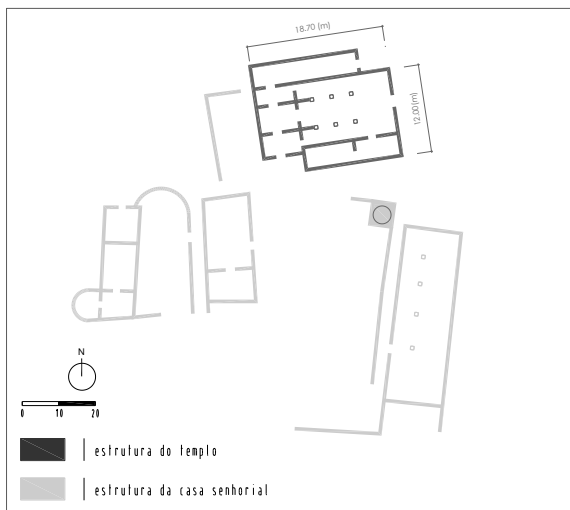


fig. 17 - Templo da villa romana do Prazo |
Adaptado pelo autor a partir do Google Earth

Em todos os casos está patente a configuração típica da villa romana com os espaços habitáveis dispostos à volta dum pátio central, o peristilo, disposição planimétrica semelhante à dos mosteiros. Ambos possuem um espaço aberto central para onde as divisões do edifício se voltam, encerrando-se ao exterior. É exatamente essa organização à volta de um pátio que os caracteriza. Naturalmente que estas casas foram evoluindo e transformando-se ao longo dos tempos, dependendo das necessidades, ora com demolições, ora com acrescentos. Quanto à implantação dos edifícios não parece haver disciplina rígida nomeadamente na distribuição funcional e orientação cardinal que permita estabelecer um padrão regional. Contudo, notam-se configurações planimétricas com traçados geométricos regulares fazendo crer que se trata de prática comum.

Através destas comparações poder-se-á concluir que qualquer que fosse a dimensão e configuração do edifício romano em Paço de Sousa, o pátio e a geometria planimétrica estariam presentes. Ainda que a configuração poligonal do complexo monástico que chegou até nós seja da época moderna, também ela nitidamente disciplinada geometricamente, não seria de estranhar a subjacente memória da suprimida *villa romana*.

As diferenças tipológicas verificadas no espaço religioso da villa do Prazo relativamente às restantes villas a Sul do rio Mondego poderão ter a ver com a ocupação num período mais recente. Seja como for, a realidade que apresenta será mais próxima à que terá havido em Paço de Sousa, principalmente na distribuição espacial do conjunto: igreja encerra o pátio no quadrante Norte e nas características desse templo religioso.

Apesar dos exemplos dos edifícios religiosos acima expostos estarem situados em ruínas romanas e terem sido parte da evolução do lugar, não há registo no nosso caso que qualquer templo tenha chegado às mãos do fundador daquele período romano.

Contudo é certa a existência de dois templos naquele que foi o cenóbio primitivo de Paço de Sousa. Atribuem-se do período da alta idade média. A primeira, a denominada igreja primitiva, que se considera iniciada em meados do século X. A segunda, a igreja românica com início de construção por volta do terceiro quartel do século XII.

Da primeira igreja não há registos, facto de obriga ao recurso de comparação através de outros exemplos. Para esse efeito são apresentadas plantas referentes a igrejas com datações relativamente próximas. A imagem seguinte localiza geograficamente as implantações das igrejas:



fig. 18 – Localização das igrejas objeto de comparação | fonte: www.googleearth.com

As igrejas de Santa Comba de Bande e S. Pedro de la Nave, de época de construção anterior à primitiva de Paço de Sousa, acredita-se que tenham servido de modelo. Esta consideração assenta não só pela marcada presença dessas igrejas e na proximidade que permitiria frequente contato, mas também pelo exemplo da igreja de Lourosa da Serra, de construção do século X, contemporânea à de Paço de Sousa e igualmente próxima. Embora mais a Sul, A igreja de Santa Maria de Melque apresenta planta idêntica assente na cruz latina.

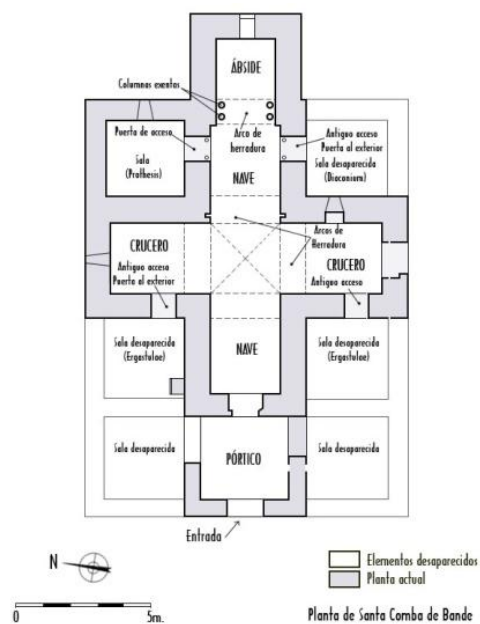


fig. 20 - Planta da igreja de Santa Comba de Bande | séc. VIII | fonte: www.spinsharts.com, em 02-08-2012

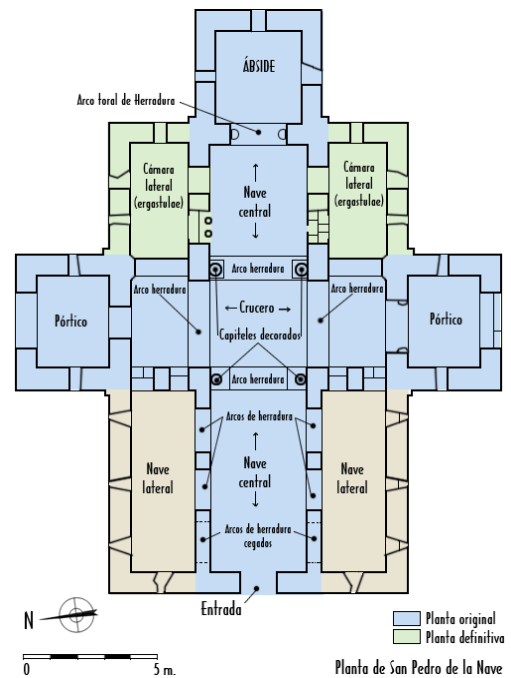


fig. 19 - Planta da igreja de San Pedro de la Nave | séc. VIII | fonte: www.spinsharts.com, em 02-08-2012

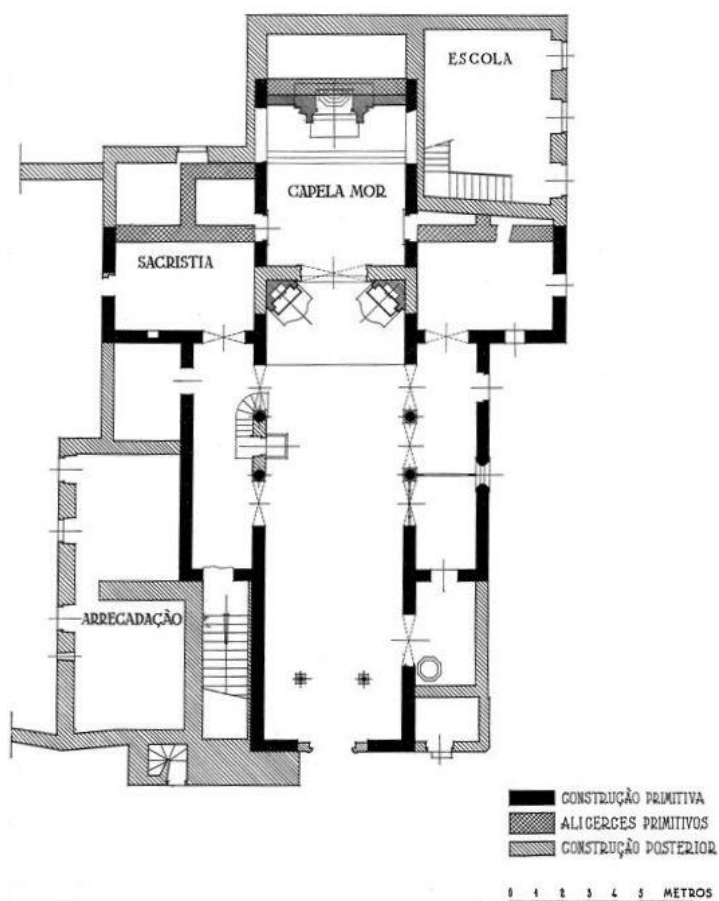


fig. 21 – Planta da igreja de Lourosa da Serra | séc.X | DGEMN | fonte: IHRU

As igrejas de San Caprasio, Santos Juan y Pablo e San Aventín, apesar de se documentarem construídas em finais do século X ou princípios do século XI, são também consideradas as primeiras edificações românicas. Verifica-se ainda que estão Localização a ocidente de Espanha, quase no limite fronteiriço com França, com uma distância considerável do nosso objeto de estudo.

As características que identificam esta arquitetura assentam essencialmente na abside, particularidade que é mais tarde adotada com a construção da igreja românica, já em finais do século XII.

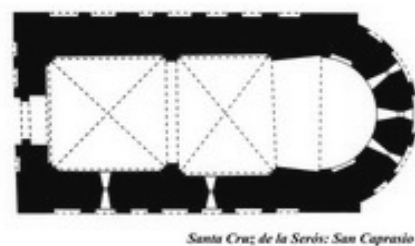


fig. 22 – Planta da igreja de Caprasio | séc. XI | fonte: www.arquivoltas.com

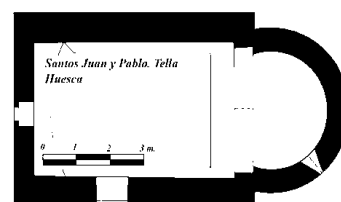


fig. 23 – Planta da igreja dos Santos Juan y Pablo | séc. X / XI | fonte: www.arquivoltas.com

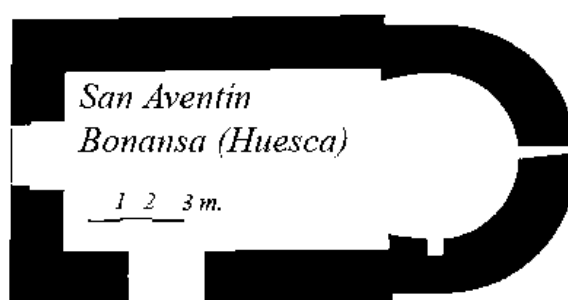


fig. 24 – Plantas da igreja de San Aventín | séc. X / XI | fonte: www.arquivoltas.com

Perante estes dados conclui-se que a igreja de Lourosa da Serra, do início do século X, pelas proporções e características será aquela que se ajusta à possível configuração da igreja primitiva edificada em meados do século X em Paço de Sousa. Através da análise crê-se que essa igreja assentava numa planta de cruz latina. Com esta configuração planimétrica seria possível edificar-se sobre ela a igreja românica mantendo-se a primeira em funções. O novo templo ter-se-á edificado pelo seu exterior e, como refere Carlos A. F. Almeida, começado pelo portal axial e 1.º tramo, depois pela porta Sul e tramos centrais, seguindo-se a cabeceira e os absidiolos, para terminar na cobertura do transepto e a torre sobre o cruzeiro.

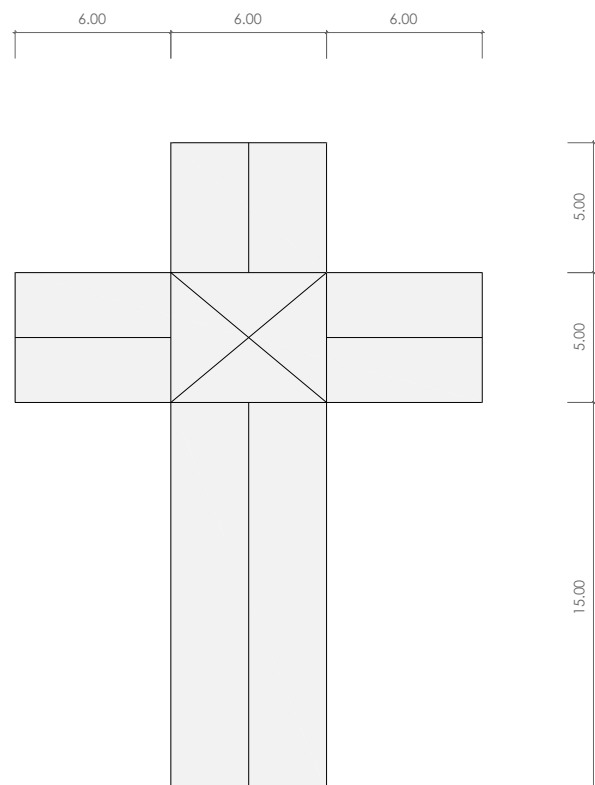


fig. 25 - Planta conjectural da igreja primitiva |
séc. X | desenho do autor

Chega o momento de se começar a esboçar uma possível implantação e a partir dela traçar uma evolução espacial do complexo monástico de S. Salvador de Paço de Sousa. Todos os elementos gráficos que se seguem têm como base descrições, interpretações de vários autores e comparações com situações análogas, sendo, por isso, simulações para uma possível configuração espacial do mosteiro primitivo. Apesar do seu carácter teórico, não deixará de ser um elemento a provar em eventuais prospeções arqueológicas, tão necessárias para averiguar essa realidade temporal que as diversidades circunstanciais dissimularam.

Tanto a villa romana como a igreja primitiva receberam informação de carácter comparativo que permitiu definir as bases poligonais de implantação que a seguir se planifica.

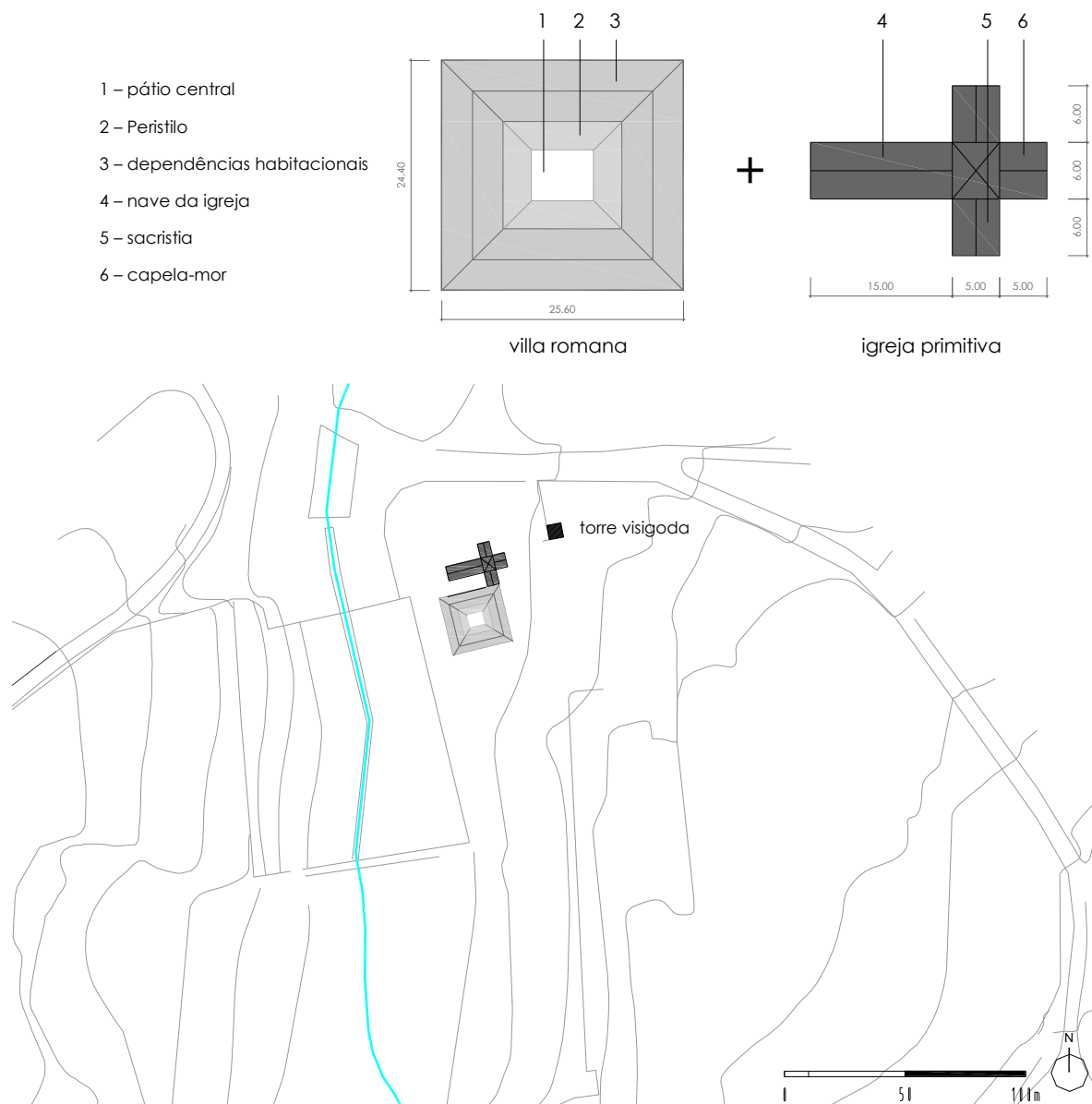


fig. 26 - Implantação do cenóbio e igreja primitivos | desenho do autor | adaptado do levantamento aerofotogramétrico do Concelho de Penafiel, folha 123.2.4, de 1993

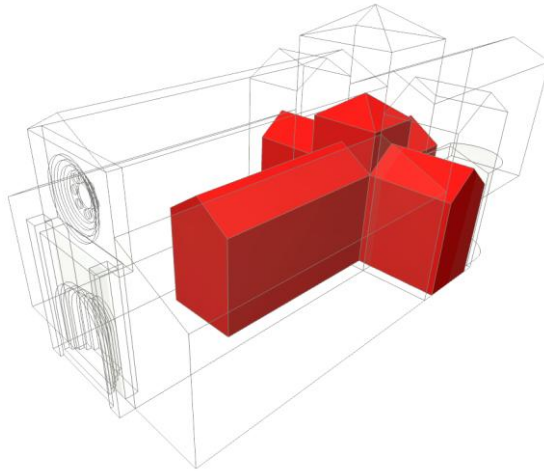


fig. 27 - Representação volumétrica conjectural entre igreja primitiva e igreja românica | desenho do autor

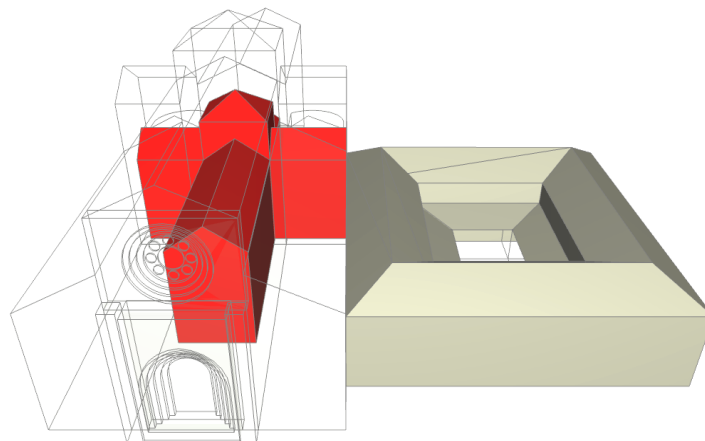


fig. 28 - Representação volumétrica conjectural entre as igrejas e a villa romana | desenho do autor

Na base hipotética, mas com base nas análises de comparação que a fundamentam, avançar-se-á com os dados até agora disponíveis e que sustentam a implantação conjectural expressa nos desenhos anteriores. Desde logo, porque os investigadores e historiadores que se dedicaram ao estudo do mosteiro de Paço de Sousa acreditam que se trata de fundação genuína de Fruitezendo Guedes, cenário que se poderá considerar atendendo às descrições do seu percurso de vida e linhagem (Meireles, 1942). Por outro lado, se realmente a fundação do mosteiro se deu numa *villa romana* seria naturalmente um imóvel que apenas abastados fidalgos possuiriam e, pela sua condição económica, social ou qualquer outra razão, poderiam disponibilizar para a prática do *culto* (Freire, 1953, p. 223). Importa, neste caso, que documentos comprovam o domínio de Fruitezendo Guedes sobre o mosteiro, informação, aliás, bem patente na leitura do testamento do Abade D. Randulfo, datado do ano 994, quando este atesta que D. Fruitezendo Galindes e sua mulher, D. Anímia, os convidaram para habitar no *Acisterio Sancti Salvatoris*, de acordo com a regra canónica (Meireles, 1942).

É num livro de testamentos que prova que já em 962 havia mosteiro com monges (Meireles, 1942, p. 3), apontando-se entretanto a sua origem para o ano 956, sendo mais tarde transformado em mosteiro misto com nova construção e consagração em 1088 pelo Bispo D. Pedro de Braga (Pereira, et al., 1995, p. 244). A data de 1088 como consagração da igreja é apontada por vários autores. Abílio Miranda (1927, p. 44) serve-se da inscrição pintada no tímpano da porta axial da Igreja para considera-la concluída em 1088, sendo esta data igualmente apontada por José Mattoso para o final das obras do templo, adiantando que a igreja primitiva já seria composta por três naves (Mattoso, 2002).

Apesar destas referências subsiste a dúvida quanto à época de construção da igreja primitiva. Seria, naturalmente, posterior à construção da *villa romana*, no entanto, anterior ao primeiro monge ou, na pior das hipóteses, iniciada com este. Concluiu-se na década de 30, aquando das obras na igreja que da primitiva igreja não se conhece qualquer memória descritiva. Deveria ser de fábrica modesta, pois cerca de um século depois já se achava substituída ou, como a seguir se poderá observar, num processo de obras que se alongaram no tempo, na ânsia de um novo templo, mais espaçoso e de maior fausto arquitetónico. (DGEMN, 1939, p. 7) As obras não se terão iniciado antes de 1166, e prolongaram-se, avançando lentamente sobre todo o século XIII, continuando inclusivamente no XIV (Almeida C. A., 1986, p. 90).

Presume-se que o cenóbio primitivo estivesse contíguo à igreja monástica, a Sul e que apenas no século XVII fosse completamente reformado aquando da construção dos claustro, oficinas e dependências (Aguar, 2012, p. 255).

Na verdade, sabe-se que a atual Igreja, ou o que dela resta, será o resultado de várias campanhas. A publicação pela Rota do Românico do Vale do Sousa, nos textos que dedica à igreja, justamente sobre o tema o Mosteiro na Época Medieval, (Machado, 2008, pp. 253-278) embora cingindo-se exclusivamente ao templo religioso, adianta que a existência de uma igreja primitiva teria sido motivo para arrastar no tempo a construção da atual igreja, com as consequentes vicissitudes que tal lentidão construtiva importaria ao edifício. Defende a existência de quatro momentos distintos na sua edificação: a primeira fase iniciada pelo lado ocidental, desenvolveu-se em função da igreja pré-existente, correspondendo ao primeiro tramo e ao portal axial; a segunda fase será o portal Sul bem como os tramos seguintes ao descrito na primeira fase, apresentando-se, pois, mais apertados e mais baixos denotando uma intenção de redução das dimensões ao projeto inicial; a terceira fase estará denunciada na execução da cabeceira com absidiolos de planta semicircular cobertos por abóbodas de berço quebradas, remetendo-as para o início do século XIV; por último, a cobertura do transepto e a torre sobre o cruzeiro, relacionados com a arquitetura gótica mendicante, perfaz a quarta fase. O começo da construção pela fachada principal, contrariamente ao tradicional início pela cabeceira, dever-se-á à necessidade de manter a igreja existente aberta ao culto enquanto se desenrolavam as obras da nova (Almeida C. A., 2001, p. 118)

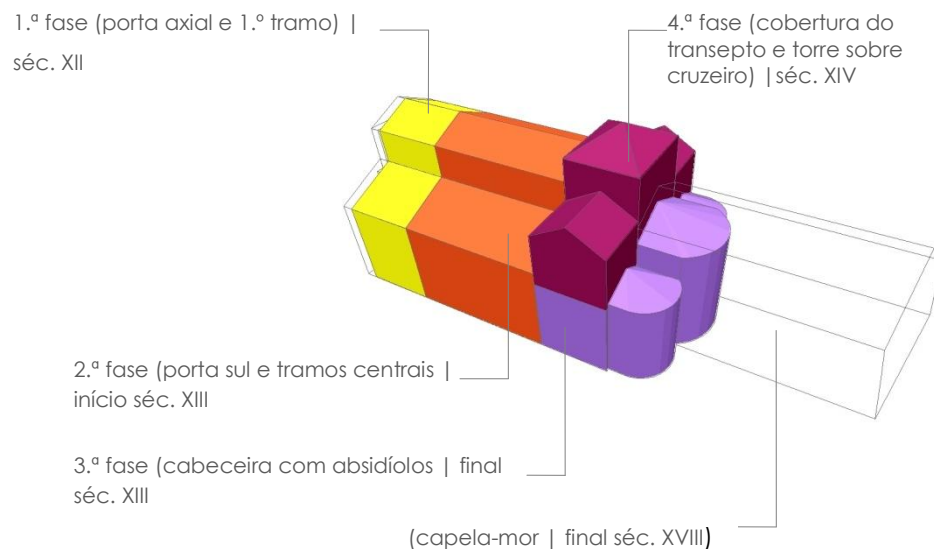


fig. 29 - Fases da construção da igreja monástica | desenho do autor

A igreja primitiva de planta de cruz latina, com a implantação que se conjectura baseada nas medidas da igreja de Lourosa da Serra permitiria a construção da nova igreja monástica sem interrupção do uso do culto religioso. Desta forma, o arranque da construção pela porta axial até ao primeiro tramo, bem como o desenvolvimento das naves laterais estaria desimpedido e o prolongamento das obras no tempo justificado.

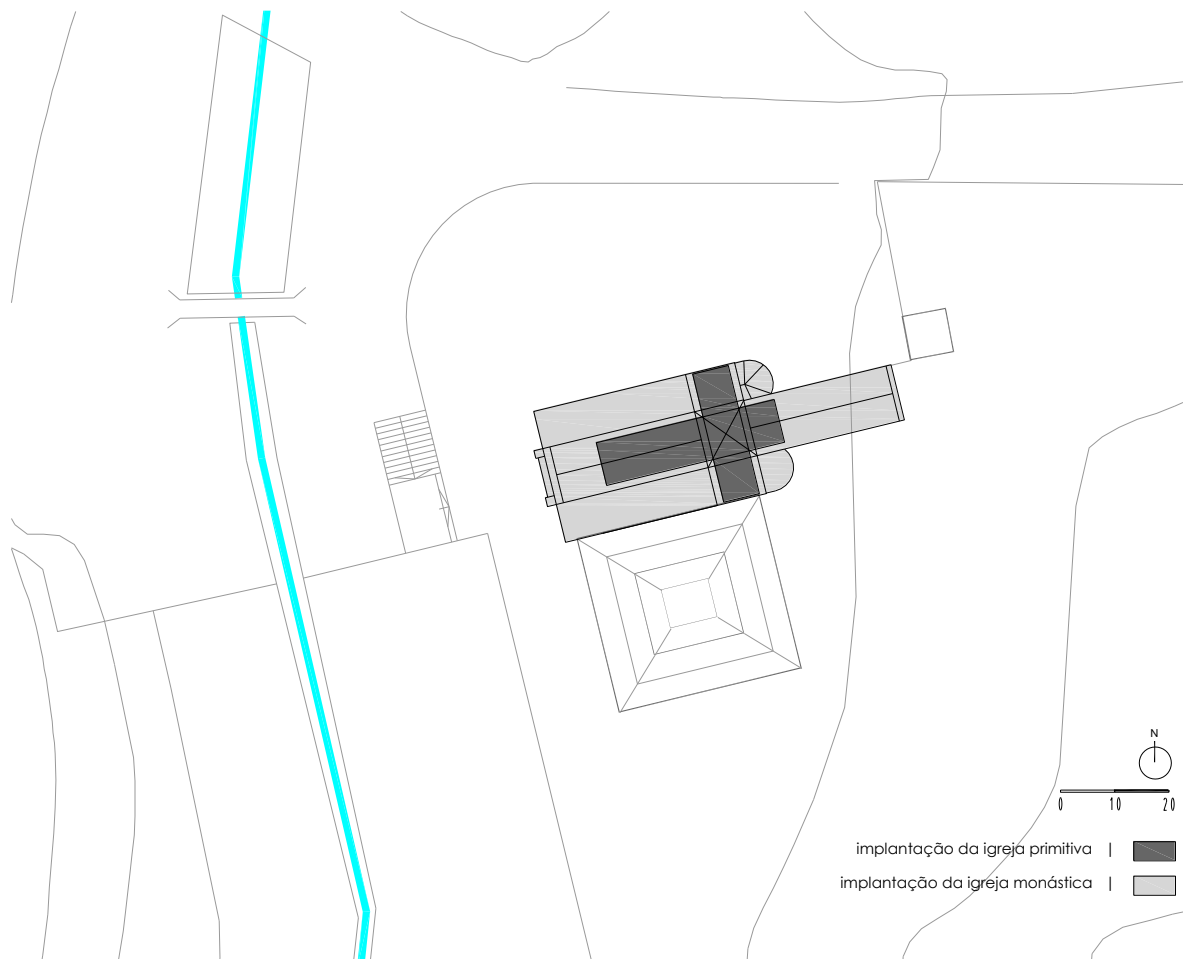


fig. 30 - Comparação das implantações das igrejas primitiva e monástica | desenho do autor

As imposições da época, relativamente à interdição de sepulturas em igrejas monásticas, levaram os fundadores do mosteiro a edificar uma segunda igreja, então anexa à primeira, servindo como panteão.

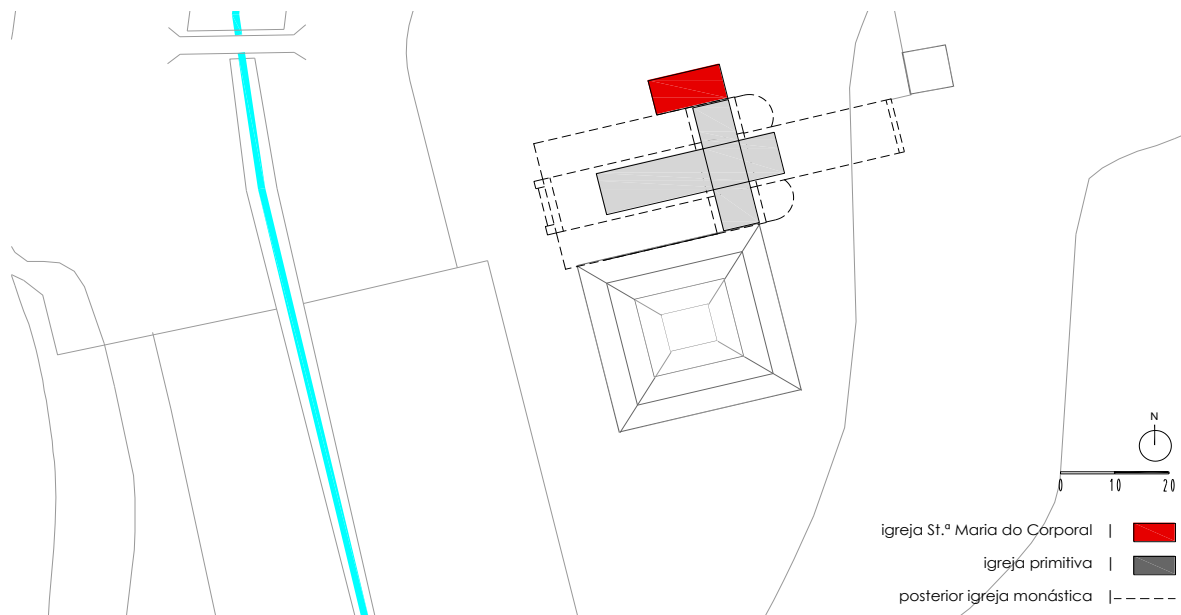
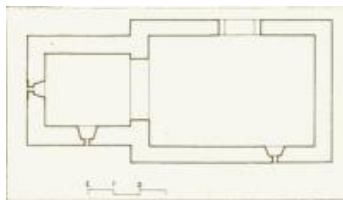
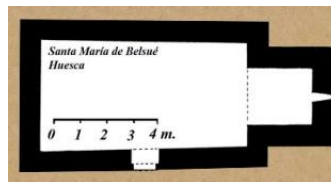


fig. 31- Implantação da igreja de Santa Maria do Corporal | desenho do autor

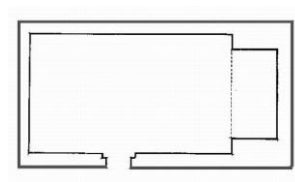
Edificadas aproximadamente no mesmo período são as igrejas de San Roman de Moroso, Santa Maria Bessue e Santa Maria de Espirre. As plantas que se apresentam seguidamente, permitem compreender a configuração planimétrica da época e, de alguma maneira, as dimensões que possuem.



San Roman de Moroso | séc. X



Santa Maria Bessue |
séc. X |



Santa Maria de Espirre |
séc. X |
s/escala

fig. 32 – Relação planimétrica da Capela do Corporal com outras igrejas | fonte www.arquivoltas.com

Essa igreja ou *Capela de Santa Maria do Corporal* dispunha-se de forma contígua a atual igreja românica, na banda do Norte, com a qual comunicava pelo topo do transepto, como escreveu Frei Leão de São Tomas: "... avia no Mosteyro outra como igreja que corria pelo lado do Cruseiro pera a parte Norte, edifycio muito bem feito de pedra de cantaria, a que chamavão Corporal", acrescentando que "Ali tinhão as fregueses seu Altar. alli lhe dizião Missa & alli lhe fazião sua estação" (Tomas, 1654-51, pp. 273-274). Embora se desconheça quais as fontes ou critérios de cálculo, atribui-se a esta igreja do Corporal uma existência de 643 anos, tendo como base o ano 962, provavelmente a data de início da construção, e 1605 correspondente à sua demolição (Aguiar, 2012, p. 223). Acrescenta, ainda, desconhecer o seu estilo arquitetónico e tamanho adiantando no entanto que se tratava de um edifício nobre e de trabalho delicado e ocupava parte do espaço do atual cemitério paroquial. Parece evidente que se tenha mantido inalterada desde a sua edificação até ao momento da demolição, no século XVII (DGEMN, 1939, p. 7), sendo, segundo se dá a entender, bastante ampla para servir de jazida familiar e as descrições acima referidas atestam-no ao confirmar culto aberto ao público.

- 1- Igreja monástica
- 2- Igreja primitiva
- 3- Capela do Corporal

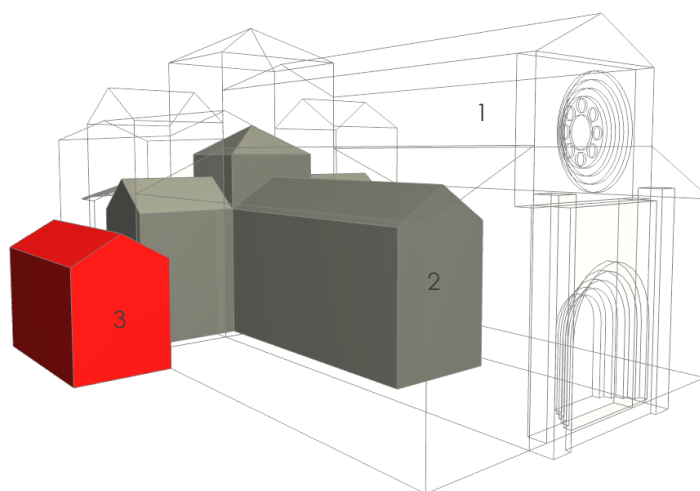


fig. 33 – Comparação da Capela de Santa Maria do Corporal com as igrejas primitiva e monástica | desenho do autor

De acordo com o livro velho das linhagens, Pero Trocosendo, filho do fundador do mosteiro, começou a fazer um paço junto ao mosteiro, acreditando-se ser também da sua autoria um dormitório grande para os religiosos, com uma Torre que Fr. Leão de S. Tomás afirma ter conhecido entre 1630 e 1650, embora, sem grande convicção, acreditava se tratar de obra de Egas Moniz (DGEMN, 1939, p. 8), dedução que induziu nesses edifícios a denominação de Paço e Torre de Egas Moniz.

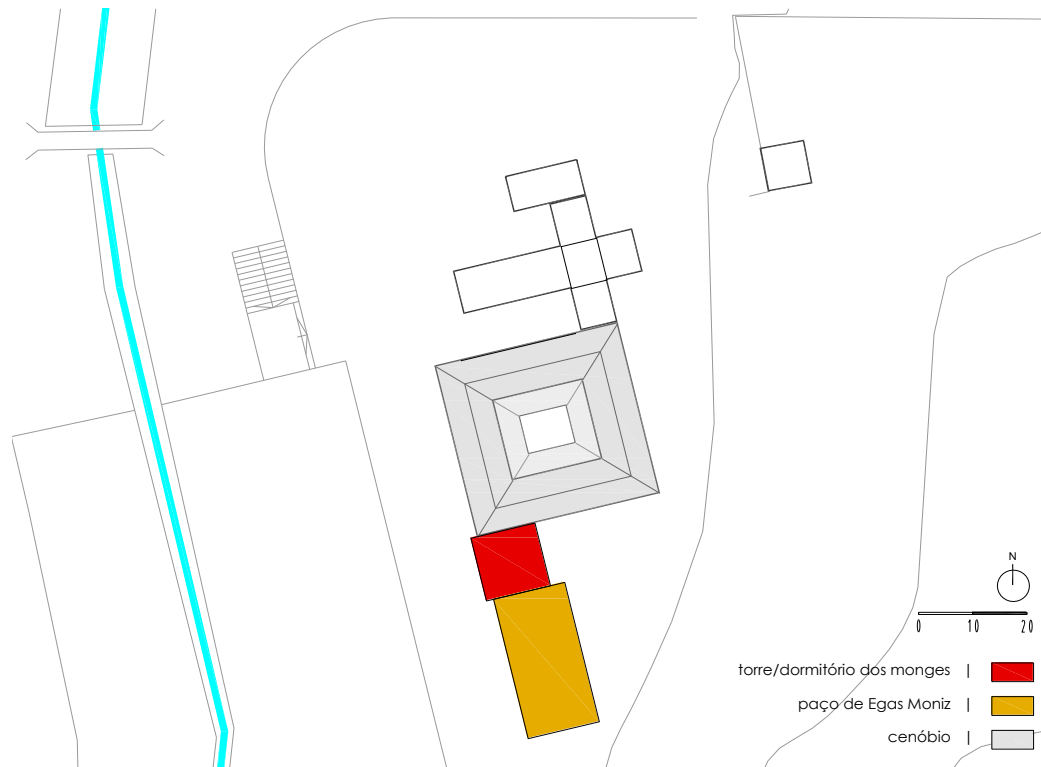


fig. 34 – Implantação da torre/dormitório dos monges e paço de Egas Moniz | desenho do autor

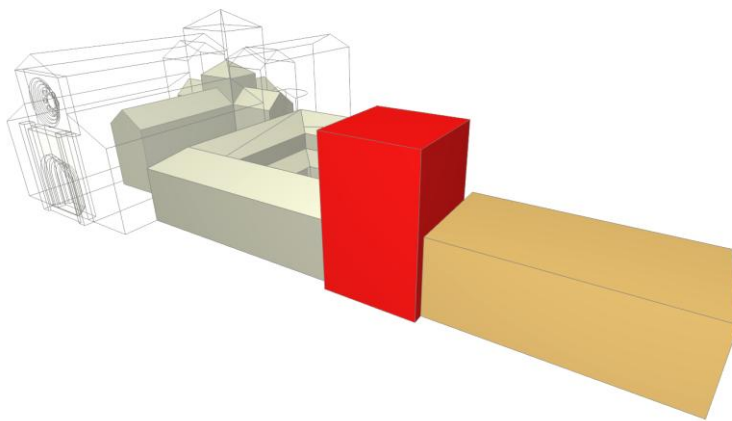


fig. 35 – Representação volumétrica da Torre e do Paço de Egas Moniz | desenho de autor

O Paço de Egas Moniz, ficava contíguo ao cenóbio, a Sul, na margem direita do ribeiro de Gamuz (Aguiar, 2012, p. 227). Existiram em Paço de Sousa duas torres medievais: uma de menagem do mosteiro que se levantava na retaguarda do atual cemitério; e a outra, a de menagem de Egas Moniz e sua honra, próxima do ribeiro, a Sul (Miranda, 1940, p. 88), implantação que as fig. 35 e 36 conjecturam. Admite-se a localização desta Torre na extremidade Sul da ala dos dormitórios que foi demolida em meados do século XX, atendendo aos vestígios de construções anteriores avistados aquando da remoção das terras. Supõe-se também que parte dessas pedras seriam da capela do corporal, devido aos ornamentos que as enfeitavam (Aguiar, 2012, p. 227)

As torres de Alcofra, Honra de Barbosa e Giela, são de planta quadrangular com medidas compreendidas entre os 7 e os 9 metros. A época de construção, contemporânea à de Paço de Sousa, a relação de proximidade e afinidade entre elas levam-nos a considerar as suas proporções e características para a análise. Por outro lado, também possui paço associado embora edificado posteriormente. A Torre de Giela, datada do século XIV, em nada se diferencia, possível exemplo de encaixe na relação Torre-Paço.

fig. 37 - Torre de Alcofra | séc. XII | DGEMN | fonte: IHRU



fig. 36 - Torre da Honra de Barbosa | séc. XI | DGEMN, 1975 | fonte: IHRU



fig. 38 - Paço de Giela | DGEMN | séc. XIV | fonte: IHRU

A este benfeitor, Egas Moniz, ao qual lhe são reconhecidas doações e benfeitorias, mais ou menos documentadas que implicitamente no-lo mostram com autoridade e solitudes de padroeiro único, com influência tutelar no mosteiro (DGEMN, 1939, p. 9), ficou o seu nome ligado ao logradouro em frente (Ferreira, 2000, p. 231). O patronímico de Gamus ou Egamús, correção de Egas Moniz, como se encontra escrito em velhos documentos, para além de denominação para o terreiro também é atribuído para a presa assim como para o carvalho onde o foral de audiências era realizado (Miranda, 1940, p. 89). Neste carvalho se fixavam os editais, prática tradicional do tempo dos coutos, e aí se fazia a eleição dos magistrados e oficiais que deviam servir o respetivo couto. Estava em frente da igreja do mosteiro, na margem esquerda do rio, um pouco além da fonte, em frente da recente residência paroquial, entretanto arrancado em 1885 (Aguiar, 2012).

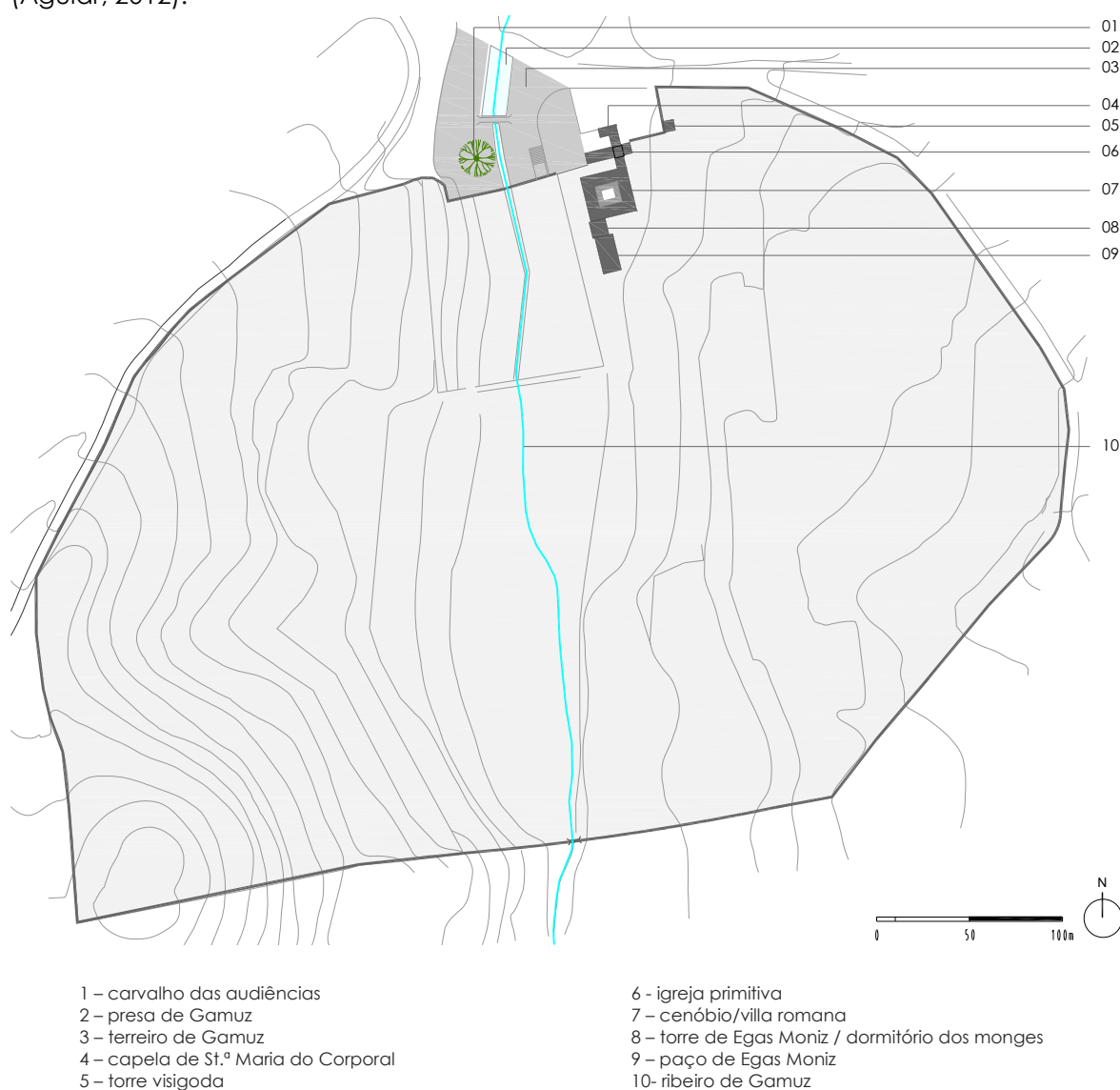


fig. 39 - Planta geral do mosteiro na época medieval – séc XII | adaptado pelo autor a partir do levantamento aerofotogramétrico do Concelho de Penafiel, 1993 | fonte: CMP

Tudo leva a crer que enquanto a administração do mosteiro esteve entregue aos prelados perpétuos, gestão que se confirma até finais do século XIV, este mosteiro enriqueceu e cresceu em influência e prestígio (Dias, 1993, p. 99). As obras da igreja monástica, que se alongaram no tempo, decorrem nestes governos. Não há registos a partir dali de investimentos dignos de referência. Existe, isso sim, menção da visita de Alonzo Zorrilla a vários mosteiros, nomeadamente a S. Salvador de Paço de Sousa, descrevendo este visitador que o mosteiro se encontrava em grande estado de desolação e perdição dos monges denunciando necessidade de obras (Pascual, 1981, pp. 275-290). Confirma-o o Dr. João Pais ao visitar o mosteiro descrevendo-o num estado de estrago deplorável. Se nesta época, início da segunda metade do século XVI, o edifício se encontrava no desolado estado atrás descrito, facilmente se percebe o desleixo a que foi votada a conservação, quanto mais obras ou acrescentos. O arquivo do Mosteiro de Paço de Sousa não conservava memórias de reedificações anteriores à época da reforma beneditina, ou seja em 1567 (Meireles, 1942, p. 10).

Poder-se-á concluir que a volumetria do complexo monástico até finais do século XVI seria correspondente à imagem seguinte.

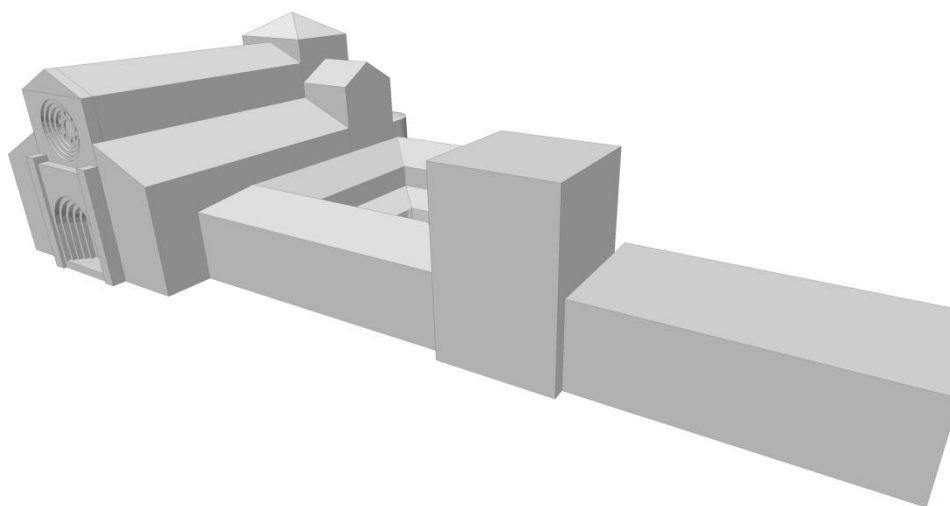


fig. 40- Volumetria conjectural do mosteiro no século XVI | desenho do autor

Do conjunto monástico naquela época fazia parte: a igreja, com uma volumetria idêntica à atual; o cenóbio, ou o resultado de adaptações e alterações à villa romana; e a Torre de Egas Moniz que serviu de dormitório. O Paço de Egas Moniz em determinado momento terá sido ocupado pelos monges, atendendo à reutilização dos seus materiais nas obras dos finais do século XVI, princípios do século XVII e à integração dos terrenos na cerca.

Relativamente à arquitetura da igreja, em Paço de Sousa o templo apresentava uma planta retangular composta por três naves, sendo a central mais elevada, transepto inscrito e capela-mor cilíndrica ladeada por dois absidíolos.

Em termos planimétricos seria semelhante à Igreja de S. Pedro de Rates, de origem igualmente monástica da comunidade beneditina, com uma área de implantação idêntica, cuja abside românica que encerra a capela-mor foi restituída nas operações de restauro levado a cabo pela DGEMN.

Ou, ainda, a igreja do Mosteiro de Travanca, embora com dimensões ligeiramente inferiores às da igreja de Paço de Sousa e S. Pedro de Rates, de espacialidade mais próxima da de S. Salvador de Paço de Sousa, com as naves assentes igualmente em quatro tramos. As cabeceiras apontam idêntica origem em abside ladeada por absidíolos e registam posteriormente a mesma evolução na capela-mor retangular, sendo a de Travanca menos profunda.

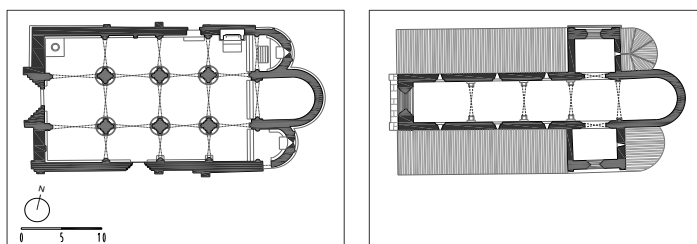


fig. 41 – Configuração da planta da igreja do Mosteiro de S. Salvador de Paço de Sousa até finais do século XVI | adaptado pelo autor dos desenho do IGESPAR

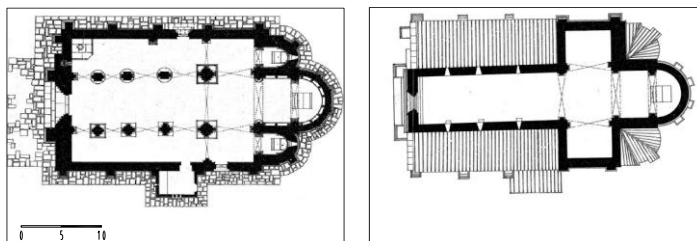


fig. 43 - Planta da Igreja de S. Pedro de Rates | depois de reintegrada no estilo original pela DGEMN | fonte: IHRU

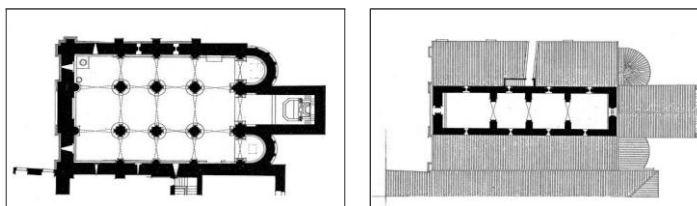


fig. 42 - Planta da igreja do Mosteiro de Travanca | estado atual | DGEMN | fonte: IHRU

As verdadeiras alterações no complexo monástico de S. Salvador de Paço de Sousa viriam a acontecer no período inquietante de impasse entre extinção e reforma com o arranque das obras iniciadas a partir de 1580, justamente após a extinção das comendas e dos respetivos abades comendatários. Num relativo curto espaço de tempo o mosteiro vai sofrer transformações profundas na sua estrutura, com as primeiras demolições dos antigos dormitórios e as Torres, seguindo-se o cenóbio primitivo e o Paço (AAVV, 1844, p. 194).

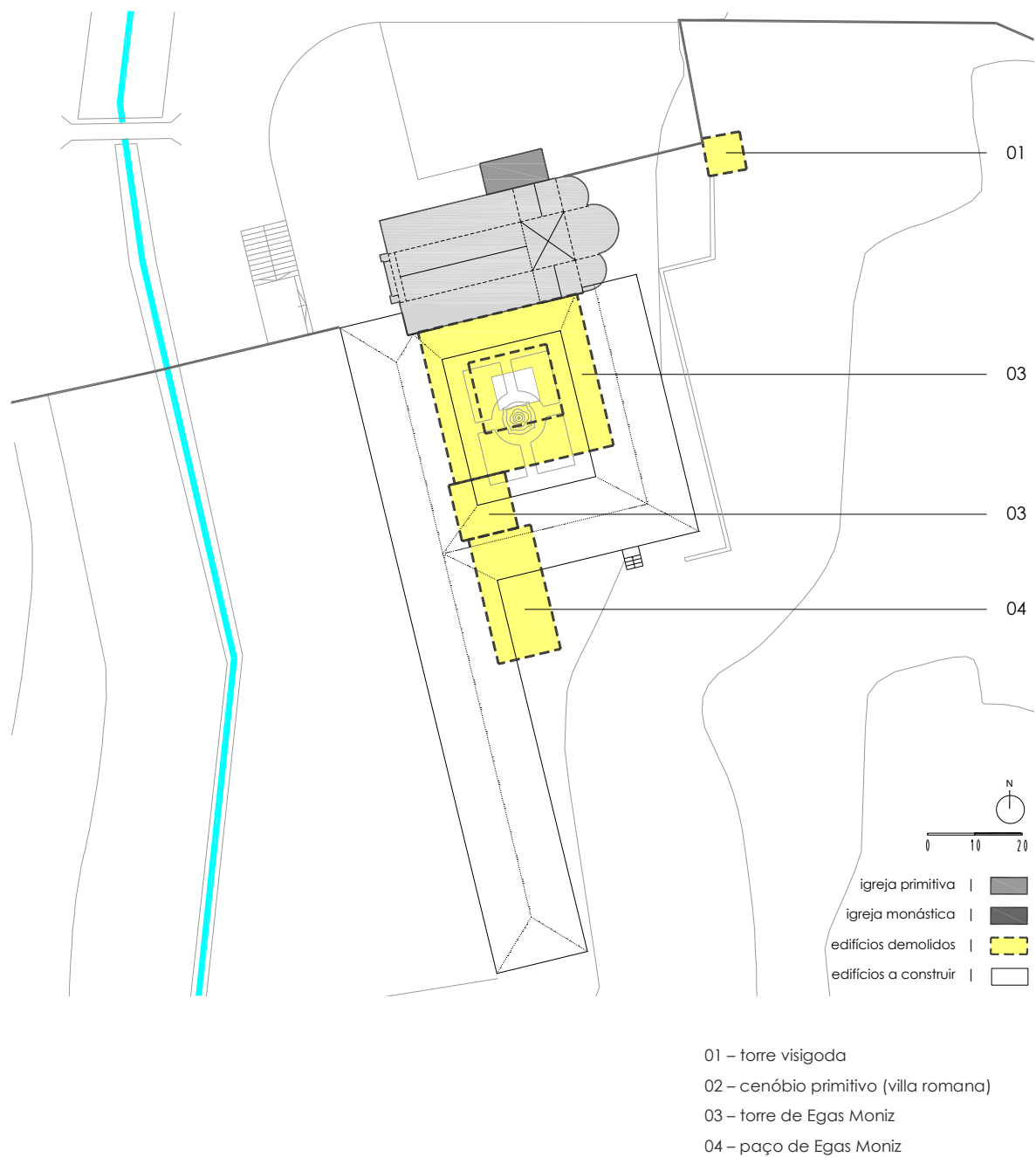


fig. 44 - Relação dos edifícios demolidos nos finais do século XVI | desenho do autor

Aquelas demolições surgem não só pela necessidade de espaço e a confirmada degradação dos edifícios mas também no seguimento do novo paradigma da época renascentista. É nas inquirição de 21 de Fevereiro de 1579 na estimativa que os mestres pedreiros e carpinteiros contabilizaram para reedificar o mosteiro que se abre o processo de obras. Consideravam o aproveitamento de todos os materiais do antigo dormitório e toda a pedra da Torre que pertenceu a Egas Moniz, então arruinada, e a quantia de 1.126.000 reis necessários para a reconstrução do mosteiro (Meireles, 1942, p. 10). O momento exato do início das obras não se encontra esclarecido, porém, existem registos relativos à demolição da Igreja de Santa Maria do Corporal em 1605 por ordem do Abade Fr. Martinho Golias. Ao ser recentemente demolida a ala do dormitório, em meados do século XX, com o propósito de reaproveitamento das pedras para a construção da Casa do Gaiato, no decurso das remoções de pedras e entulho apareceram restos de cantaria que se aponta ter pertencido à Igreja do Corporal (Aguiar, 2012, p. 227). Também nas paredes da sacristia, claustro e refeitório se encontram pedras com siglas e inscrições, facto que demonstra a construção desses espaços nesse triénio de 1602-1605. Frei Leão de São Tomas faz referência ao acontecimento da seguinte forma:

"Neste Mosteiro fez obras admiraveis porque achou imperfeitissimas as officinas. Fez casa de refeitório cozinha, dous lanços do claustro, e parte de hum dormitório". (Tomas, 1654-51, p. 276)

Tudo leva a crer que as primeiras demolições para aproveitamento da pedra tenham sido as torres visigoda e Torre de Egas Moniz ainda nos finais do século XVI e que ainda nesse período ou no início do século seguinte se tenha construído a torre sineira assumindo o carater simbólico das extintas. Apesar da ausência de relatos relativos à data da sua edificação há referência no ano de 1668 que aponta a sua existência em tempo anterior:

" Fundiram se quatro sinos e acrescentarao se de sorte que pezando o mayor dezanove arrobas e meya quando se deceo da torre peza hoje vinte e sette, e todos os demais se acrescentarão no seu tanto. " (Rodrigues I. M., 2006, p. 34)



fig. 45 - Imagem da Torre Sineira enquadrada no conjunto monástico | foto de Marques Abreu | antes do incêndio de 1927 | fonte: <http://koolkase.blogspot.pt>

A referência do grupo de sinos indica a existência de uma estrutura portante de consideráveis dimensões que os sustentasse, possível então através da conhecida torre sineira já desmantelada pela DGEMN no séc. XX. Por outro lado, a substituição dos sinos por outros de maior porte denuncia que a sua presença foi de tempo suficiente para mover desejo de renovação. Essa torre encontrava-se adossada no lado esquerdo do frontispício, sobre os primeiros arcos interiores da igreja e nos muros da frontaria e fachada lateral do Sul (DGEMN, 1939, p. 20). No séc. XVII o mosteiro já teria a volumetria que a seguir se apresenta.

fig. 46 - Volumetria do
mosteiro em meados do séc.
XVII | perspectiva de Noroeste
| desenho do autor

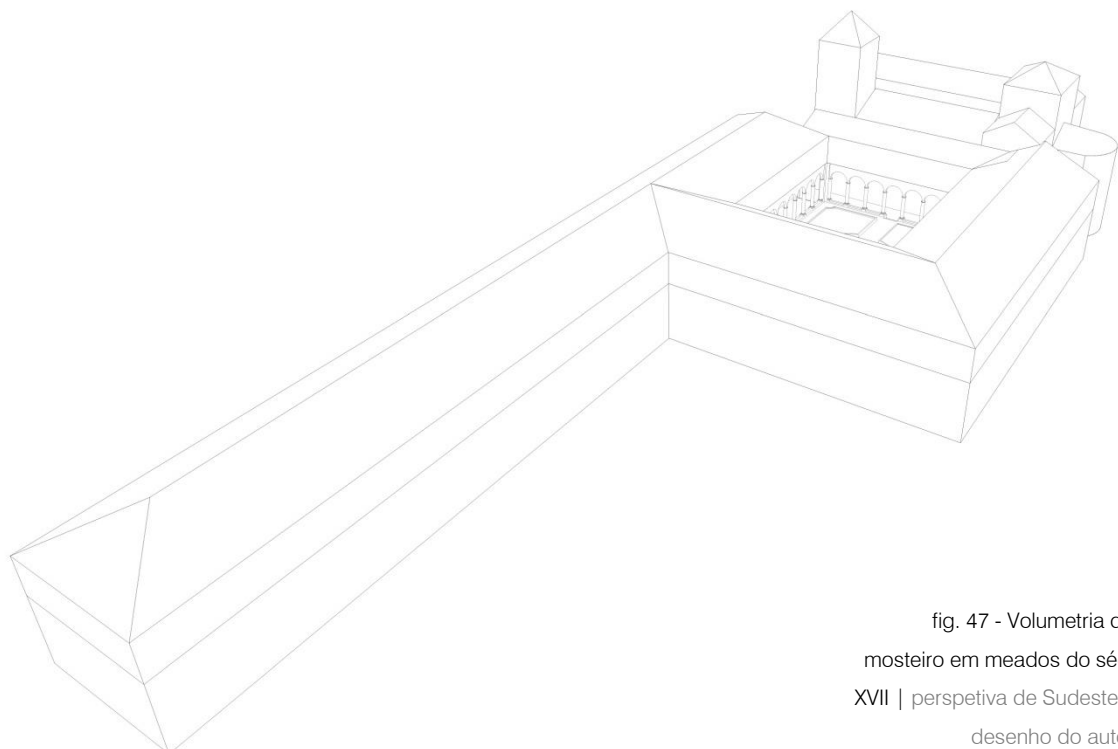
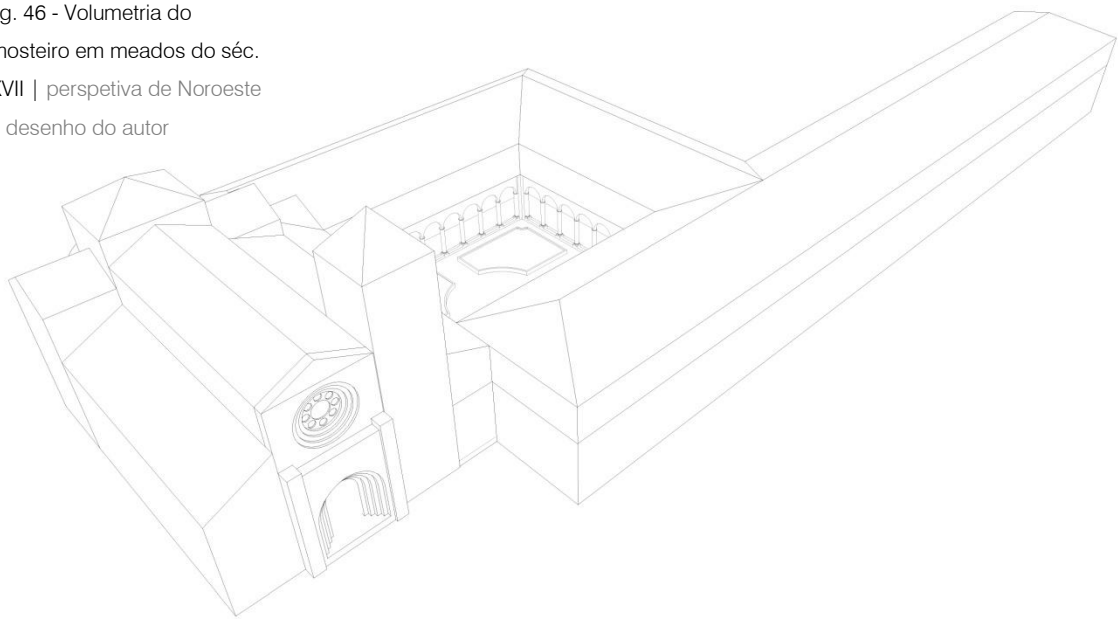


fig. 47 - Volumetria do
mosteiro em meados do séc.
XVII | perspectiva de Sudeste |
desenho do autor

A configuração que se conheceu ainda no início do século XX terá sido definida até aos meados do século XVII, muito provavelmente no triénio de 1632/1635 com a conclusão das obras do dormitório. A partir daquela data as descrições apontam benfeitorias, conservações e remodelações de espaços que pouco alteram a configuração volumétrica do complexo monástico.

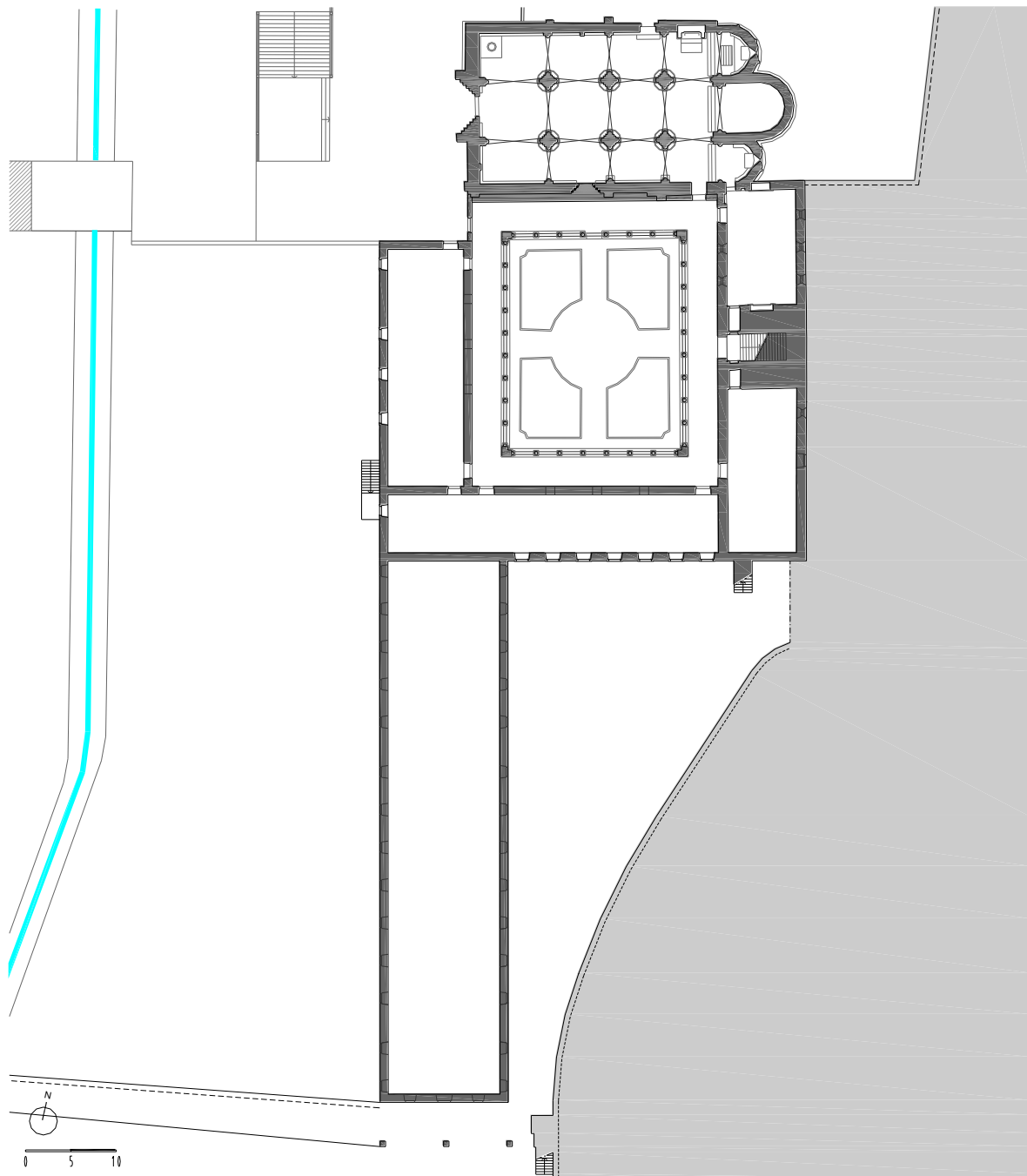


fig. 48 - Planta do piso 0 em meados do séc. XVII | adaptado pelo autor a partir de peças desenhadas do IGESPAR

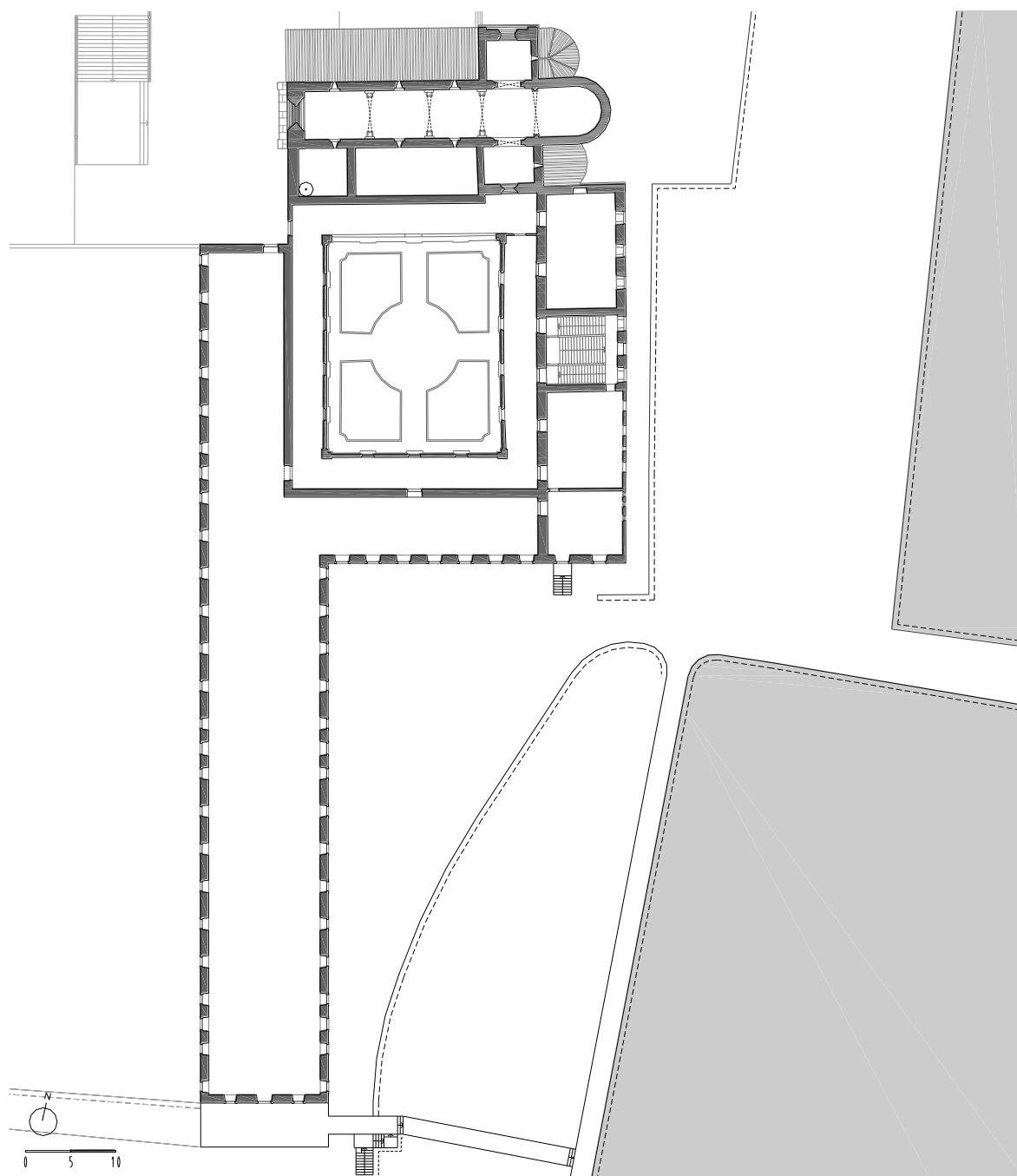


fig. 49 - Planta do piso 1 em meados do Séc. XVII | adaptado pelo autor a partir de peças desenhadas do IGESPAR

As plantas que se apresentaram acima representam a possível configuração planimétrica em meados do século XVII. O desenvolvimento das obras terá acontecido a partir da igreja e retoma as matrizes de ocupações ao longo do curso do ribeiro com o volume alongado do dormitório. As restantes oficinas organizam-se em função do

claustro que substituiu o primitivo pátio e as transformações vão tomando a verdadeira forma regular do mosteiro tipo.

Depois do grosso das obras que definiu a forma do mosteiro, as intervenções posteriores que afetaram o aspeto do edifício são o prolongamento do corpo do dormitório sobre o adro, numa aproximação à porta axial. A obra aconteceu no triénio de 1659 a 1662 merecendo a seguinte anotação:

“Continuouse com o dormitorio até dar a porta da Igreja, (...) (Rodrigues I. M., 2006, p. 32)

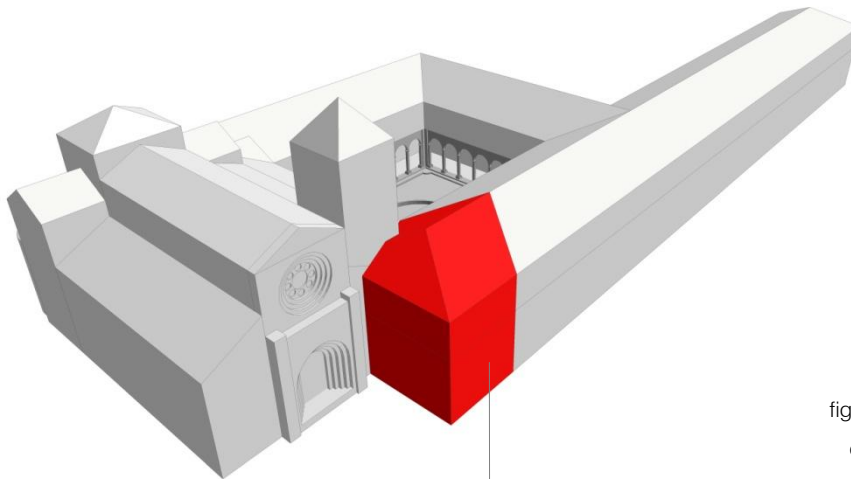


fig. 50 – Perspetiva do Mosteiro com o acréscimo da ala Poente | vista de Noroeste | desenho do autor

Acrescento ao corpo do dormitório

Para além da ampliação da ala Poente dos dormitórios sobre o adro, já nos finais do século XVIII a capela-mor é alterada para a atual configuração de planta retangular com cerca de 22 metros de profundidade. É nos registos da administração do triénio de 1783-1786 que se informa a conclusão da empreitada na capela-mor, conforme se transcreve:

" Concluhioce de pedra a capella mor conforme o seu risco, estando só principiada. madeirouce com toda a segurança o tilhado e sepos a mourisca; e para reparar de qualquer incidente de agoa sepos hum guardapô bem seguro e capaz. Poce o Magestozo Retabolo que nela seve " (Rodrigues I. M., 2006, p. 84)

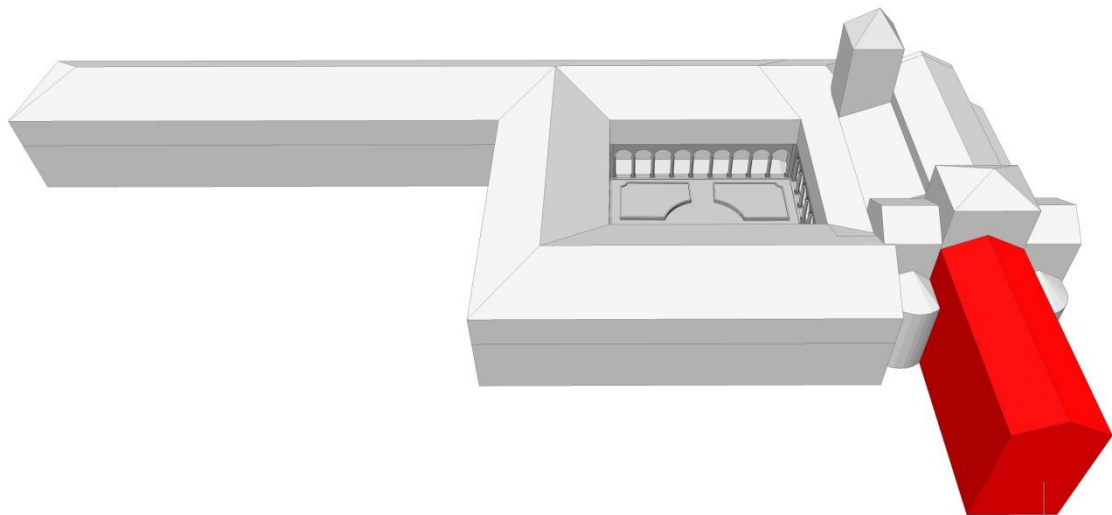


fig. 51 - Perspetiva do Mosteiro de Paço de Sousa com a capela-mor retangular | vista de Poente |
desenho do autor

Capela-mor de planta retangular

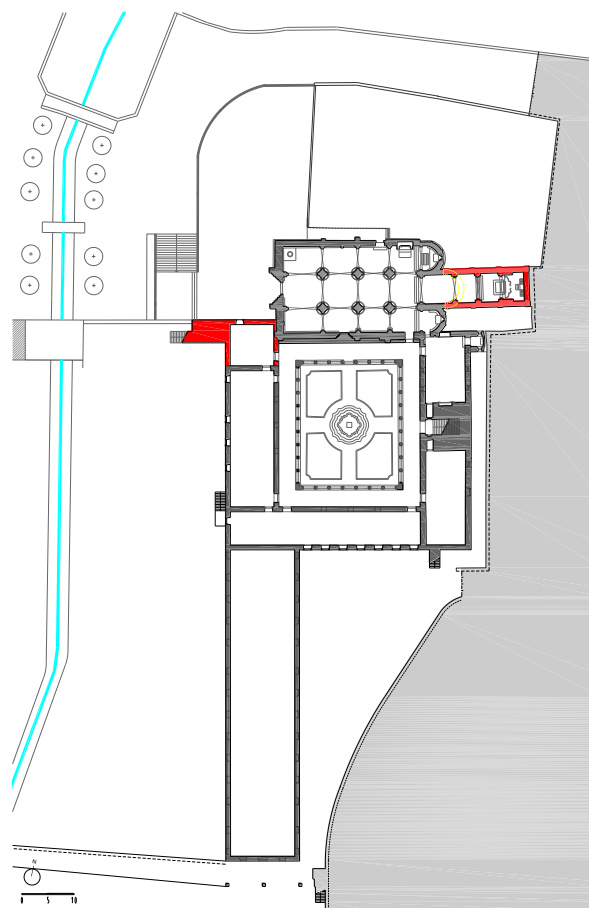


fig. 52 - Planta do piso 0 |
ampliação da ala do
dormitório e capela-mor |
adaptado pelo autor a
partir de peças
desenhadas do IGESPAR

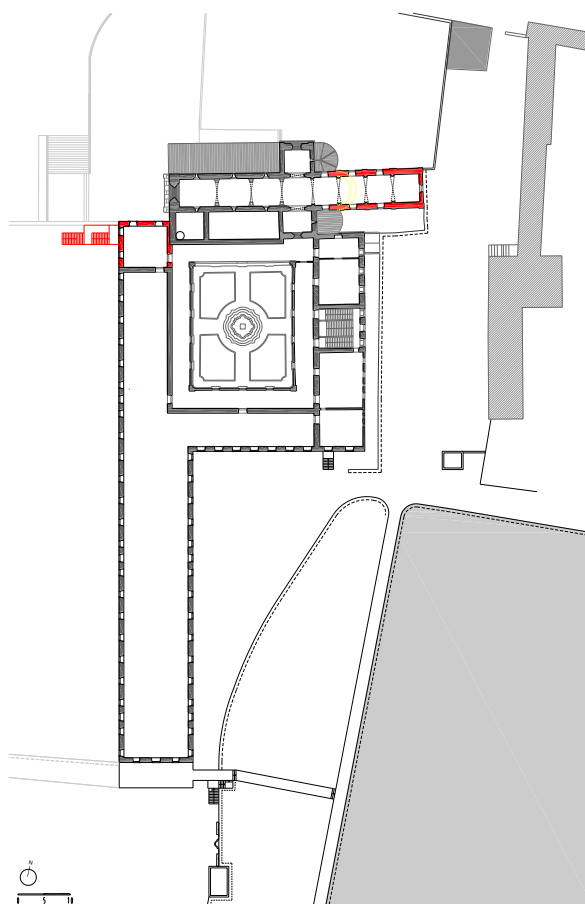


fig. 53 - Planta do piso 1 |
ampliação da ala do
dormitório e capela-mor |
adaptado pelo autor a partir
de peças desenhadas do
IGESPAR

Embora a composição volumétrica do mosteiro se tenha formado na primeira metade do século XVII, o edifício ao longo do tempo foi objeto de alterações, grande parte delas de reedificação, outras de atualização de imagem plástica ao estilo arquitetónico da época, ou em adaptações do espaço interior às necessidades do momento. Os registos lavrados pela administração nos respeitantes trienos de governo do mosteiro apontam pistas na organização do espaço. Os *estados* apresentados em Tibães pelos abades, em conjunto com os restantes estadistas, então definidos como sendo o recebedor, o gastador e o irmão depositário, que trienalmente, no final do mandato, explicam os gastos, receitas, investimentos e iniciativas relativamente ao aspeto físico do mosteiro, tal como determinavam as constituições. São uma fonte de informação que se explora para representar a espacialidade do edifício monástico.

Nesse sentido, para se dar a perceber o funcionamento do edifício, entende-se apropriado apresentar discriminadamente cada dependência, devidamente enquadrada no conjunto, acompanhada com a descrição que deu origem à leitura e interpretação desse mesmo espaço.

Circulações no piso térreo

Galeria aberta do claustro.

Informações complementares:

1641 – “fizerão hú lanço do claustro que cahio ” (Rodrigues I. M., 2006, p. 27)

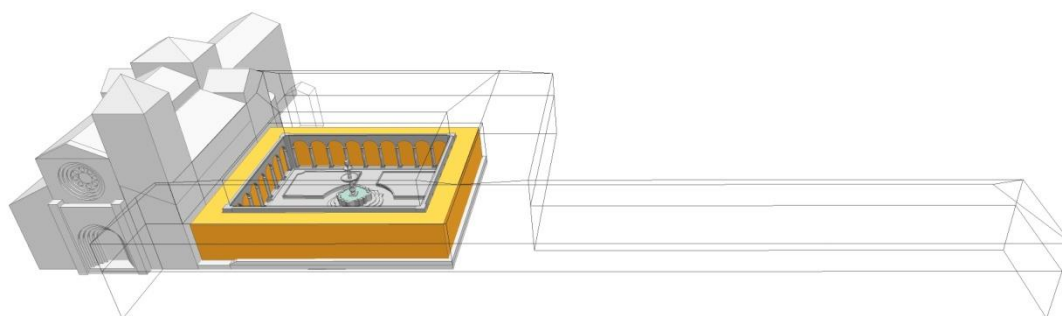


fig. 54 - Perspetiva da localização da circulação no piso térreo | desenho do autor

Circulações no piso 1

Galeria superior do claustro e corredor do dormitório.

Informações complementares:

1647 – “Reformou o sobrado q’vay da porta do choro para a do capitulo ” (Rodrigues I. M., 2006, p. 30)

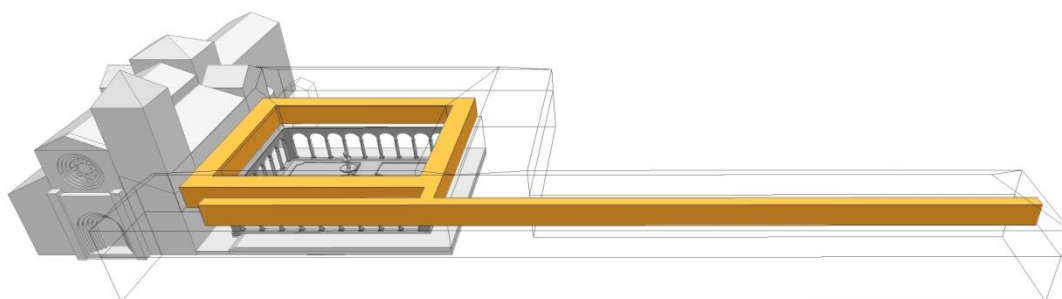


fig. 55 - Perspetiva da localização da circulação no piso 1 | desenho do autor

Escadarias Regrais

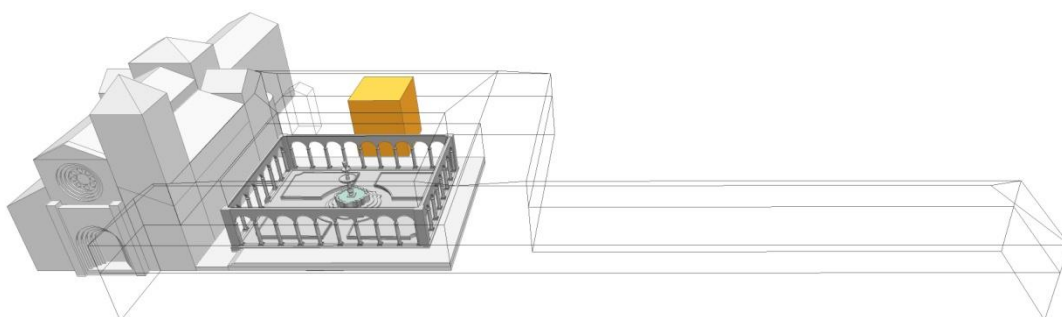


fig. 56 – Perspetiva da localização das Escadarias Regrais | desenho do autor

Portaria comum

No piso 0 da ala Poente, contígua ao adro, perpendicular à fachada principal da igreja.

Informações complementares:

1755 – “ Fesce o portal da portaria com o seu patio, e degraus com sua porta de castanho e almofadadas. No interior da casa da portaria se puzeram doas portas de castanho almofadadas com duas tranquetas de ferro e chaves (...) Reformouce a imagem do Nosso Santo Patriarcha que está na portaria e se pintou o nicho e talha de pedra que tem aroda”.

1758 – “ Na Portaria fesce hum coberto; elagiouce de pedra em toda a entrada em correspondencia das escadas que sobem para a portaria e Igreja.”

1786 – “ (...) como tãobem sefez de novo a caza da portaria ” (Rodrigues I. M., 2006, p. 85)

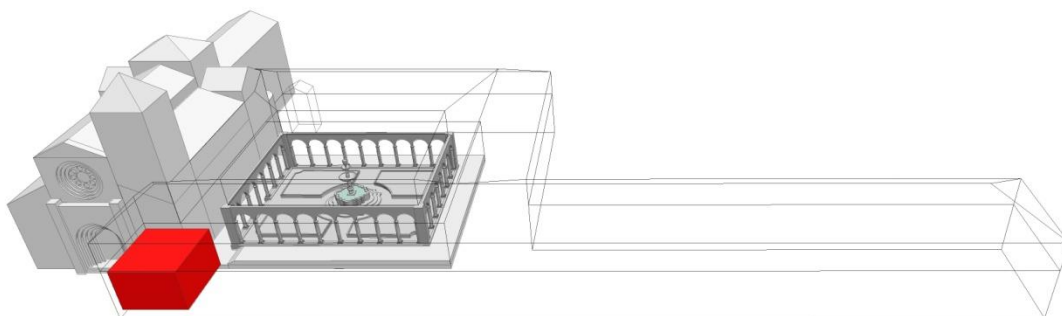


fig. 57 - Perspetiva da localização da Portaria Comum | desenho do autor

Salão

No piso 0 da ala Poente, imediatamente a seguir à portaria.

Informações complementares:

1804 – “ Fesse de novo um salão forrado de esteiras a imitar o estuque, e cobriose com guardapó as tres grandes janelas do salão ” (Rodrigues I. M., 2006, p. 95).

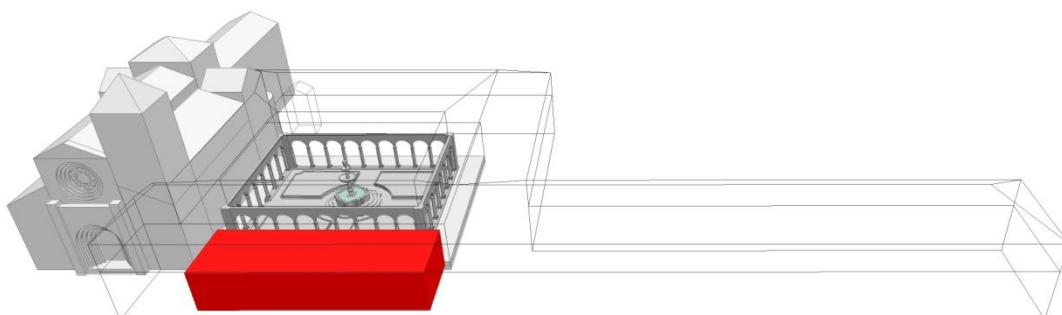


fig. 58 - Perspetiva da localização do Salão | desenho do autor

Celas dos Prelados

No piso 0 da ala Poente, imediatamente a seguir ao salão.

Informações complementares:

1804 – “ Abriose do salão pra a cella dos Prelados hum portal por onde se entra na sala das vezitas que se fez toda de novo ” (Rodrigues I. M., 2006, p. 96)

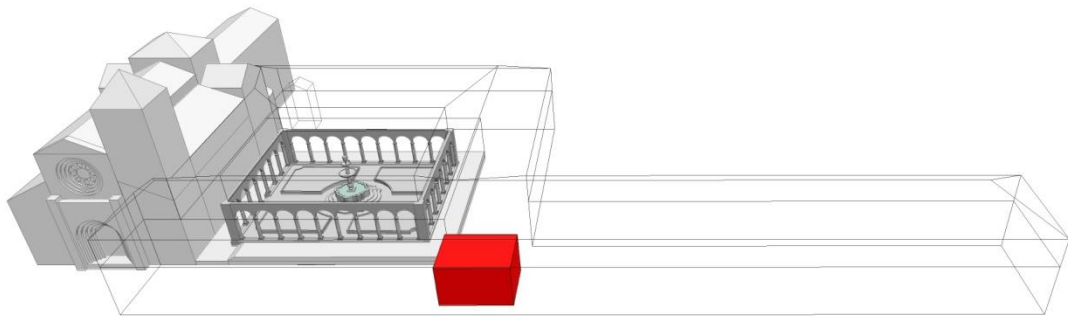


fig. 59 - Perspetiva da localização das Celas dos Prelados | desenho do autor

Sala de visitas

No piso 0 da ala Sul, junto às celas dos Prelados com comunicação direta ao salão.

Informações complementares:

1635 – “Fesce huã sala co sua chaminé para as recreações do conuento, para hospedes epera fassre as barbas, que tem de largo trinta e tres palmos, e de comprido corenta esinco, fica forrada acabada. “ (Rodrigues I. M., 2006, p. 25)

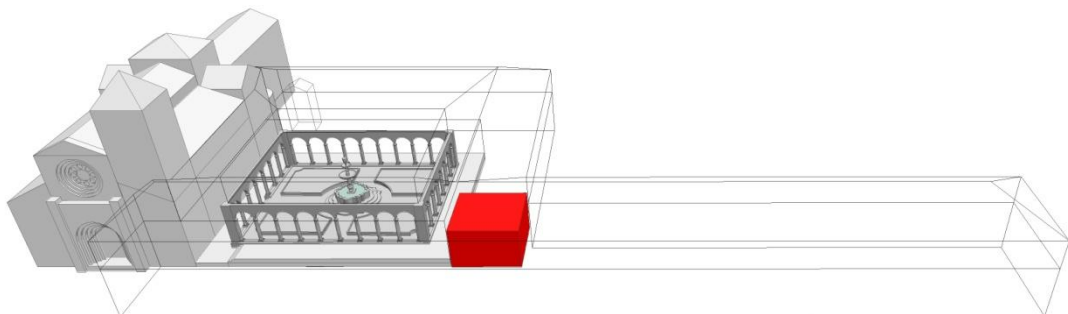


fig. 60 - Perspetiva da localização da Sala de Visitas | desenho do autor

Hospedaria

No piso 0 da ala Sul, junto da sala de visitas que se complementa.

Informações complementares:

1804 – “ Na cappela mor, etodo o corpo da Igreja se poz [?] novo, e ao lado della para a parte do claustro fesse hua porta nova das hospedarias que comprehende hum corredor com quatro hospedarias “

1807 – “ Esteirou-se a Salla da Hospedaria, que fica junto á Cella dos Prellados “ (Rodrigues I. M., 2006, p. 102)

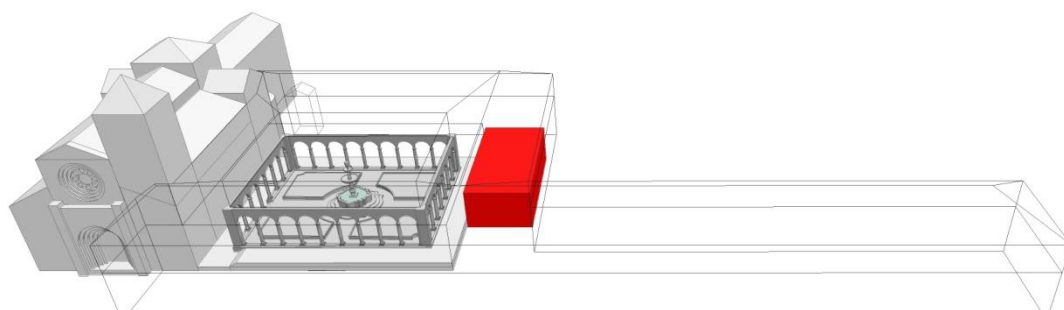


fig. 61 - Perspetiva da localização da Hospedaria | desenho do autor

Adega

No piso 0 da ala Nascente.

Informações complementares:

1647 – “ Pos huma porta nova no claustro que vay para a adega”

1780 – “Fizerão-se tres oculos na Adega com grades de ferro “ (Rodrigues I. M., 2006, p. 81)

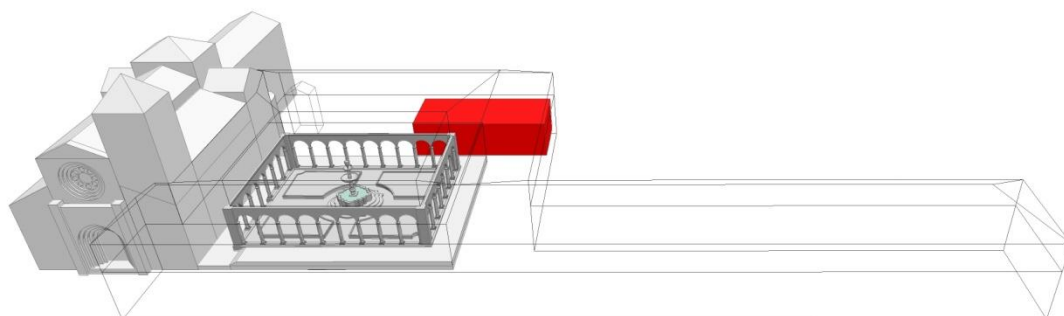


fig. 62 - Perspetiva da localização da Adega | desenho do autor

Sacristia

No piso 0 da ala Nascente, com comunicação à capela lateral esquerda da igreja.

Informações complementares:

1635 – “Fesce na sacristia hu ornamento de tella de damasco branco” (Rodrigues I. M., 2006, p. 25)

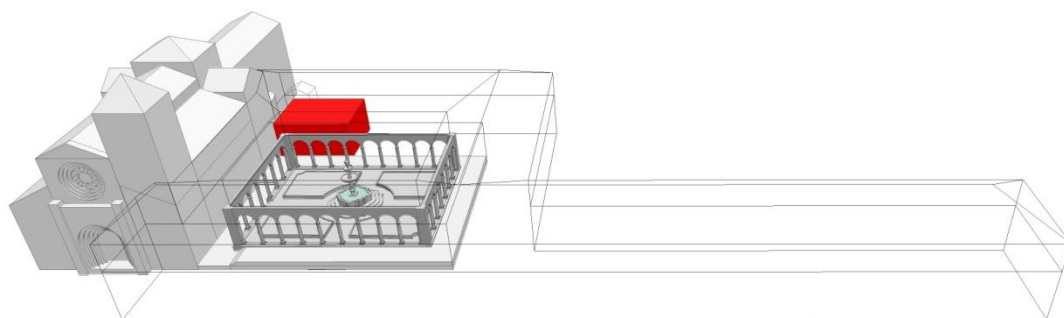


fig. 63 - Perspetiva da localização da Sacristia | desenho do autor

Casa do lavatorio

No piso térreo, contíguo à ala Nascente, anexo à sacristia.

Informações complementares:

1737 – “ (...) fez huã casa para lavatorio apparilhada com seus esguichos ” (Rodrigues I. M., 2006, p. 45)

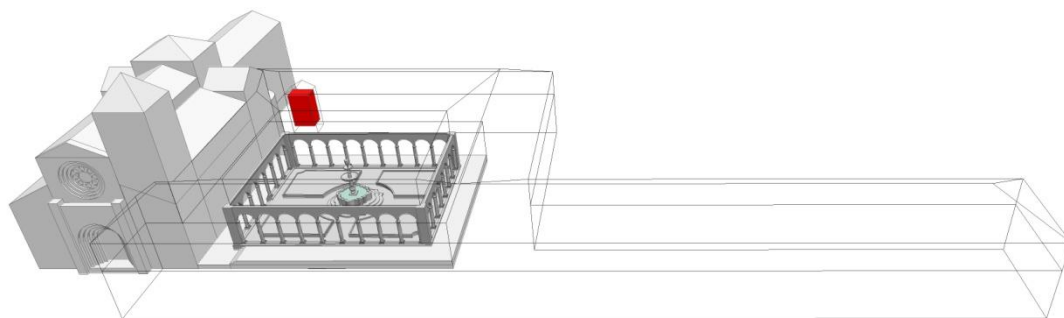


fig. 64 - Perspetiva da localização da Casa do Lavatório | desenho do autor

Sala do Capítulo

No piso 1 da ala Nascente, contígua à igreja e sobre a sacristia.

Informações complementares:

1662 – “ Forrousse a caza do Capitulo que esta sobre a sanchristia ”

1725 – “ Forrouse a caza do capitulo, abriuselhe huã porta, e huã sacada, com grade de ferro, pozeraohe portas oleadas; posce o Retabolo com o Desterro; hú caixam para os ornamentos; puzeraose cachorros de pedra para os assentos, posce huã vidraça na sacada. ” (Rodrigues I. M., 2006, p. 41)

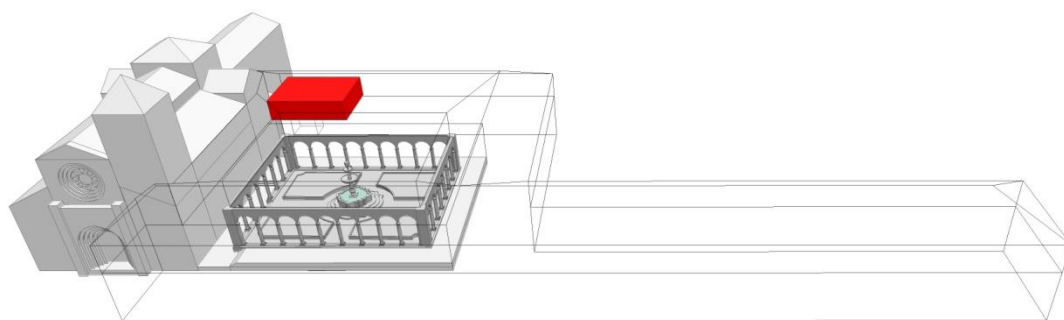


fig. 65 - Perspetiva da localização da Sala do Capítulo | desenho do autor

Hospício

No piso 1 da ala Nascente, entre a escadaria e a cozinha.

Informações complementares:

1752 – “ Fesse hu repartimento de madeira com sua porta no hospicio para melhor comodidade dos religiosos e hospedes ”

1780 – “ Fes-se a porta que vai do hospicio para a cozinha (...) Solhouse de novo todo o hospicio e selhe pozerão janellas novas ” (Rodrigues I. M., 2006, p. 80)

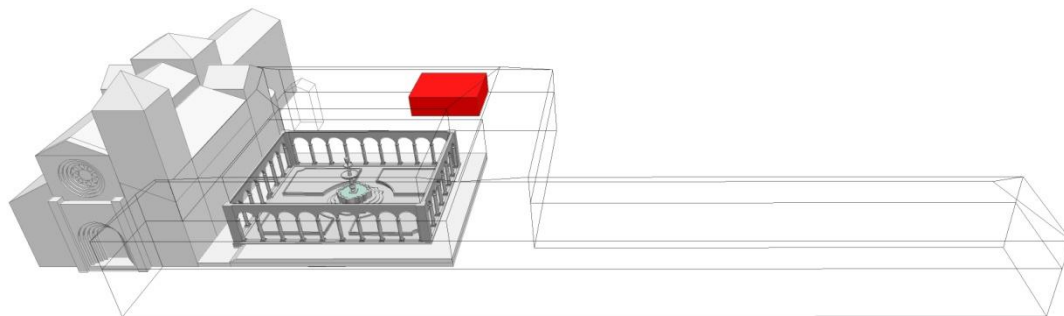


fig. 66 - Perspetiva da localização do Hospício | desenho do autor

Cozinha

No piso 1 da ala Nascente/Sul.

Informações complementares:

1644 – “Fese junto da porta da cozinha hua fonte de agoa”

1734 – “ Feçe a parede da cozinha de nouo para a parte da portaria, e abriose hua janella grande com grades de ferro ” (Rodrigues I. M., 2006, p. 43)

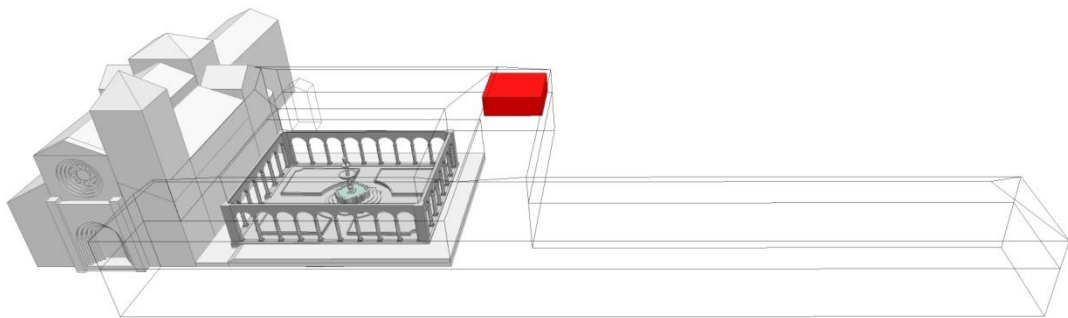


fig. 67 - Perspetiva da localização da Cozinha | desenho do autor

Refeitório

No piso 1 da ala Sul.

Informações complementares:

1722 – “Solhouse o refeitório, meteraosse cachorros de pedra na parede para assentos que se fizerão de nouo, azolejousse o refeitório, se albaraasselhe as paredes, emgessose o forro de cor azul ” (Rodrigues I. M., 2006, p. 40)

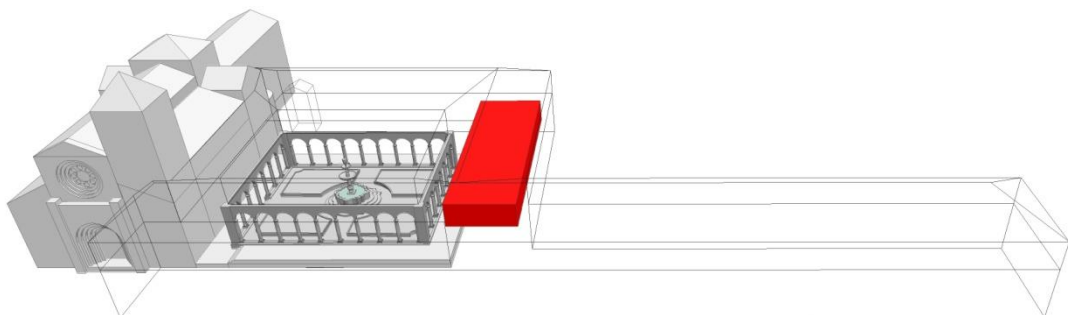


fig. 68 - Perspetiva da localização do Refeitório | desenho do autor

Biblioteca

A biblioteca/livraria teve duas localizações ao longo do tempo:

a primeira no piso 1 junto ao adro; posteriormente, no piso 0 entre a portaria e o salão, mas sempre na ala Poente.

Informações complementares:

1635 – “ Puzerão-se os livros em huã cella determinada para Livraria ”

1662 – “ Da parte do Terreiro se fes hua caza de livraria com trinta e oito palmos de comprido com duas janellas ”

1770 – “ Fizerão-se doas cellas na caza da livraria antiga e de novo se abrio húa porta para o dormitório ”

1770 – “Na mayor parte do salão antigo sefez de novo hua grande caza para a livraria, forrada e solhada de castanho, com muito boa perspectivas. Pois fica com duas grandes janelas para a parte do Nascente, na parede do poente se fez hua porta bem lavrada, com o seu remate por cima ” (Rodrigues I. M., 2006, p. 75)

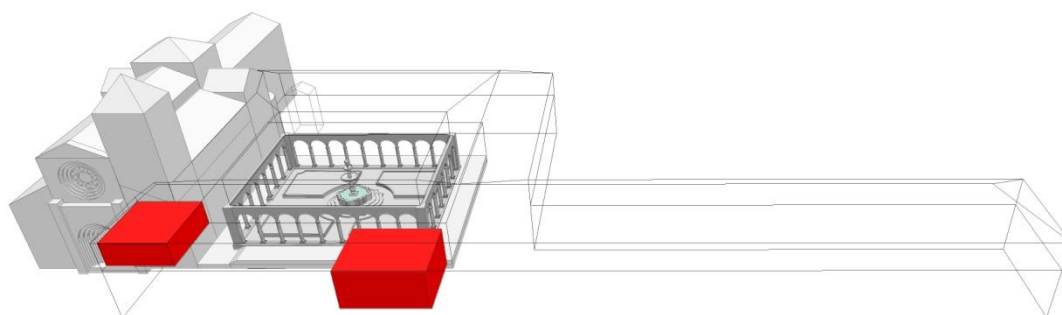


fig. 69 - Perspetiva da localização da Livraria | desenho do autor

Dormitório

No piso 1 da ala Poente.

Informações complementares:

1632 – “ Fizerao-se no fim do dormitorio duas secretas e sete cellas perfectas e acabadas por cima da parte do ocidente pondo-se algumas traves de novo. Fizerão-se mais da mesma parte quatro cellas e huá saccada perfeita. Fosse mais a parede do corredor da parte do nascente q’tem de comprido dusentos e sincoenta palmos e quarenta. Forrou-se o corredor do dormitorio que tem de comprido dusentos e oitenta palmos. Forrarão-se mais tres saccadas do dormitorio que tem de comprido cento e sete palmos. ”

1635 – “Fosse hu pedasso de dormitorio que tem de comprimento setenta palmos em que contem tres cellas. “

1662 – “Continuouse com o dormitorio até dar a porta da Igreja, comesandose então a obra afazer da parte de fora do andar das traves até a cornija e da parte do meo fica debaixo das portas das cellas, da face da terra ao cume do telhado “

1665 – “ Fezerão as janellas das sacadas dos dormitorios com seus acentos espaldares para os religiosos se acentarem. Fezerão de novo todos os tellados do dormitorio ”

1746 - Reuocouse o dormitorio da parte da orte que estava em pedra tosca desde que foi feito “

1764 - Em vinte, e tres cellas que tem o dormitorio que fica sobre a orte sepuzerão vidraças feitas todas de novo com caixilhos a moderna “ (Rodrigues I. M., 2006, p. 66)

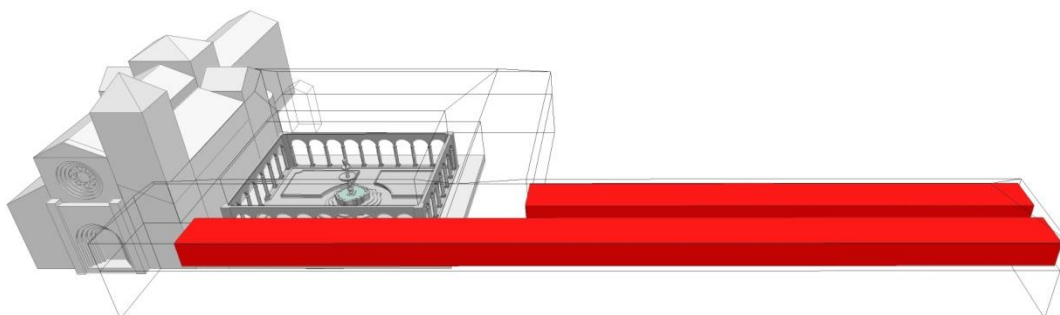


fig. 70 - Perspetiva da localização do Dormitório | desenho do autor

Palheiro e Estábulo

No piso térreo da ala Poente, sob o dormitório.

Informações complementares:

1746 – "(...) porque erão os palheiros debaixo do dormitorio " (Rodrigues I. M., 2006, p. 52)

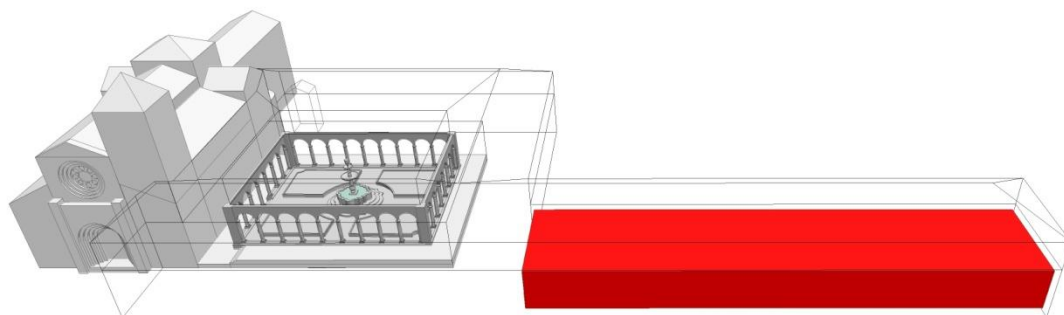


fig. 71 - Perspetiva da localização do Palheiro e Estábulos | desenho do autor

Peças desenhadas do mosteiro antes da intervenção da DGEMN



- 1 – presa de Gamuz
- 2 – cemitério
- 3 – cruzeiro
- 4 – dependências anexas
- 5 – igreja
- 6 – fonte do claustro
- 7 – fonte de S. João
- 8 – ribeiro de Gamuz
- 9 – alameda
- 10 – tanque

fig. 72 - planta geral do mosteiro antes da intervenção da DGEMN | década de 20 do séc. XX | adaptado pelo autor do levantamento aerofotogramétrico do Concelho de Penafiel, 1993 | fonte: CMP

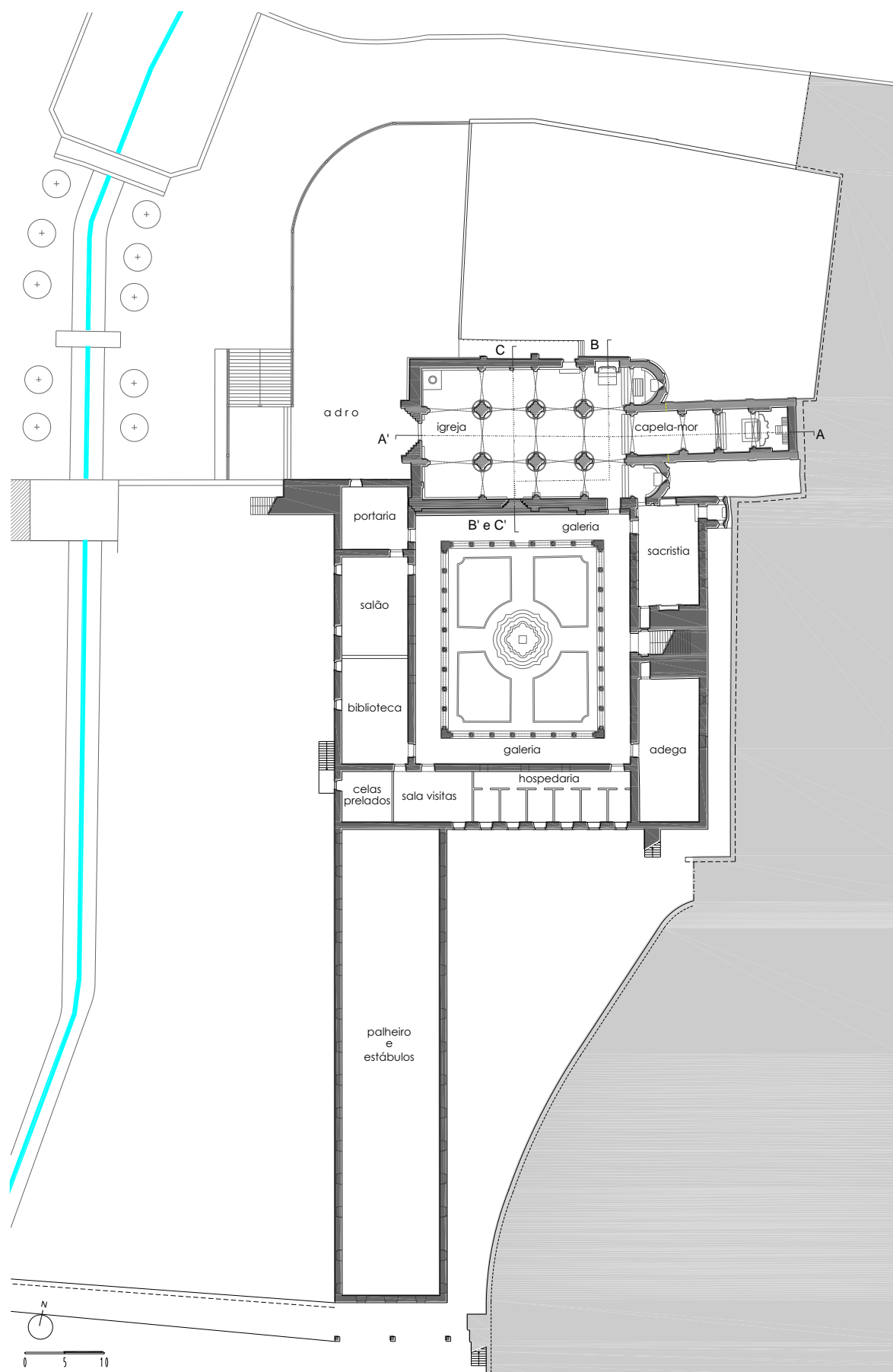


fig. 73 –Planta de distribuição funcional do piso 0 do mosteiro | década de 20 do séc. XX | adaptado pelo autor a partir de peças desenhadas do IGESPAR

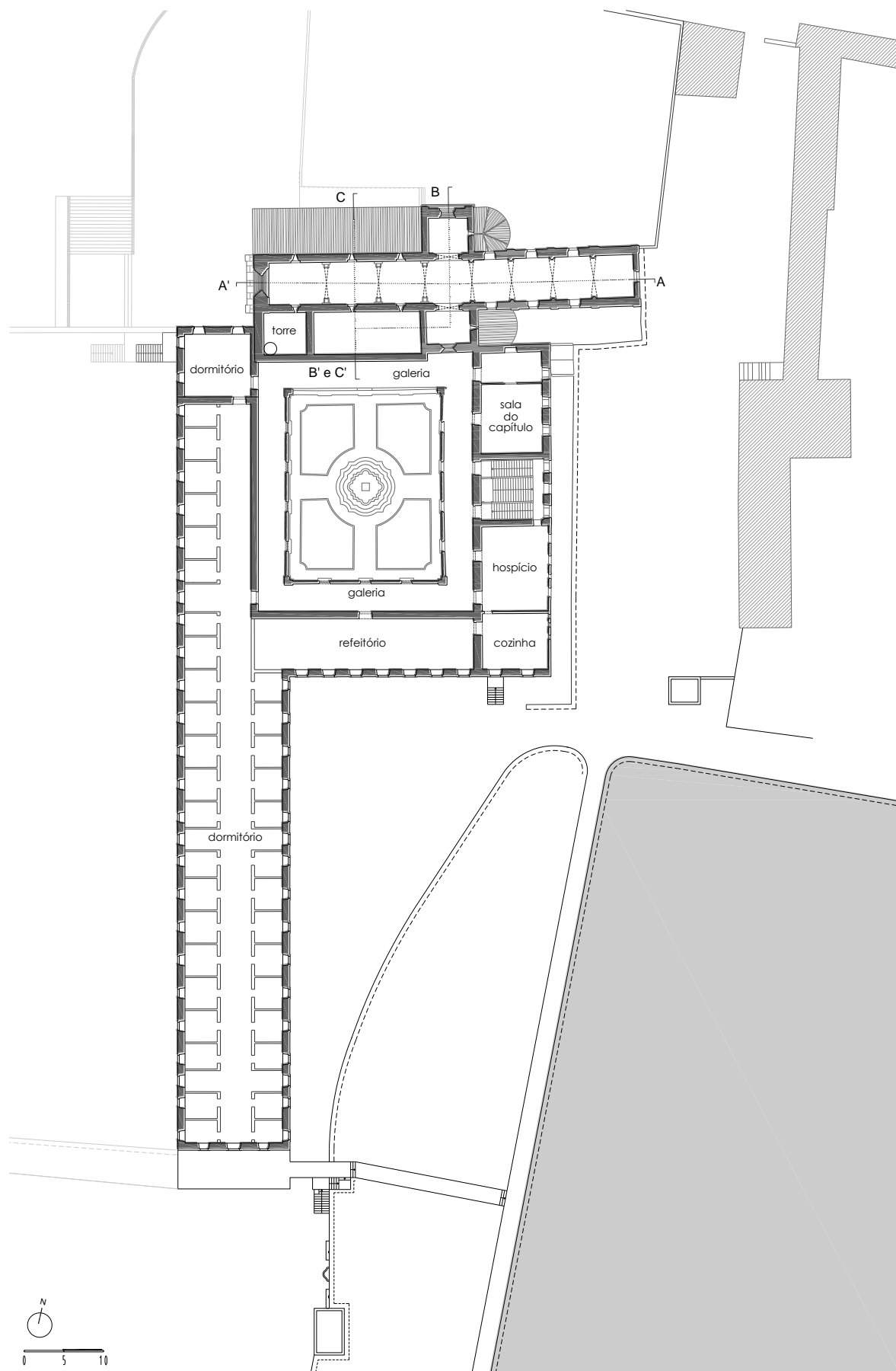


fig. 74 –Planta de distribuição funcional do piso 1 do mosteiro | década de 20 do século XX | adaptado pelo autor a partir de peças desenhadas do IGESPAR

A intervenção da DGEMN

No Mosteiro de Paço de Sousa a intervenção foi consentânea com o idealismo de reintegração estilística. O boletim da DGEMN de 1939, que lhe consagra exclusividade após as operações de restauro, é explícito na avaliação estilística do imóvel. Atribui-lhe incongruência, extravagância do trabalho ornamental com que o século XVIII ocultou a nobre e singela frontaria, concluindo que não foram certamente excedidos ou sequer igualadas, até àquela data, em qualquer monumento nacional, considerando, por essas e por comparação com análise efetuados noutros monumentos pelo conde A. Raczyński, corpo-de-delito, ao ponto de a comparar a uma verdadeira manta de farrapos arquitetónicos (DGEMN, 1939, p. 20).

A grande intervenção que lhe foi dedicada alterou completamente as feições que até então a identificavam. Para se perceber em concreto as alterações a que foi sujeito o mosteiro de Paço de Sousa citam-se trechos do referido boletim da DGEMN, entendidos como pressuposto *justificativo*.

À torre sineira, um dos elementos de maior impacto no conjunto, é-lhe dedicada a seguinte descrição:

“Do delírio barroco que assim se manifestou e impôs, nasceu também, deve crer-se, o campanário que ali se ergueu pelo mesmo tempo – grosso cubo de granito firmado em alguns dos primeiros arcos interiores da igreja e nos muros da frontaria e fachada do Sul. Estes na parte mais próxima do respetivo ângulo de ligação, tinham sido elevados, portanto, até ao alto nível onde corria, sobre as janelas sineiras, a cornija da torre (...)” (DGEMN, 1939, p. 20).



Fig. 75 – Início demolição Torre Sineira |
DGEMN – 1927 | fonte: IHRU

Com a operação de demolição da torre é igualmente retirado parte do volume do mosteiro que se alongava sobre o adro sobrepondo-se ao corpo da igreja numa visível aproximação à porta axial. Acreditavam-se tratar de acrescentos recentes e não oriundos do século XVI – XVII. Independentemente dessa consideração o plano já se encontrava traçado e a sua demolição pré-definida.



fig. 76 - Obras vistas do terreiro, demolição da Torre Sineira e ala conventual Poente | DGEMN | fonte: IHRU



fig. 77 - Derrube da galeria entre a igreja e claustro | DGEMN | fonte: IHRU

Cada vez mais se nota vincada a intenção de destacar a igreja como se de peça única e autónoma se trata-se. De facto, a intervenção em Paço de Sousa é um exemplo paradigmático das ações empreendidas nos complexos conventuais pela Direção Geral, norteadas pela vontade de apagar a componente monástica, havendo outros exemplos dessa política (Neto, 2001, p. 88).

No decorrer das obras, como em qualquer campanha arqueologia, expõem-se aspetos construtivos que contribuem para a formação ou confirmação histórica do monumento seja na sua definição estilística ou, se quiser, no fornecimento de pistas em datações de obras que o edifício tenha sofrido ao longo da sua edificação. O derrube da parede Sul da igreja descobre novos elementos:

“ (...) Demolida a parte excrescente do edifício conventual, apeada a torre (cuja conservação nenhum respeito histórico ou artístico recomendava), logo se cuidou de derribar aquela segunda parede, ficando assim desafrontada toda a fachada do Sul (...) ” (DGEMN, 1939, p. 20)



fig. 78 - Porta lateral Sul da igreja em processo de desentaipamento | DGEMN | fonte: IHRU

Carlos A. Ferreira de Almeida serviu-se da análise ao portal Sul recentemente descoberto para datar as várias fases construtivas do edifício (Machado, 2008, p. 256). O Boletim da DGEMN faz a seguinte descrição:

“ (...) e nesta completamente descoberta e desentaipada a mais bela das duas portas laterais da Igreja – trecho arquitetónico digno de atenção, pela esbelteza das suas linhas e pelo primor dos elementos ornamentais que a realçam. Na mesma ocasião foram libertadas da espessa crosta de alvenaria que as emparedava, as antigas frestas da nave lateral” (DGEMN, 1939, pp. 20-21).



fig. 79 - Porta Sul da igreja depois de reintegrada |

DGEMN | fonte: IHRU

A busca do verdadeiro estilo original volta-se agora para os aspetos plásticos do edifício:

" (...) Na frontaria, numerosas mutilações desfiguravam as colunas, os capitéis e até as arquivoltas do admirável pórtico. Além disso, faltavam completamente, no respaldo do seu coroamento, os cachorros que o guarneciam - todos de curiosa decoração zoomórfica (...) " (DGEMN, 1939, p. 21)



fig. 80 - Vista panorâmica do Poente sobre o mosteiro antes do incêndio de 1927 e antes da intervenção de restauro | DGEMN | fonte: IHRU



fig. 81 - Vista panorâmica de Poente sobre o mosteiro depois das obras de restauro | DGEMN | fonte: IHRU

“ (...) O fim deste atentado fora sem dúvida o mesmo que já antes induzira os seus autores a transformar em largas janelas retangulares as estreitas e esguias frestas da nave do Norte (...) “ (DGEMN, 1939, p. 21).



fig. 82 –Vista Norte do mosteiro antes do incêndio e das obras de restauro |

DGEMN | fonte: IHRU



fig. 83 –Vista Norte do mosteiro depois das obras de restauro |

DGEMN | fonte: IHRU

No decorrer das obras descobrem-se na envolvente peças de granito esculpidos que os técnicos responsáveis pela restauração do mosteiro entenderam ter pertencido à igreja. Seriam elementos decorativos do estilo românico que se procurava devolver à origem. A propósito, o Boletim da DGEMN descreve:

(...) Os autores da sacrílega obra de descaracterização ali realizada haviam arrancado todos esses graciosos e expressivos ornatos para lhes darem lugar em uma varanda então construída junto ao edifício conventual. Em cima, a grande rosácea parecia ter sido despedaçada a golpes de ariete. A mutilação teve de facto, a brutalidade de um arrombamento. Da renda de pedra, tecida outrora entre as belas molduras circulares, não restava o menor vestígio: apenas uma vidraça de vulgar caixilharia ocupava todo o espaço que a perfuração deixara livre (...) (DGEMN, 1939, p. 21).

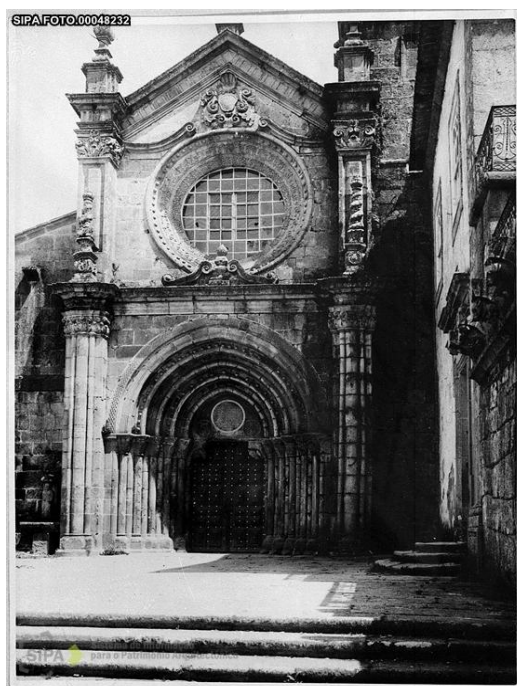


fig. 84 - Fachada frontal da igreja - rosácea e portal axial antes das obras de restauração | DGEMN | fonte: IHRU

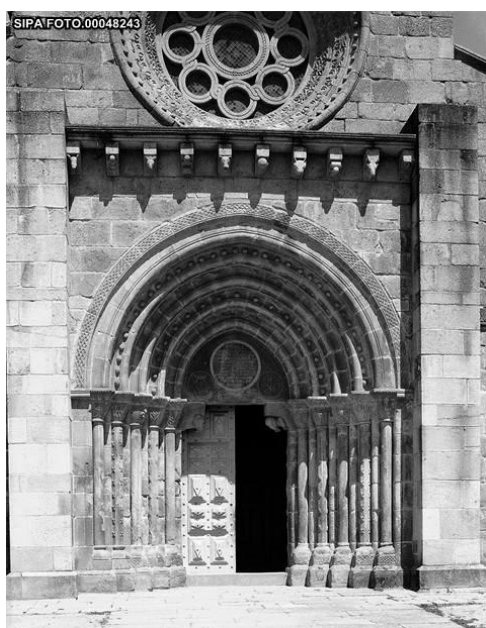


fig. 85 - Fachada principal da igreja - rosácea e portal axial depois das obras de restauração | DGEMN | fonte: IHRU

A intervenção no mosteiro de Paço de Sousa assenta no conceito de reintegração arquitetónica, com base na pureza de estilo, com sacrifício de elementos de outras épocas considerados como atentados estéticos à harmonia dos edifícios. O desempenho da recém formada DGEMN, em pleno Estado Novo, serviu de instrumento ao ideal do regime que se revê no histórico imaginário patente no período da fundação da nacionalidade portuguesa e no estilo arquitetónico românico (Botelho, 2010, p. 337). O devoto patriotismo é reconhecido na proteção estilística dos edifícios daquele tempo com a devolução da imagem e caráter primitivo. É nos edifícios medievais, com conotação à ruralidade, que se prefere atuar, seja no tratamento do próprio edifício, seja na atenção dada ao espaço e enquadramento envolvente, situação óbvia no caso do Mosteiro de Paço de Sousa (Botelho, 2010, p. 348).

A procura da heroica memória não poupou esforços na transformação da igreja ao ponto dos vãos serem revistos parecendo um verdadeiro estaleiro de seguidores de Viollet-le-Duc (Neto, 2001, p. 89).

As próprias restaurações, dependendo da sua dimensão e postura interventiva, também elas poderão constituir história ao imporem um novo estilo arquitetónico. As reintegrações levadas a cabo pela DGEMN sobre a arquitetura românica podem ter impingido uma imagem estilística que provavelmente nunca existira (Botelho, 2010, p. 360).

Análise espacial

Implantação

O Mosteiro está implantado no vale do rio Sousa, a cerca de 500m da margem Sul e confronta de Nascente com um dos seus afluentes, o ribeiro de Gamuz.

A localização geográfica terá sido um fator de influência na fixação do cenóbio. Atendendo à proximidade do curso de água e as características dos terrenos circundantes propícios para a agricultura. A partir da construção existente, que se afirma tratar de villa romana, implanta-se estrategicamente a Norte a igreja primitiva mantendo-se desta forma desimpedida a exposição solar no edificado ocupado pelos monges.

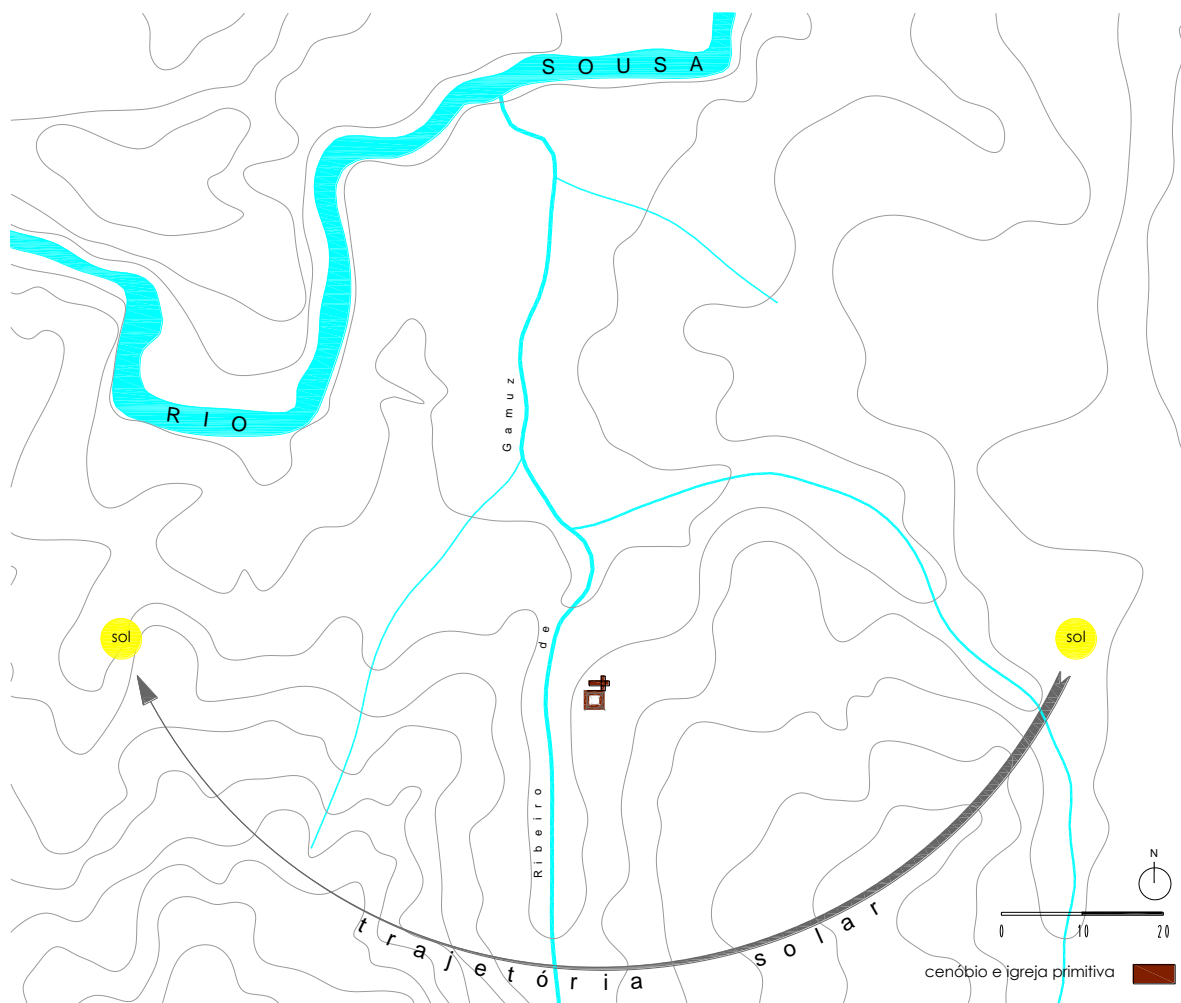


fig. 86 – Planta de enquadramento da análise espacial | estado atual | adaptado pelo autor a partir da Carta Militar de Portugal, edição 3 – IGE – 1998

As construções que se agregaram no séc. XI, Torre e Paço de Egas Moniz, foram edificadas para Sul e paralelos à linha de água.

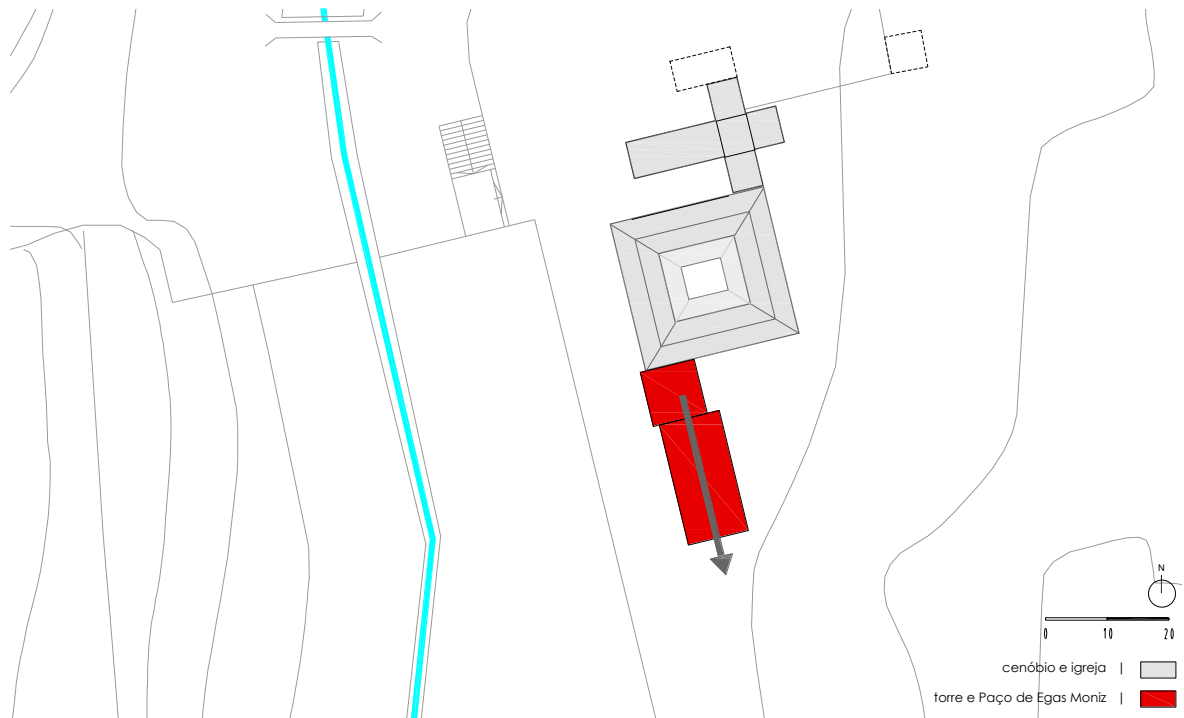


fig. 87 – Planta de análise da implantação das construções da Torre e Paço de Egas Moniz | séc. XI | desenho do autor

Sobre a igreja primitiva ergue-se a igreja românica de tal modo que as duas coexistem em simultâneo. A primeira mantém-se aberta ao culto enquanto a segunda arrasta no tempo a sua construção.

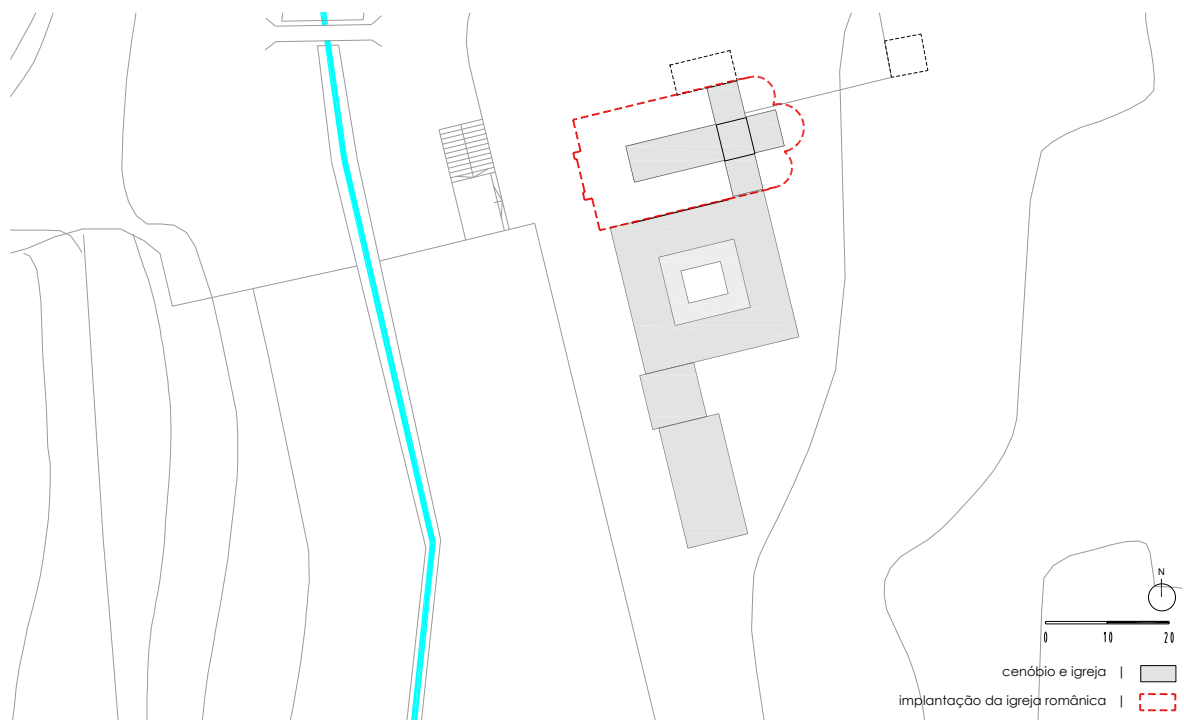


fig. 88 - Planta de análise da implantação da construção da igreja românica | séc. XII | desenho do autor

As obras do século XVII que deram origem à implantação que se conhece e que ainda existiam em meados do século XX, terão sido construídas no mesmo local, embora de dimensão maior. Acredita-se que a configuração poligonal se deve em parte aos edifícios existentes, nomeadamente o corpo da ala Poente dos dormitórios que se estende paralelo ao ribeiro a ocupar a extinta Torre e Paço.

Depois da campanha das obras do século XVII que definiram a arquitetura do mosteiro, os acrescentos de referência resumem-se ao alongamento do corpo dos dormitórios sobre o adro, com a fachada da portaria próxima do portal axial da igreja, e a construção da capela-mor com os expressivos 22 metros de comprimento.

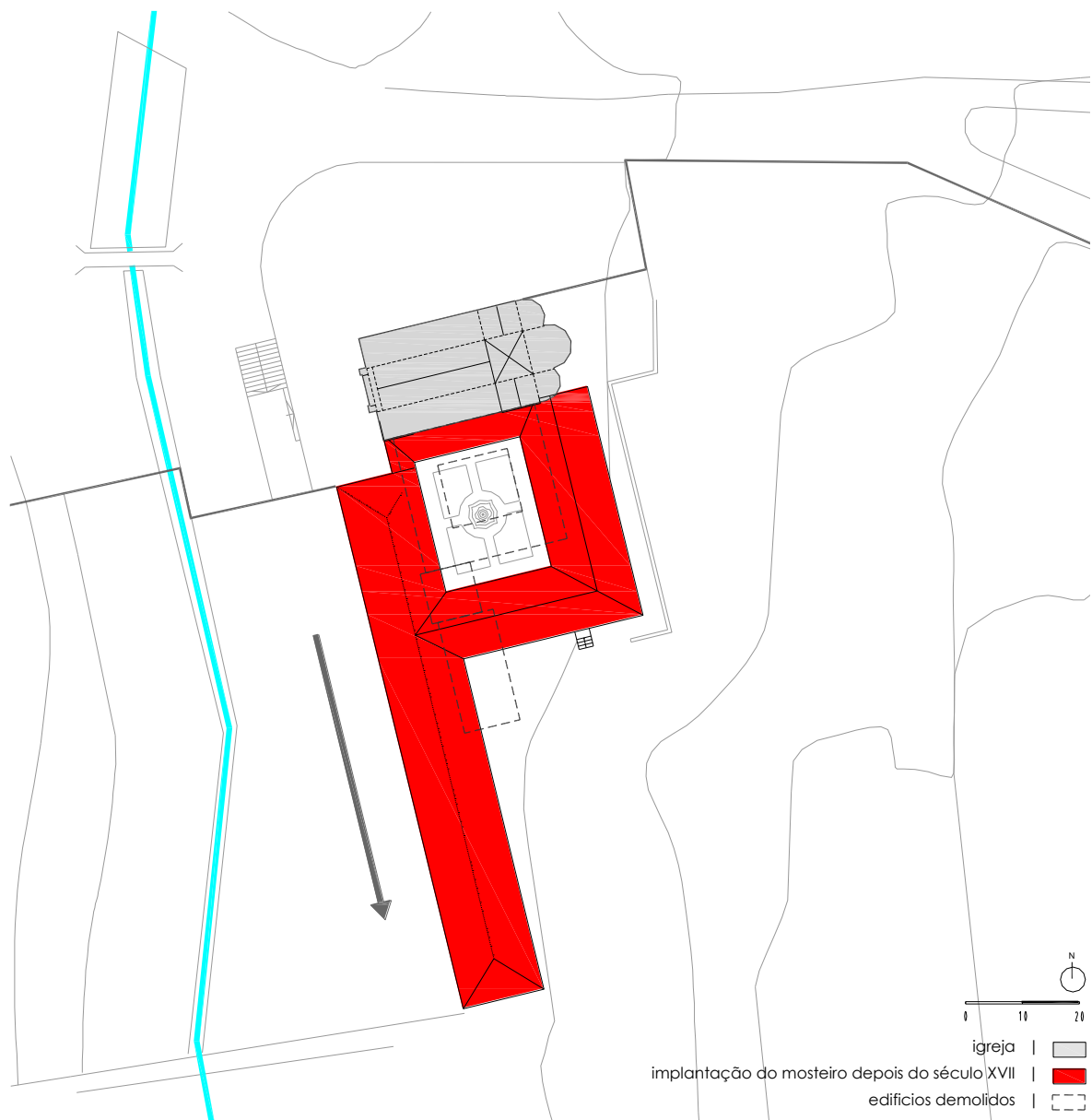


fig. 89 - Planta de análise da implantação da reedificação do mosteiro | séc. XVII | desenho do autor

Distribuição funcional

Genericamente, a organização espacial do Mosteiro de S. Salvador de Paço distribuía-se em função do claustro que ocupava uma posição central no complexo monástico. À sua volta disponham-se as três alas com as dependências monásticas e a igreja a encerrar o conjunto a Norte.

Distribuição funcional no piso térreo:

No quadrante Norte situa-se a igreja com a porta axial voltada para Poente e com acesso ao público pelo adro em frente. Com acesso pelo mesmo adro e Poente ao claustro ficam os espaços de receção e acomodação dos hóspedes, área composta por portaria, salão, celas dos prelados, sala de visitas e hospedaria. A ala Nascente é ocupada pela adega, escadas regras de acesso ao piso superior e sacristia com ligação ao absidíolo Sul da igreja. O palheiro e estábulo, sob o dormitório, estende-se para Sul paralelo ao Ribeiro de Gamuz.

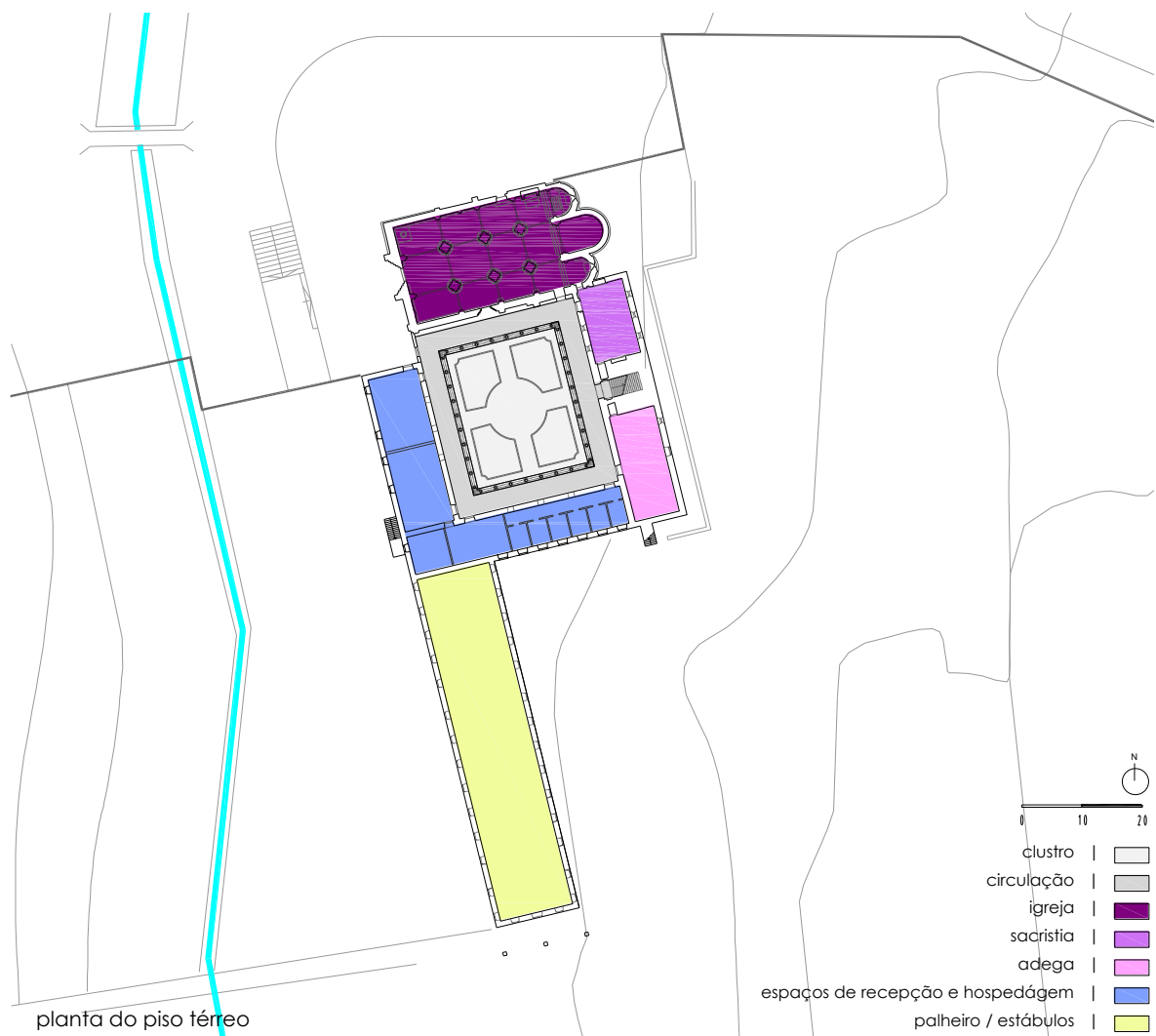


fig. 90 - Planta de análise da distribuição funcional do piso térreo | séc. XVII | desenho do autor

Distribuição funcional no piso 1:

O acesso é feito através das escadas regrais que acedem à galeria, coincidente com a do piso térreo, está suspensa por arcadas assentes em colunas toscanas e encerrada com paredes e janelas de sacada para permitir a ligação e acesso aos espaços deste piso. Na ala Nascente, sobre a sacristia, localiza-se a sala do capítulo. Na mesma ala, a Sul das escadarias regrais, encontra-se o hospício contíguo à cozinha. O refeitório, adjacente à cozinha ocupa a ala Sul. Os dormitórios abrangem a totalidade da ala Poente. Durante um relativo espaço de tempo a biblioteca localizou-se no extremo Norte, junto ao adro, deslocando-se posteriormente para o piso térreo, entre o salão e as celas dos prelados.

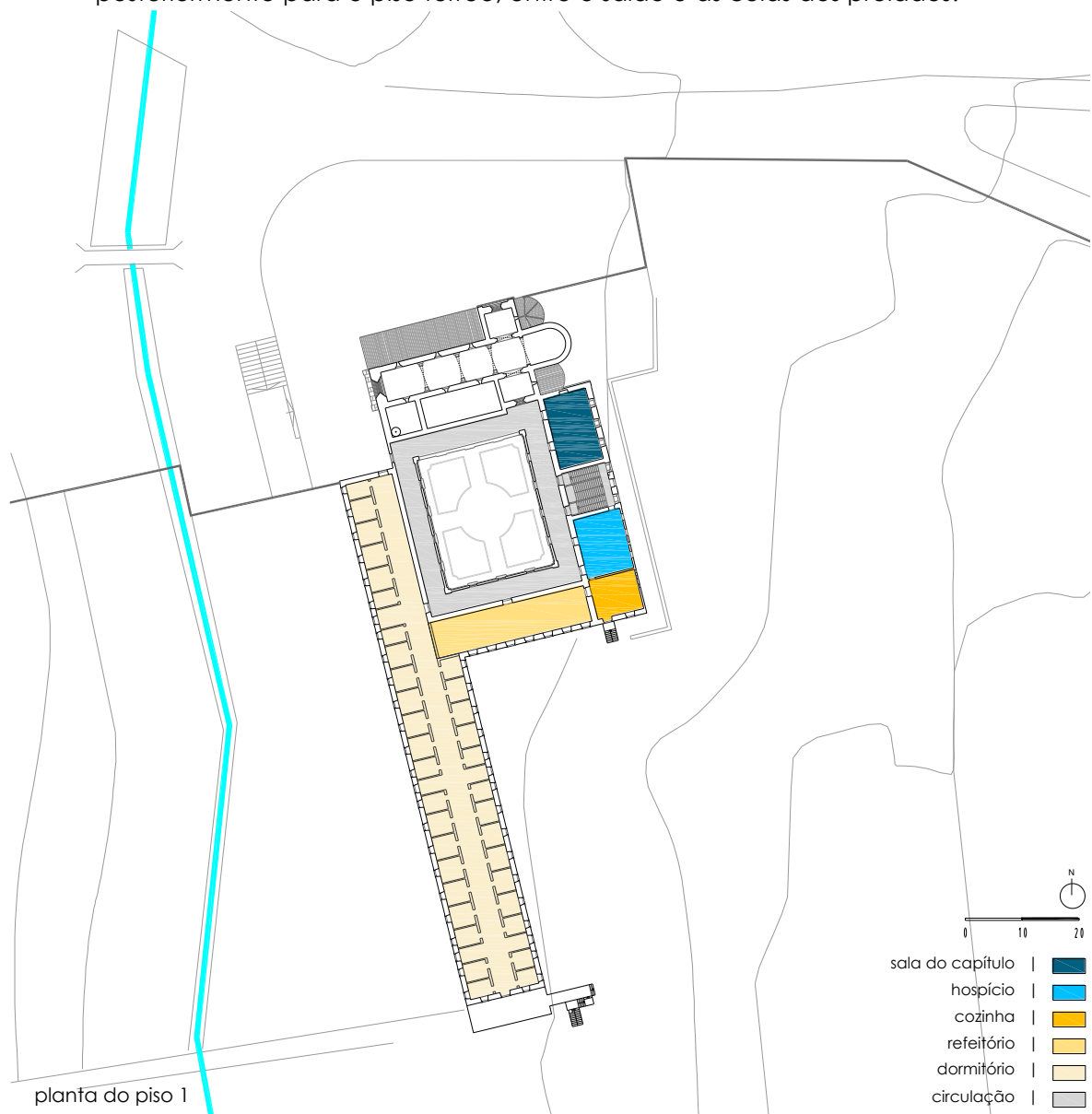


fig. 91 - Planta de análise da distribuição funcional do piso 1 | séc. XVII | desenho do autor

Peças desenhadas do mosteiro na década de 40 do séc. XX



fig. 92 - Planta geral do mosteiro | década de 40 do séc. XX | adaptado pelo autor a partir do levantamento aerofotogramétrico do Concelho de Penafiel, 1993 | fonte: CMP

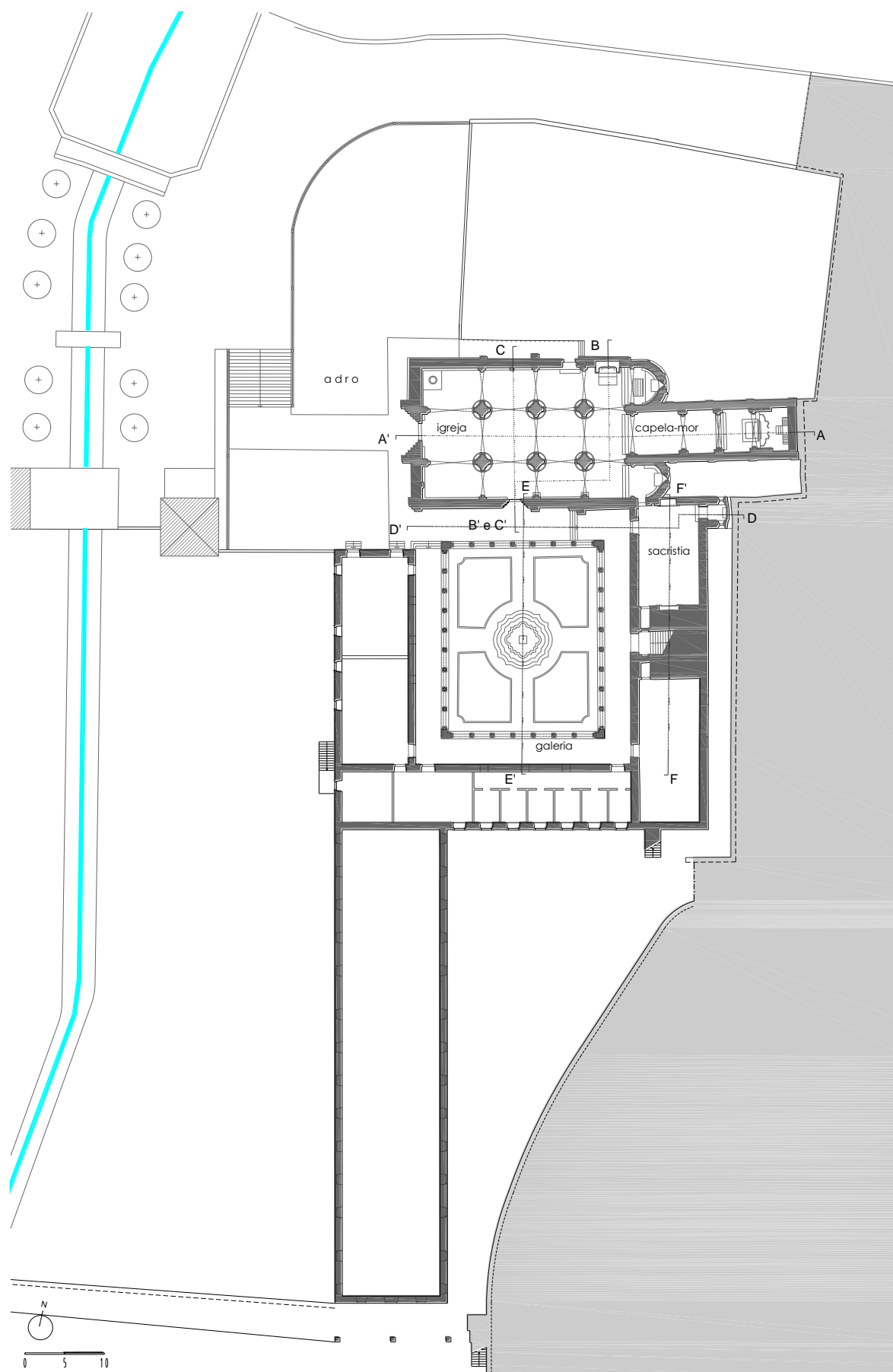


fig. 93 - Planta do piso térreo do mosteiro depois da intervenção da DGEMN | década de 40 do séc. XX | adaptado pelo autor a partir de peças desenhadas do IGESPAR

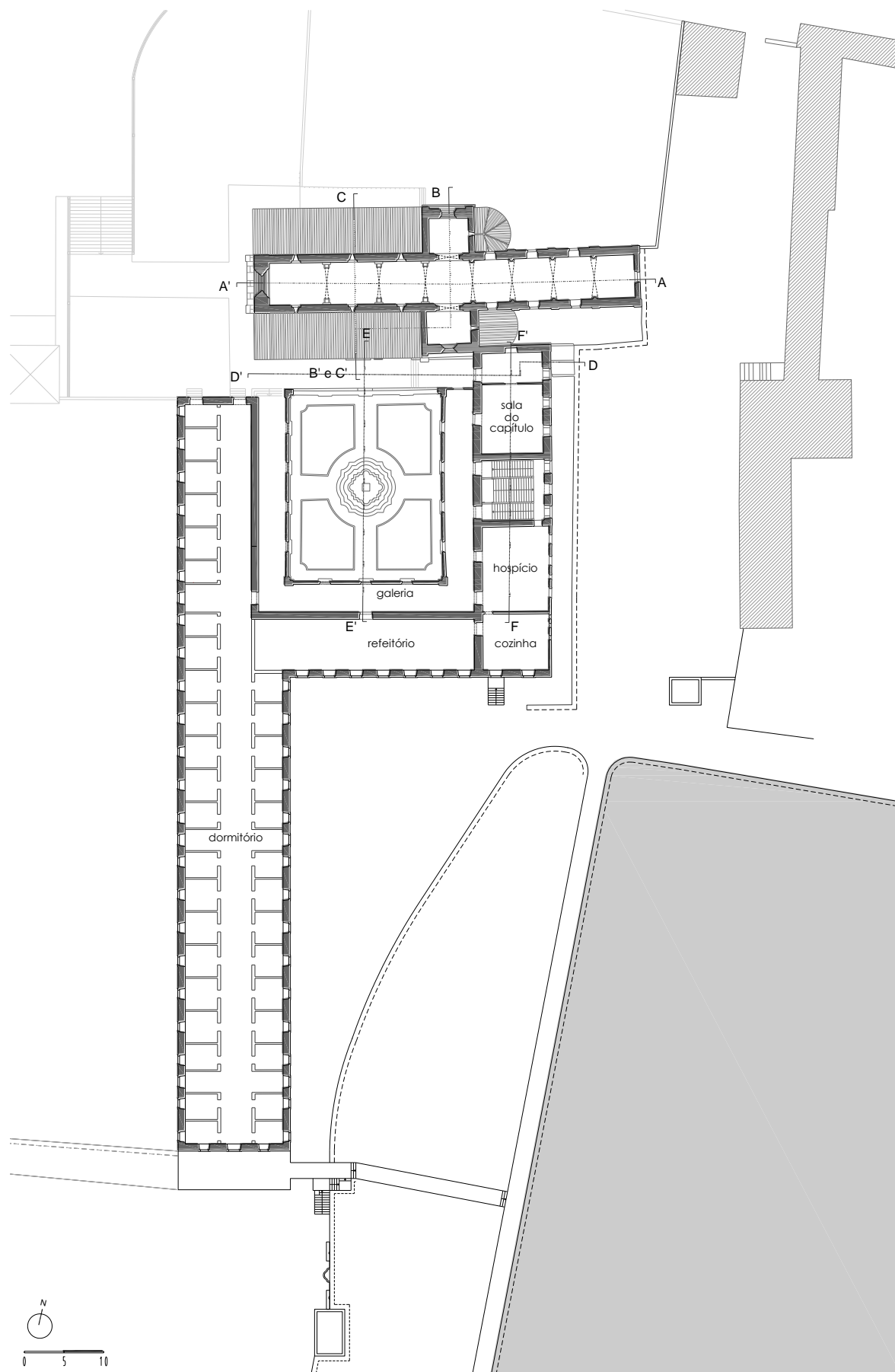


fig. 94 - Planta do piso 1 do mosteiro depois da intervenção da DGEMN | década de 40 do séc. XX | adaptado pelo autor a partir de peças desenhadas do IGESPAR

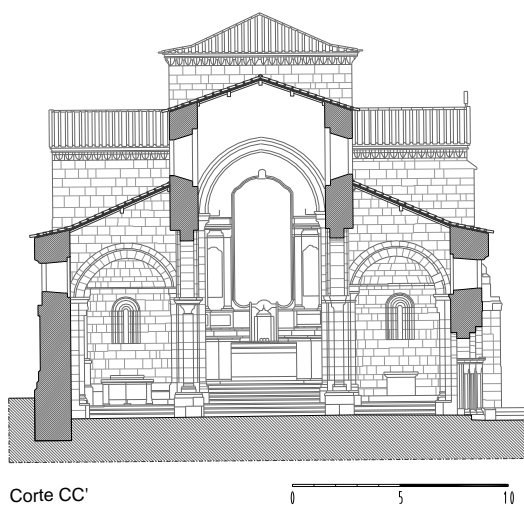
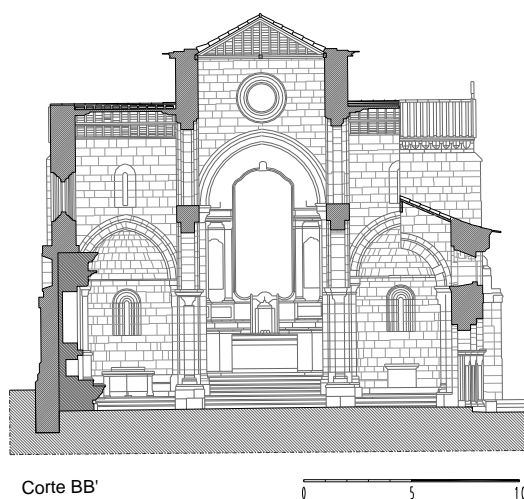
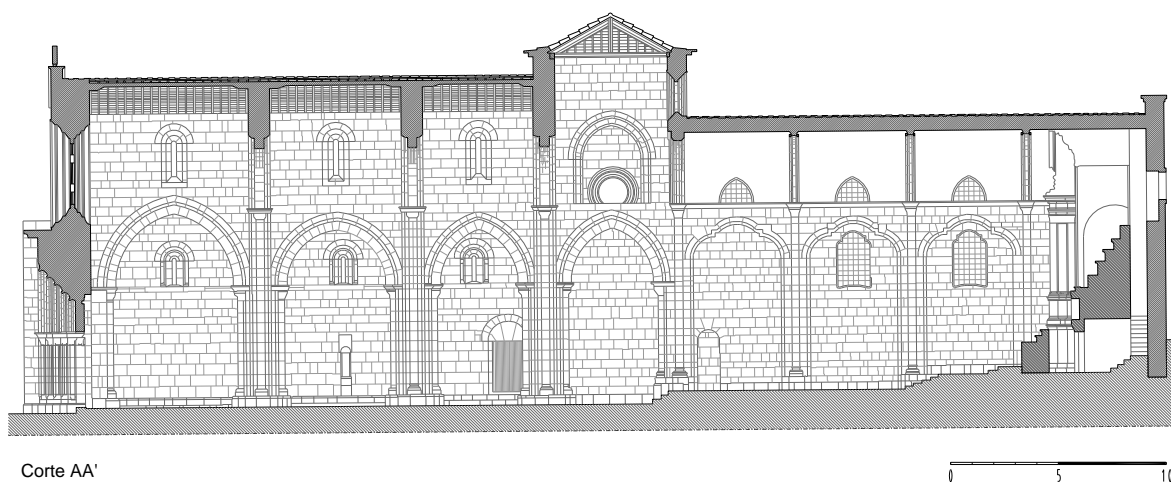
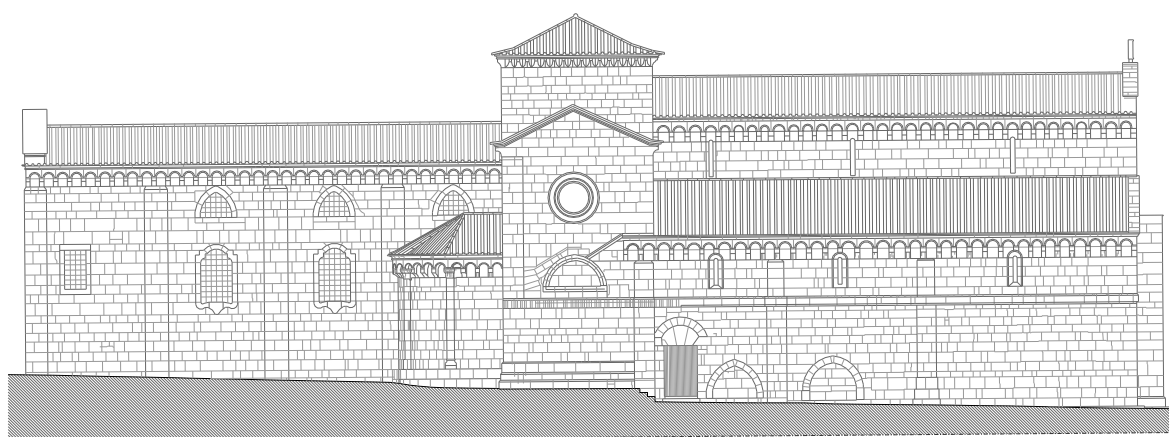
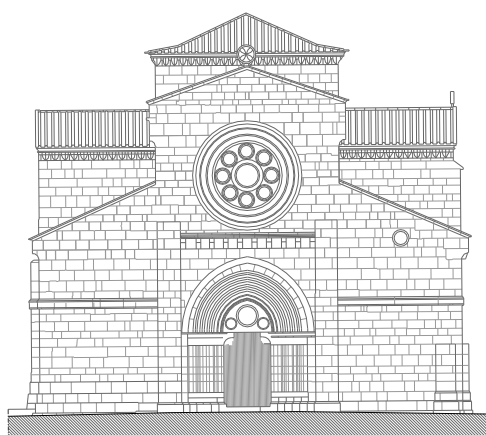


fig. 95 - Cortes da igreja depois da intervenção da DGEMN | década 40 séc. XX | fonte: IGESPAR



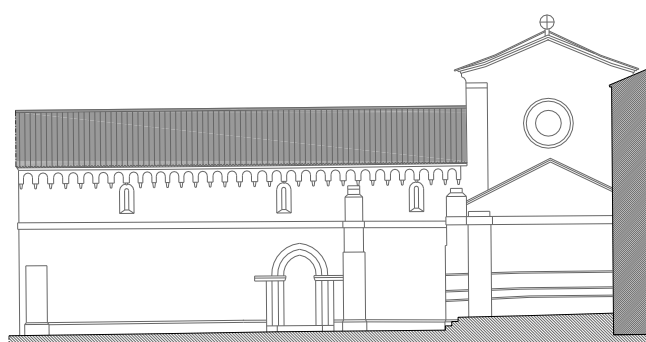
Alçado Lateral _ Norte

0 5 10



Alçado Principal _ Poente

0 5 10



Alçado Lateral _ Sul

0 5 10

fig. 96 – Alçados da igreja depois da intervenção da DGEMN | década de 40 do séc. XX | fonte: IGESPAR

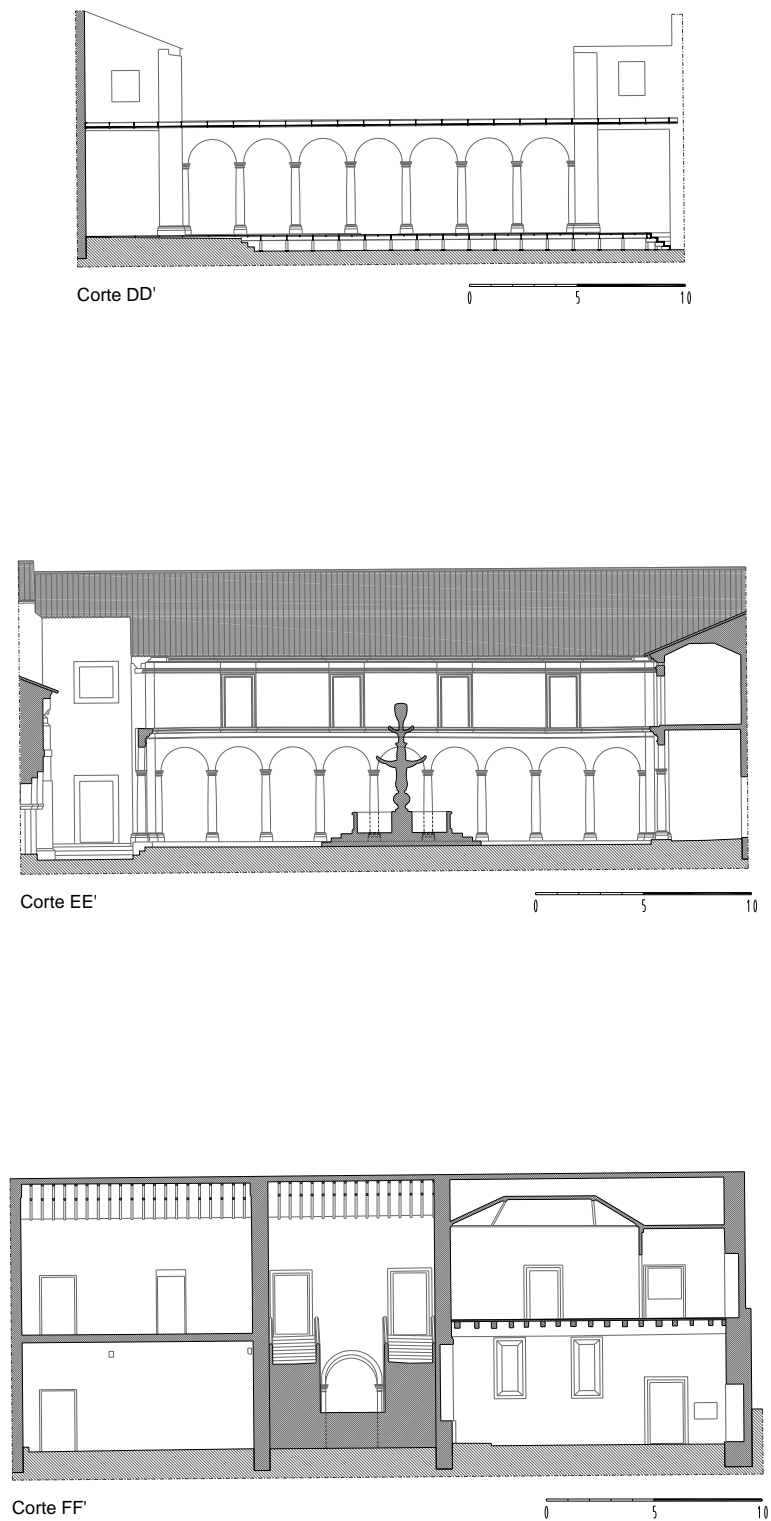
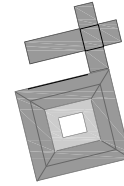


fig. 97 – cortes do mosteiro depois da intervenção da DGEMN | década de 40 do séc. XX | fonte IGESPAR

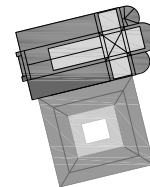
Síntese

A evolução espacial do Mosteiro de S. Salvador de Paço de Sousa resume-se a seis momentos fundamentais:

Fundação do cenóbio em meados do século X numa *villa romana* e início da construção da igreja primitiva nesse tempo.



Início da edificação da igreja românica em finais do século XII, construção que se perlonga até ao século XIV e coexiste simultaneamente com a igreja primitiva que se mantém aberta ao culto enquanto as obras decorrem.



Final do século XVI, princípios do século XVII, reedifica-se as dependências monásticas.

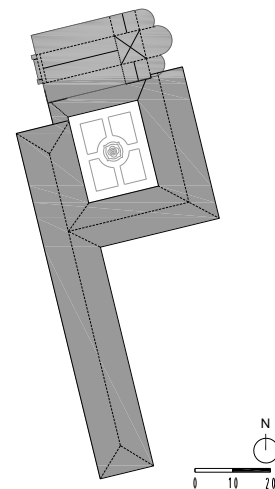
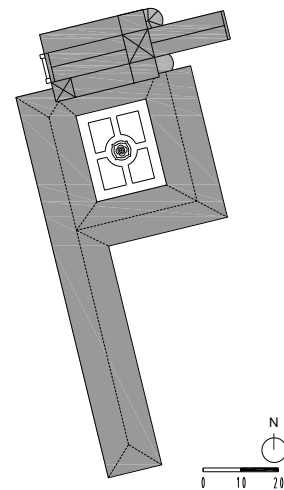
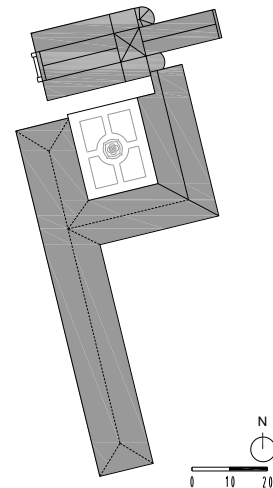


fig. 98 – Síntese da evolução do mosteiro desde a fundação até ao século XVII |
desenho do autor

No último quartel do século XVIII construi-se a nova capela-mor com polígono de implantação retangular e alonga-se a ala Poente dos dormitórios sobre o adro.



No século XX, após a intervenção da DGEMN, é retirado parte do corpo da ala Poente, a galeria Norte do claustro e reintegrada a igreja no estilo românico.



São demolidas as alas Poente e Sul para aproveitamento da pedra para a construção da Casa do Gaiato em meados do século XX.

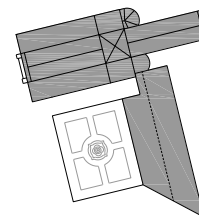


fig. 99 – síntese da evolução do mosteiro desde o século XVIII até meados do século XX | desenho do autor

Capítulo V

Considerações para a reabilitação do Mosteiro de S. Salvador de Paço de Sousa

Enquadramento geográfico

O Mosteiro de S. Salvador de Paço de Sousa localiza-se no Norte de Portugal, no distrito do Porto, na freguesia de Paço de Sousa, pertencente ao concelho de Penafiel.

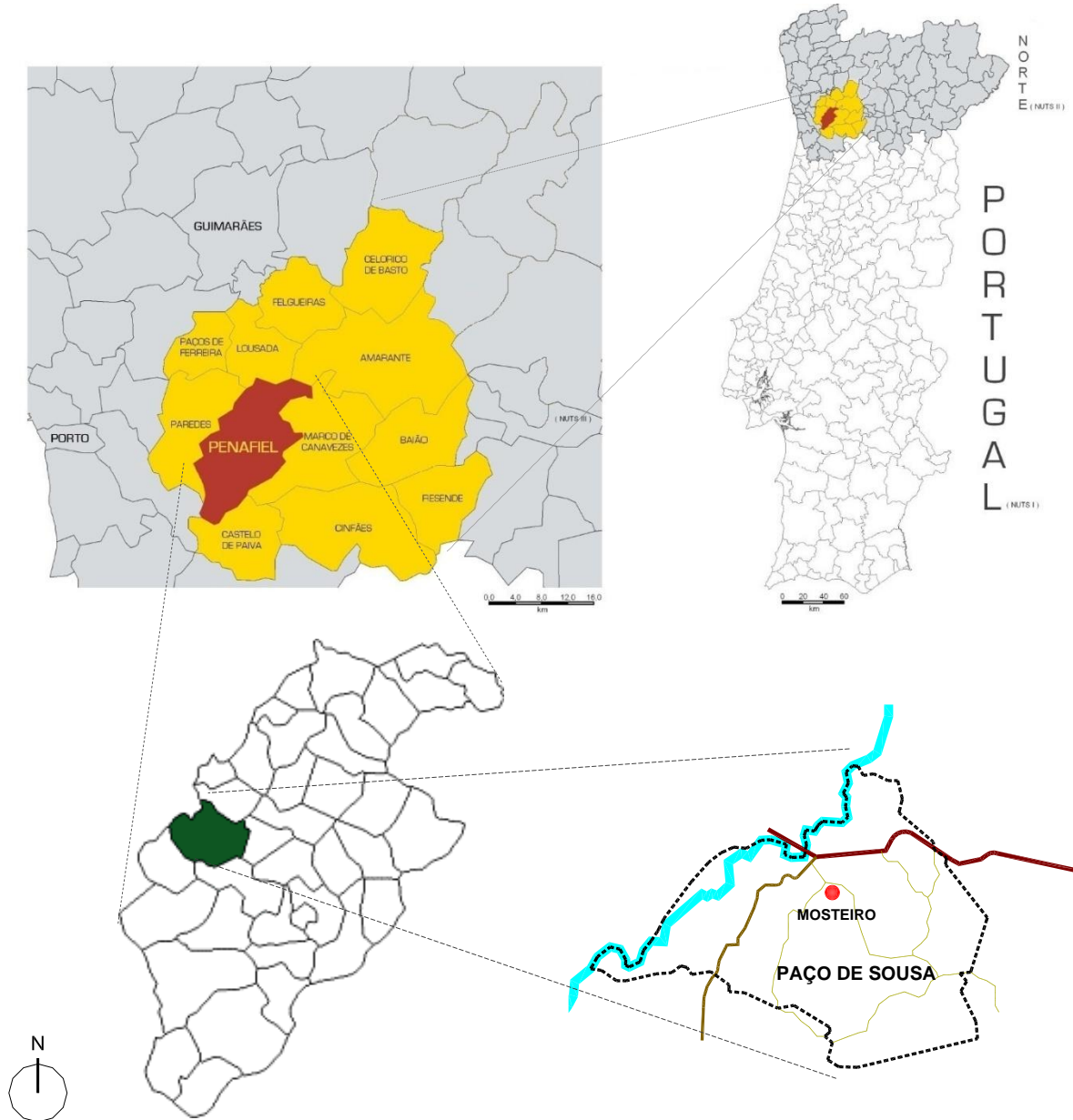


Fig. 100 - Enquadramento territorial | Adaptado pelo autor da Carta Educativa do Concelho de Penafiel

É um dos edifícios classificado que faz parte da Rota do Românico, inserido no conjunto de monumentos dispersos em doze municípios que integram o projeto supramunicipal na preservação do património de raízes românicas e que importa relacionar geograficamente pela relação intrínseca com o mosteiro, ora elemento de estudo, e os restantes monumentos que complementam essa rede de turismo histórico.



Fig. 101 - Mapa de localização do património românico no Vale do Sousa | fonte: Rota do Românico

O posicionamento no extremo Oeste do concelho, a mais próxima da cidade do Porto, que lhe dista cerca de 30 Km, aliado aos meios de acessibilidade à metrópole, nomeadamente através dos transportes pendulares da linha de Comboios Urbanos do Porto, favorece esta localidade como ponto de receção turística no contexto da Rota do Românico. Para além desse, existe a proximidade do nó de ligação à rede de autoestradas classificados como itinerários principais, com destaque para a autoestrada n.º 4 (A4) que interliga no eixo Oeste – Este o litoral ao interior Norte do país. A restante rede das estradas nacionais, complementadas com as estradas regionais, distribuem o tráfego rodoviário pelos municípios aderentes à já citada Rota do Românico que efetivamente detém o património da arquitetura e arte românica nesta região, cobrindo grande parte das construções reconhecidamente erigidas neste período da história.

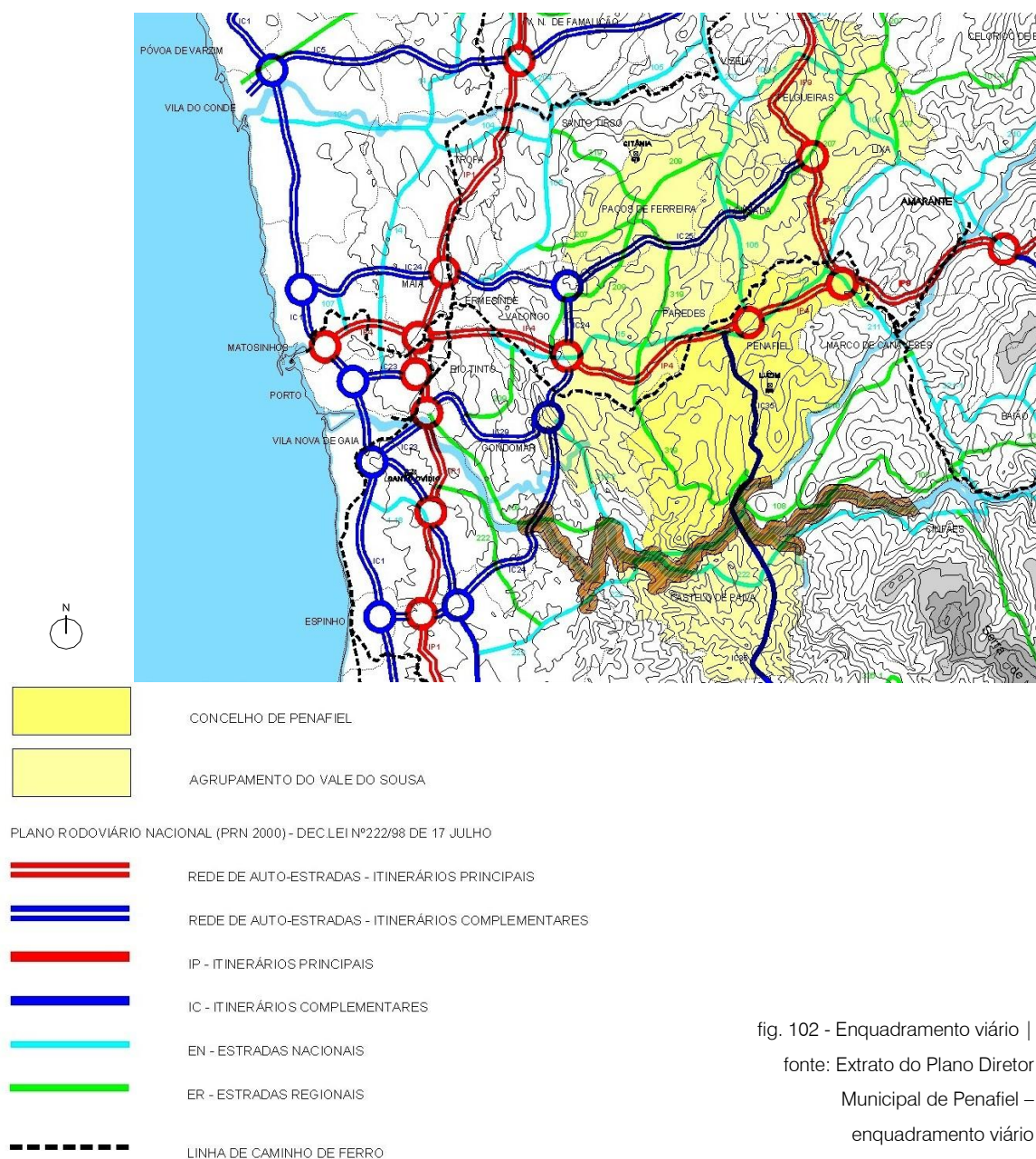


fig. 102 - Enquadramento viário |
 fonte: Extrato do Plano Diretor
 Municipal de Penafiel –
 enquadramento viário

O Mosteiro de S. Salvador de Paço de Sousa está situado nas coordenadas geográficas de latitude 41°09'57 Norte e 8°20'40 Oeste, implantado na margem direita do ribeiro de Gamuz, num terreno com ligeiro declive, isolado, rodeado por terrenos agrícolas que se estendem nos quadrantes Norte e Sul. O Cemitério intercala o mosteiro com a estrada imediatamente a Norte, apresentando-se a Nascente a Casa do Gaiato. Possui um adro fracionado por dois níveis, sendo um de cota mais elevada limitado pelo cemitério e o frontispício da igreja a Nascente e o topo de uma ala do mosteiro a Sul, com lajeado de granito apenas na frente da porta axial da igreja, em articulação com a escadaria de granito de acesso ao segundo nível, de cota inferior. No seu limite Norte, na esquadria entre a estrada e o cemitério, eleva-se uma torre sineira, granítica, coroada de ameias, edificada na primeira metade do século XX por ocasião das obras de restauro executadas pela DGEMN, em substituição daquela que então demoliram. O outro nível, de cota coincidente com a rua, é rasgado pelo ribeiro de Gamuz que corre para Norte, com árvores centenárias plantadas nas margens e sobre o ribeiro duas pontes, uma de execução recente e a outra em cantaria de granito. Este espaço descoberto de fruição pública está definido por elementos físicos que lhe molda a forma quadrangular: pelo Nascente, como já referimos, o cemitério e a igreja; a Sul pelo topo da ala Poente do mosteiro, pela porta do caldo e a antiga residência paroquial; a Poente pelo terreno ajardinado de forte declive; e pelo Norte a estrada municipal que lhe permite acesso.



fig. 103 - Vista aérea
do mosteiro | fonte:
Google Earth

Orientações Internacionais

O património em Portugal

O conceito património tem sido objeto de evolução contínua ao longo do tempo. A própria legislação Portuguesa estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural através da Lei n.º 107/2001. São aí reconhecidos elementos materiais e imateriais que atualmente compõem este conceito.

Apesar de inicialmente se entender o património relacionado com o objeto/monumento derivado da "atração pela glória da antiguidade" (Choay, 2000), no primeiro quartel do séc. XVIII desperta em Portugal a consciência para a salvaguarda da memória coletiva, evidenciado no alvará de 20 de Agosto de 1721, redigido pelo Rei D. João V.

Alexandre Herculano alerta para a evidente degradação dos monumentos quando afirma que "Ergueremos um brando a favor dos monumentos da história, da arte, da glória nacional, que todos os dias vemos desabar em ruínas" (Herculano, 1983). O cenário por ele descrito em 1838-1839 em muito se deveria à recente extinção das ordens religiosas pois "o património histórico, a partir de 1834, conheceu uma nova etapa..." (AAVV, 1993, p. 85).

Em 1863, em Lisboa, foi criada a Associação dos *Architectos Civis Portuguezes* que contribuiu para o estudo e salvaguarda dos monumentos nacionais. A primeira classificação dos monumentos nacionais deveu-se a esta associação que em 1880 apresentou uma relação de monumentos. Mais medidas foram tomadas com o intuito de preservação dos monumentos, umas mais produtivas que outras, constatando-se que com a revolução do 25 de Abril de 1974 se "deu condições para que o património cultural fosse visto como um bem que pertence a todos e ao mesmo tempo abriu as portas às teorias e práticas internacionais que se tornaram objeto de estudo e interpretação para serem aplicadas no território nacional" (AAVV, 1993, p. 86).

Noção de Restauro

O desenvolvimento de ideias e princípios de restauro e preservação evolui paralelamente ao conceito de património. Na idade média os Papas conservavam determinados edifícios, que entendiam conter algo remetido à memória, destruindo os restantes, reaproveitando os seus materiais para novas construções. Simultaneamente as obras de arte grega e romana começam a ser apreciadas sendo monumentos e templos desmantelados para adornar casas. No séc. XVI – XVII estreiam-se através da comparação os estudos das obras da antiguidade. O iluminismo marca uma nova etapa, novo pensamento baseado num “projecto filosófico e político das luzes: vontade dominante de *democratizar* o saber e de o tornar acessível a todos (...) *democratizar* a experiência estética.” (Choay, 2000, p. 72). Esta *movimentação* produziu efetivamente resultados na representação e divulgação dos monumentos ou ruínas centrando-se particularmente no espólio documental. Com a revolução francesa, esta “(...) conservação iconográfica abstrata dos antiquários dava lugar a uma conservação real.” (Choay, 2000, p. 85). As necessidades urbanas e viárias da revolução industrial aplicadas no antigo tecido edificado foram posteriormente contrariadas na revolução liberal que se apresentou com renovadas ações de preservação. Desperta-se para as diferenças entre passado e presente e assim um sentimento de proteção dos edifícios e espaços históricos.

“Viollet-le-Duc foi um dos primeiros estudiosos que (...) tentou estabelecer princípios de intervenção em monumentos históricos e uma metodologia para esse trabalho.” (Santos A. C., 2005). No seu *Dictionnaire raisonné de l'architecture française* (Viollet-le-Duc, 1868, p. 29) expõe de forma pormenorizada seus conhecimentos no verbete *restauração*: “A palavra e o assunto são modernos. Restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelece-lo em um estado completo que pode não ter existido nunca em dado momento”. Esse conceito de restauro “tem o objectivo de estabelecer um estilo para o edifício (...) Para isso, o arquitecto parte da análise e do estudo das obras onde vai intervir.” (Pinto, 2003/2004, p. 80). O processo de investigação assenta maioritariamente na comparação com edifícios idênticos ou contemporâneos permitindo-lhe dedução de estilo ou forma original impondo ao edifício esse *modelo ideal*. Surge, assim, o princípio da *unidade de estilo* ou *restauro estilístico*. O arquiteto levanta também outras questões ao trabalho de restauração como a utilização do edifício como a melhor forma de conserva-lo.

Em contraponto, John Ruskin assume uma posição completamente oposta aos restauros promovidos por Viollet-le-Duc. Para ele “a restauração era a mais completa e

bárbara destruição que se poderia estar sujeito um edifício." (Oliveira R. P., 2008). Vincado purista acreditava que os monumentos eram testemunhos do passado sendo, por isso, o suporte da memória. Afirmava que esses monumentos nasciam, viviam e, inevitavelmente, morriam. Conformava-se com a sua morte natural. Apesar desta convecção radical aceitava simples intervenções de consolidação nas partes mais degradadas, sempre de maneira imperceptível, pois, como fontes históricas, deveriam ser transmitidas às gerações futuras como veículo de conhecimento e testemunho histórico.

Para Ruskin, a "ruína é o testemunho da idade, do envelhecimento e da memória, podendo nela estar expressa a essência do monumento" (Oliveira R. P., 2008). Era ela "o que importava, pois considerava ser o registro de uma cultura plena de significado histórico e por isso ligada à percepção dos monumentos como documentos e não apenas como objetos materiais" (Rocha C. A., 2008, p. 27).

Camilo Boito, contemporâneo das duas figuras acima referidas, completa o *trio* de estudiosos que se debruçaram sobre este assunto com posição "entre os dois extremos, procurando um compromisso entre a valorização do património e a necessidade de o transformar". (Pinto, 2003/2004). É crítico quanto aos excessos do francês Viollet-le-Duc e contestatário relativamente à passividade de Ruskin, porque "acreditava que os monumentos não poderiam ser relegados à ruína ou à morte, muito menos se deveria chegar a uma unidade formal baseada em analogias estilísticas" (Oliveira R. P., 2009).

Essa dicotomia incita-o na procura de "medidas práticas que respeitem o património e a memória do edifício, mantendo-o como testemunho de um passado, no presente e para o futuro." (Pinto, 2003/2004, p. 81). Desta forma "sugeriu que a conservação periódica seria um instrumento eficaz de preservação, acreditando que as restaurações só deveriam ser realizadas quando necessárias a fim de não abdicar da memória e dos valores implícitos de determinadas obras." (Oliveira R. P., 2009).

Assim, Camilo Boito "chama a atenção para o fato de que restauração e conservação não é a mesma coisa, sendo, com muita frequência, antônimas. Os conservadores são tidos como homens necessários e beneméritos. Os restauradores são quase sempre supérfluos e perigosos. Pregoando a precedência da conservação sobre a restauração e a limitação desta ao mínimo necessário," (Araújo, 2005) precisamente porque "o objetivo das intervenções não era deixar o edifício novo nem transformá-lo em algo diferente do original, mas mantê-lo em seu estado atual e conservá-lo para as futuras gerações". (Rocha C. A., 2008, p. 28). Para Neto (2001) existe uma contradição e ambiguidade no pensamento de Camilo Boito. Pois "se por um lado não admite os complementos estilísticos, mesmo quando a sua primitiva existência esteja seguramente

documentada, autoriza, sem hesitar, novas inserções com fins estáticos de sustentação, ou suporte da estrutura do edifício (...)" (Neto, 2001, p. 48). Mas, é no seguimento do objetivo de preservar o monumento que leva Camilo Boito a organizar normas para a intervenção arquitetónica. Estrutura o restauro em três áreas: o restauro arqueológico, para as obras da antiguidade clássica; o restauro pitoresco, para a idade média e o restauro arquitetónico, para a idade moderna.

No III Congresso de Arquitetos e Engenheiros Civis, em 1883, lança um conjunto de reflexões direcionadas aos arquitetos restauradores.

"São oito os princípios propostos por Boito:

- diferenciação de estilo entre o antigo e o novo;
- diferenciação entre os materiais e seu emprego;
- supressão de molduras e decoração nas partes novas;
- exposição das partes materiais que foram eliminadas, num espaço contíguo ao monumento restaurado;
- incisão de uma marca convencional nas partes novas onde se trabalhou, para facilitar a identificação;
- memória descritiva de todo o processo de intervenção no monumento;
- descrição e fotografias das diversas fases dos trabalhos depositadas no próprio monumento, ou num local público próximo, ou ainda a publicação de todo o material;
- notoriedade visual das acções realizadas" (Neto, 2001, p. 49).

As cartas internacionais que posteriormente se editaram, de Atenas (1931) e de Veneza (1964), beberam destes princípios

Este percurso evolutivo de conceitos de património e noções de restauro são concepções a considerar na proposta que adiante se irá desenhar.

Capítulo VI

Contribuições para a reabilitação do Mosteiro de S. Salvador de Paço de Sousa

Conceitos base

Considerar a memória durante séculos da ordem religiosa neste espaço será a forma de induzir em proposta a essência que estruturou a materialização do mosteiro. Nesse sentido, poder-se-á encarar neste princípio a resposta ao enunciado da Carta de Cracóvia quando se lê no ponto décimo que “a intervenção conjugada deve respeitar a função original e assegurar a compatibilidade com os materiais, estruturas e valores arquitetónicos presentes” ou, ainda, no seu ponto sexto ao referir que “em muitos casos, requer uma utilização própria, compatível com os espaços existentes e o significado do imóvel”.

De facto, é nossa responsabilidade, enquanto membros de uma sociedade em constante evolução, que advém dum passado histórico, preservar as marcas ou quaisquer elementos representativos doutros tempos para que se perpetuem no futuro e os vindouros, também eles, possam interpretar as suas raízes.

Por essa razão, a preservação seja um princípio orientador para o processo interventivo neste espaço. É necessário alargar a leitura do património, até agora direcionado pouco mais do que à igreja, e contemplar a totalidade do complexo monástico para se adquirir um entendimento mais amplo, tanto espacial como cultural e simbólico do monumento. Ao seguir o conceito reconhecido da Carta de Veneza de 1964, entende-se que o enquadramento envolvente é pertença dessa identidade e memória coletiva que o mosteiro representa, tanto mais que neste caso concreto – igreja e dependências conventuais - são partes integrantes e indissociáveis.

Por outro lado, importa também atender ao risco de indução de falsas interpretações de autenticidade, quer se trate de verdadeiros vestígios históricos, quer de intervenções mais ou menos recentes. As recomendações expressas no Documento de Nara de 1994 são claras ao remeterem para o conhecimento e a compreensão do património a preservar, requisitos também a considerar.

Por isso, qualquer que seja a intervenção, ela deve ter por princípio a promoção da distinção entre o preexistente e o novo, para que se permita também testemunhar a intervenção do nosso tempo e deixar transparecer a marca que nos identifica e caracteriza, numa postura contributiva para a clareza de leitura entre as deferentes fases construtivas. Os aspetos relacionados com o património e o restauro revelam-se assim matéria de análise.

Expostos os princípios que deverão contribuir para a orientação de intervenções arquitetónicas para a reabilitação do Mosteiro de Paço de Sousa, chega a altura de definir propósitos que se entendem vinculados a uma intenção de ocupação que se compatibilize com o caráter do monumento, adequado aos constrangimentos próprios da função e imagem que este representa. A evolução espacial do conjunto monástico, desde a sua fundação até à atualidade, ao permitir compreender a organização funcional do mosteiro no seu percurso existencial, fornecerá simultaneamente indicações para a melhor abordagem na definição programática de uma nova função que o dinamize.

Atendendo à existência de uma entidade que administra o património românico e promove a sua imagem através de uma rota já estabelecida aos vários monumentos dispersos no território do vale do Sousa e alguns concelho do Tâmega, do qual o Mosteiro de S. Salvador de Paço de Sousa faz parte, será oportuno considera-la para uma possível ocupação do espaço monástico de S. Salvador de Paço de Sousa. Efetivamente os estudos e análises comprovaram compatibilidades.

É nesse sentido, Com base nos pressupostos acima apontados, que se esboça um conjunto de estratégias que poderão informar uma proposta coerente para a reabilitação do espaço monástico.

- Desenvolver um programa que contemple a sede administrativa da Rota do Românico com espaços de apoio técnico e turístico, designadamente áreas de divulgação ou exposição e instalação de um albergue que potencie a componente turística.
- Interpretar e sintetizar os instrumentos legais aplicáveis dessas valências, adequando-as a conceitos que se pretendem materializar de acordo com as realidades patrimoniais e histórica, constrangimentos do lugar ou imagem formal.
- Abordar questões urbanísticas que conjuguem harmoniosamente o objeto arquitetónico com a envolvente edificada sem prejuízo da articulação espacial e da fruição.
- Permitir fruições distintas entre os utilizadores e os residentes autóctones, considerando a abertura da igreja ao culto e a indissociabilidade própria ao conjunto monástico.
- Procurar interpretações que aclarem o sentido que o espaço teve numa perspetiva integradora de forma/conteúdo que enriqueça o seu valor evocativo e comunicativo de memória.
- Analisar soluções programáticas racionais de conjunto que respeitem a preexistência
- Por último, criar uma imagem arquitetónica assente numa linguagem contemporânea, referência deste tempo.

Proposta

Na eventualidade da ocupação do mosteiro pela Rota do Românico e de acordo com as diretrizes anteriormente definidas, apresenta-se uma proposta de programa que poderá contribuir para a organização espacial deste serviço.

O objetivo será intervir com uma proposta de integração que revitalize e prepare o edificado como polo central da rota do românico. Potenciar o lugar tirando partido da sua localização, nomeadamente do valor cultural e histórico de toda a sua envolvente e afirmar o edificado como referência arquitetónica.

Estabelecer o Mosteiro de Paço de Sousa como primeiro contacto da arquitetura românica, com a mobilização do centro administrativo da Rota do Românico para os antigos espaços monásticos, em sintonia com um centro interpretativo e um albergue de apoio aos visitantes e investigadores.

A concretização destes objetivos passa pela interpretação das regras e orientações estabelecidas a que deve obedecer a reabilitação/adaptação /transformação para novas funções em edifícios com caráter patrimonial.

O compromisso passa por determinar uma relação de preservação, articulação e coerência com o processo de revitalização do núcleo histórico existente. Para que haja uma verdadeira perceção e restituição da memória do edifício, será pertinente reinterpretar o volume da ala Poente do dormitório que se alongava para Sul e que entretanto foi demolido. Será através de uma nova abordagem assente no princípio da arquitetura contemporânea que se pretende materializar essa memória, sempre em harmonia com o edificado secular existente.

Programa

O conteúdo programático passa pela organização das valências entendidas necessárias para potenciar o projeto em curso direcionado ao património arquitetónico do românico, cuja denominação - Rota do Românico - foi constituída pela Valesousa. Pela sua natureza institucional esta entidade reivindica um espaço autónomo enquanto o albergue e restantes espaços de promoção turística que a complementam se pretendem disponíveis ao público na oferta de serviços.

Nesse sentido, concentrar num único ponto várias atividades que partilham o mesmo interesse, ainda que apropriado, obriga a setorizar para organizar. Ou seja, pretende-se delimitar zonas de ocupação com acessos e circulações autónomas para cada uma.

No decorrer do processo de formulação da proposta foram consideradas funções e usos de espaços que se compatibilizam com o edifício e poder-se-iam aplicar.

Para tal se definem quatro zonas distintas:

- **Rota do Românico** a totalidade do piso superior que delimita o claustro;
- **espaços culturais** no piso térreo do claustro a ocupar parte da ala Nascente e Sul;
- **albergaria** no novo volume a Sul;
- **áreas técnicas** e de apoio ao funcionamento da albergaria no piso -1.

Através dessa prévia organização estabelece-se um organograma que subdivide os espaços de cada zona:

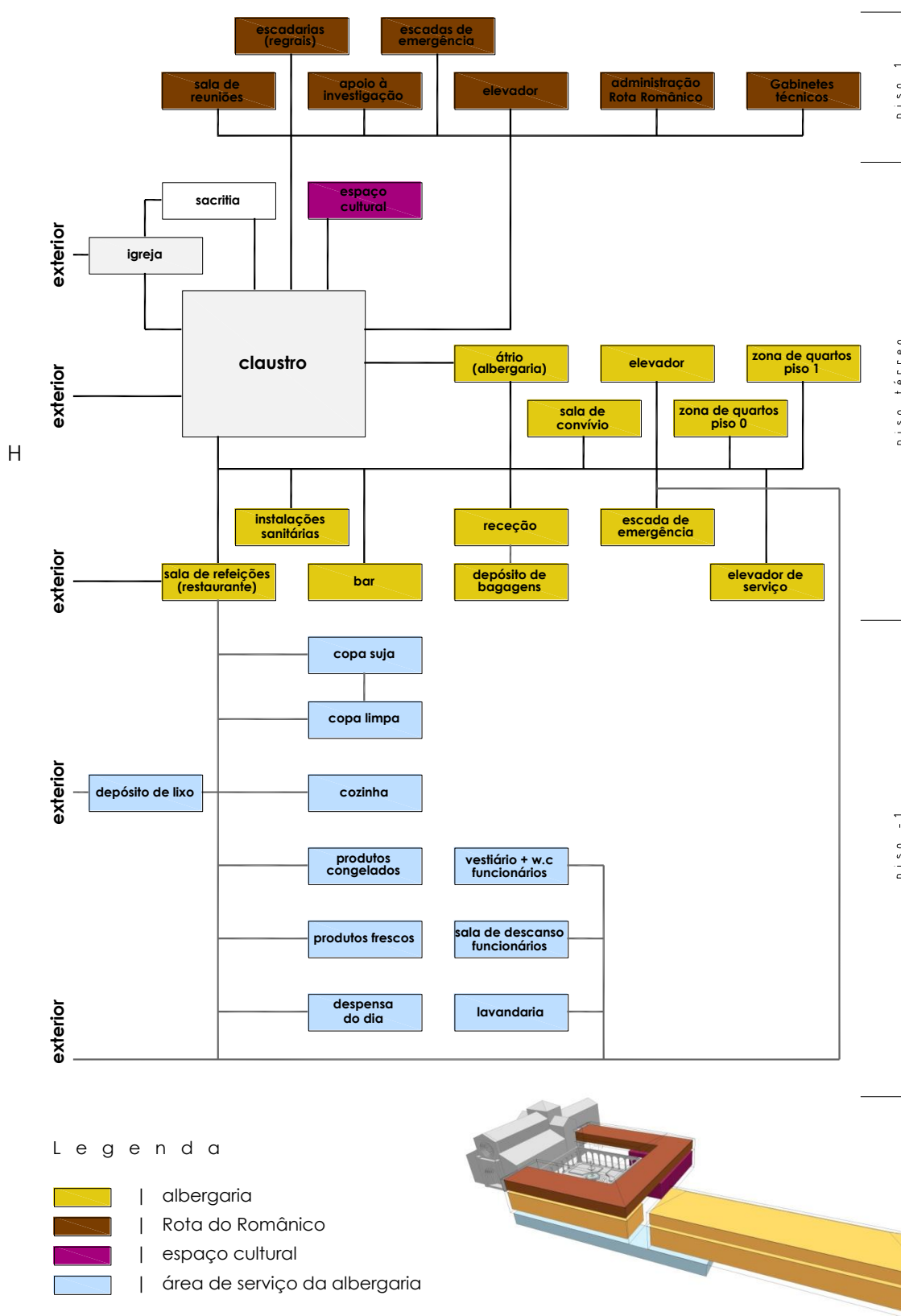


fig. 104 – Organograma da proposta de reabilitação arquitetónica | elaborado pelo autor

São considerados três pisos para suportar a totalidade das valências propostas:

O piso -1

Comporta as áreas técnicas e os espaços de serviços, nomeadamente a cozinha com as copas suja e limpa, armazéns para os produtos do dia, congelados e despensa. Prevê-se também os vestiários, sanitários e sala de descanso para os funcionários, bem como lavandaria e depósito de lixos.

Importa vincar que esta cave já existe e foi edificada nos finais da década de 80 do século XX aquando da reedificação das dependências monásticas para servirem de casa e centro paroquial. Para além da nova ala Poente foi igualmente reedificada a ala Sul.

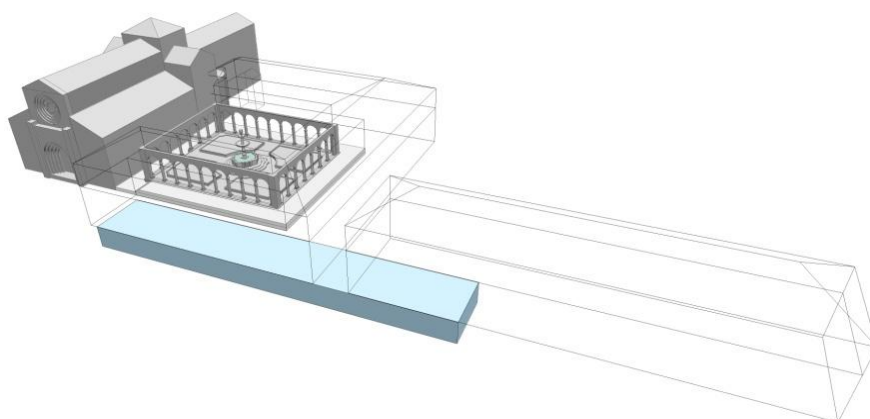


fig. 105 – Perspetiva da localização das áreas técnicas e de serviços | desenho do autor

O piso 0 (térreo)

Restaurante no extremo Norte da ala Poente seguido do bar e instalações sanitárias. O átrio/recepção localiza-se numa posição estratégica entre os serviços de restauração e o albergue. No novo corpo a Sul os quartos do albergue e zonas de lazer. Na ala Sul situa-se a entrada e os acessos verticais da Rota do Românico. Imediatamente contíguo os espaços de exposição.

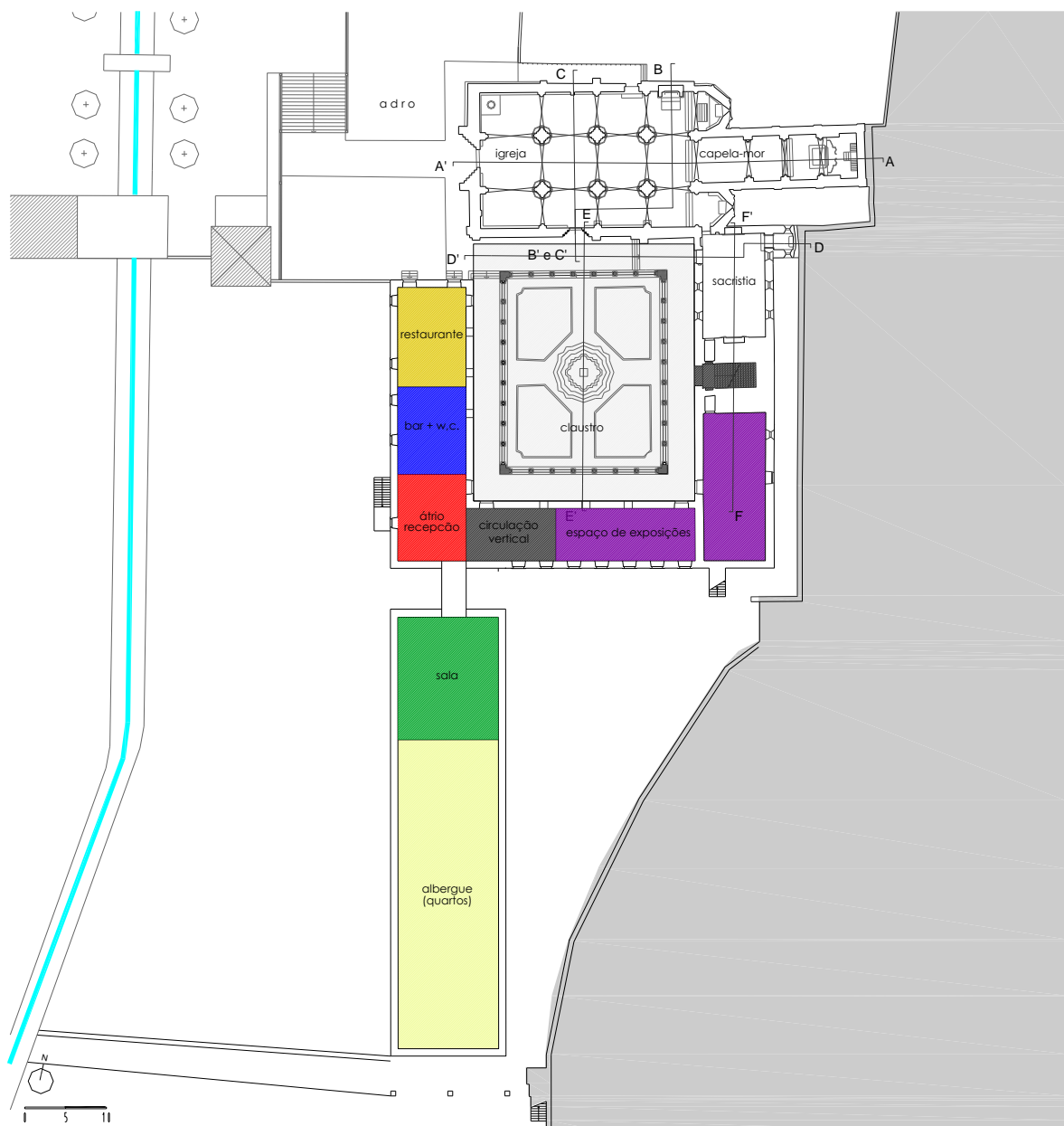
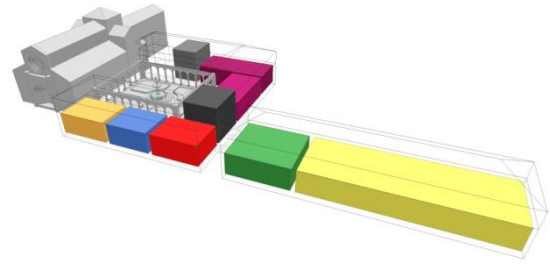


fig. 106 – Planta do piso térreo com distribuição funcional da proposta | desenho do autor

O piso 1

O piso superior é reservado à Rota do Românico com gabinetes para a administração, pessoal técnico e sala de reuniões. Contempla também áreas reservadas a pesquisas e investigações científicas abertas ao público. Nestes espaços pretende-se coexistir um arquivo com elementos informativos relacionados com o românico. Desta forma permite-se a partilha de conhecimento entre investigadores e técnicos da instituição.

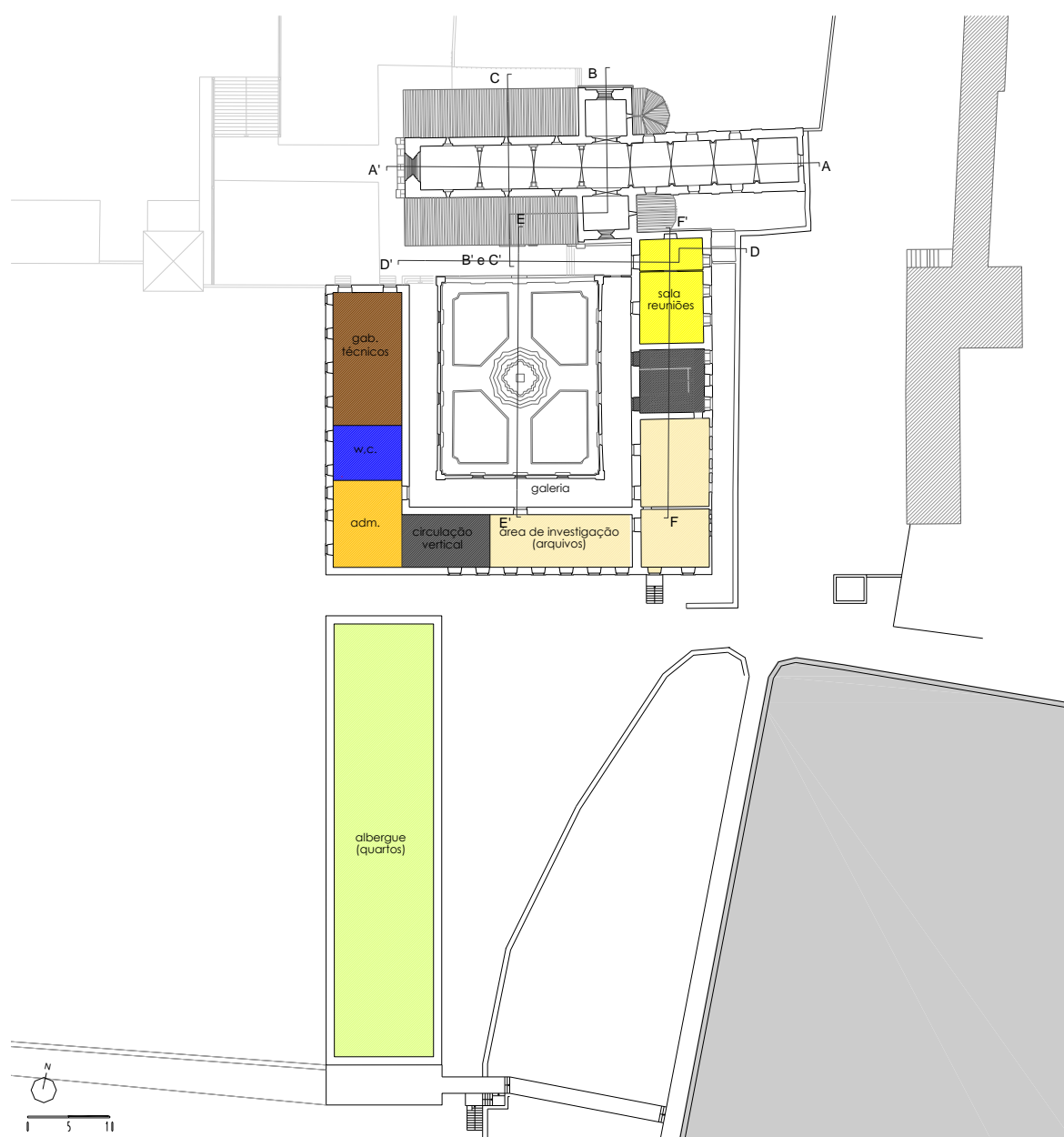
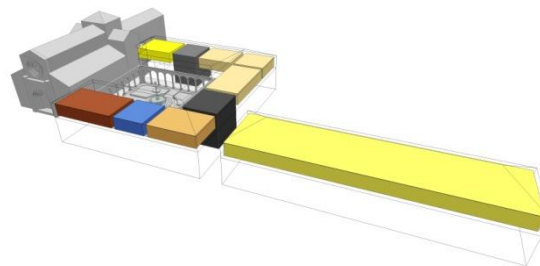


fig. 107 - Planta do piso 1 com distribuição funcional da proposta | desenho do autor

Justificação das opções

A localização da portaria e dos restantes espaços reservados à receção e hospedagem do mosteiro situavam-se no piso térreo da ala Poente e ala Sul desde a reedificação do século XVII. Aí estavam fixadas as dependências reservadas às visitas, peregrinos e outras pessoas estranhas à comunidade religiosa, supervisionadas pelo abade. Nesta proposta, os espaços ocupados pelas antigas celas dos prelados e a sala de visitas dá agora lugar à receção da albergaria e da Rota do Românico. Mantem-se, desta forma, a memória do espaço de receção ligado ao abade que efetivamente recebia as visitas e as acolhia e ramifica-se a partir deste ponto central e simbólico ligado ao representante da instituição religiosa as restantes áreas de caráter público. A posição do restaurante e do bar garantem igualmente o caráter original do espaço da portaria e salão de visitas. É Através deles que também se acolhem os visitantes.

Direcionam-se a instalação da Rota do românico para o piso superior para se manter autónoma. A organização funcional divide-se em duas áreas de utilização à semelhança da distribuição antecedente. Na ala Poente, nos antigos dormitórios dos monges, reservam-se os gabinetes dos técnicos e administrativos residentes. Parte da ala Sul e o espaço ocupado pelo suprimido hospício ficam as áreas de investigação. O caráter representativo da sala do capítulo é salvaguardado como sala de reuniões.

O albergue, numa analogia aos antigos dormitórios, assume a configuração da suprimida ala Poente, afastado das zonas de expediente e caráter público, tal como se definiam estes espaços de recolhimento.

A igreja e sacristia mantêm a sua função e caráter religioso.

Conclusão

Conclusão

A importância da história foi ao longo deste trabalho encarada como um elemento fundamental para a interpretação do edifício, tendo sempre por base o espaço físico do mosteiro. Na primeira aproximação foi-nos dado a conhecer o caráter mutável do mosteiro. Inicialmente percebe-se uma origem de caráter familiar fundada em construções existentes que se transforma de acordo com as necessidades e, posteriormente, redefine os espaços seguindo os cânones definidos pela observância que entretanto adotou.

Numa primeira fase da investigação foram traçados possíveis polígonos de implantação correspondente ao momento da fundação e dos acrescentos mais significativos até ao século XVI. Da época medieval, apesar de conjectural, foram resultado de cruzamentos de dados e respetivas análises que permitiram concluir configuração das implantações. Do mesmo modo, as posteriores construções erguidas na época medieval demolidas no decorrer da campanha de obras do século XVII, ainda que possíveis de refutação, foram desenhadas tendo como base as descrições dos promotores das obras e um conjunto de informações adicionais que permitiram comprovação. Aos poucos, o corpo do mosteiro ganhou forma com expressão gráfica, elemento de comunicação e compreensão universal.

Considera-se atingido o objetivo na elaboração de uma matriz que permite a compreensão e que fundamente uma eventual intervenção arquitetónica no edifício. Para além da elaboração desse instrumento que se disponibiliza aos técnicos e à comunidade científica como contributo para o conhecimento do edifício, o conteúdo deste trabalho serve igualmente para difundir a história do Mosteiro de S. Salvador de Paço de Sousa.

No entanto, para aclarar a verdadeira representação das dimensões e características das construções originais seria adequada uma prospeção arqueológica que permitisse descobrir elementos pertencentes a esse período. Contudo, depois da realização deste trabalho, com o conhecimento que a investigação nos permitiu apreender do edifício e do seu percurso evolutivo, acredita-se que essa possibilidade esteja condicionada às áreas do claustro e parte da ala Nascente. Importa ainda considerar que as alas Sul e Poente foram demolidas em meados do século passado para o aproveitamento da pedra na construção da Casa do Gaiato. Em particular a ala Poente depois de recentemente ter sido sujeita a reedificação que lhe acrescentou uma cave, alteração que obrigou certamente à movimentação de terras a profundidades consideráveis a que José Monteiro de Aguiar se refere. Embora não seja um dado adquirido, esta realidade naturalmente apagou qualquer vestígio.

Por fim, sabendo que não existe uma solução única para um projeto de reconversão, mas sim vastas possibilidades de resposta, a proposta que se apresenta de reabilitação, justificada no contexto do atual projeto da valorização do património arquitetónico denominado Rota do Românico, será uma entre muitas que permitirá que este readquire a dignidade que o abandonou.

Espera-se que este trabalho seja o ponto de partida para a valorização, não apenas deste, mas também de outros espaços monásticos.

Referências

Bibliografia

- AAVV. (1993). *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*, vol. 2. Lisboa: Publicações Alfa.
- AAVV. (1844). *Paço de Sousa*, IN O PANORAMA. Lisboa: Typographia da Sociedade.
- Abreu, M. (1926-1927). *Ilustração Moderna*, 1.º e 2.º ano. Porto: Imprensa "Marques Abreu , Limitada".
- Aguiar, J. M. (2012). *Obra da Rua*. Paço de Sousa: Editorial da Casa do Gaiato.
- Almeida, C. A. (1978). *Arquitectura Românica de Entre Douro e Minho*. Porto: Dissertação de Doutoramento apresentada à F.L.U.P.
- Almeida, C. A. (2001). *História da Arte em Portugal - O Românico*. Lisboa: Editorial Presença.
- Almeida, C. A. (1986). *História da Arte em Portugal. O Românico*. Lisboa: Publicações Alfa.
- Almeida, R. V. (1997). *Pousada de Santa Maria do Bouro. Recuperação e remodelação do Convento de Santa Maria do Bouro. In Portugal Arquitectura do Século XX*. Lisboa: Portugal-Frankfurt.
- Araújo, D. P. (Jul. de 2005). O pensamento de Camilo Boito. *Resenha online*, 04.043, Vitruvius .
- Benevolo, L. (2007). *Introdução à arquitectura*. Lisboa: Edições 70, Lda.
- Botelho, M. L. (2010). *A historiografia da arquitectura da época românica em Portugal (1870 - 2010)*. Porto: Tese de doutoramento apresentado à FLUP.
- Brandão, C. A. (s.d.). *Linguagem e arquitetura: o problema do conceito*. Obtido em 02 de 08 de 2012, de <http://www.arq1103.files.wordpress.com>
- Brandão, M. V. (2001). *Pousadas de Portugal: três estudos de caso: pousada de D. Diniz, Santa Marinha da Costa e Santa Maria do Bouro*. Porto: Dissertação de mestrado em história da arte apresentada à FLUP.
- Brandi, C. (2004). *Teoria da Restauração*. Trad. Beatriz Mugayar Kuhl. São Paulo: Ateliê Editorial.
- Cardoso, F. S. (2008). *Estudo da deterioração da pedra na Igreja de Paço de Sousa - Proposta de tratamento*. Porto: FEUP.
- Choay, F. (2000). *Alegoria do património*. Lisboa: Edições 70.
- Collová, R. (2001). *Santa Maria do Bouro, uma história contínua*. Lisboa: White and Blue.
- DGEMN. (Setembro de 1935). Igreja de Leça do Balio. *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, n.º 1 .

DGEMN. (Setembro de 1939). Igreja de Paço de Sousa. *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios Monumentos Nacionais*, n.º 17 .

Diário da República, 1.ª série - n.º 48. (7 de Março de 2008).

Dias, G. J. (2000). "Benedictinos". In *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (Vols. Vol. A-C). Lisboa: Circulo de Leitores S.A e Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa.

Dias, G. J. (2002). A Regra de S. Bento, Norma de Vida Monástica: sua problemática moderna e edições em Português. "rectissima norma vitae", RB. 73,13. sep. da Revista da Faculdade de Letras, História , 3.

Dias, G. J. (1993). *O mosteiro de Tibães e a reforma dos beneditinos portugueses no séc. XVI*. Porto: Centro de história da Universidade do Porto.

Fernandes, R. P. (2006). *Plano de Salvaguarda do Património Românico do concelho de Penafiel - Revalidação turística do Mosteiro de Paço de Sousa*. Penafiel.

Ferreira, J. F. (2000). *Penafiel há cem anos*, 2.ª edição. Penafiel: Editora Livrofie.

Fontes, J. L. (1998). *Lusitania Sacra*, 2.ª série.

Freire, J. C. (1953). *Dom Truitosendo Guedes*. Lisboa: Editorial Minerva.

Herculano, A. (1983). *Monumentos Pátrios (1838-1839)*, in *Opúsculos I*, Org. de Jorge Custódio e J. M. Garcia. Lisboa: Presença.

Lencastre, J. (1997). *O costumeiro de Pombeiro, uma comunidade beneditina do séc. XII*. Lisboa: Editorial Estampa.

Lopes, H. (2003). *Os mosteiros medievais como edifícios de saber. A conquista do território pela implantação de conhecimento desde o século X ao século XII - O caso português como ilustração*. Viseu: Instituto Politécnico de Viseu.

Machado, R. C. (2008). *Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa*. In *Românico do Vale do Sousa*. Edições Livro Branco.

Martins, A. M. (2006). *Espaço monástico: da Cidade de Deus à Cidade do Homem*, in *Estudos de Homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias - 1.º Vol*. Porto: FLUP.

Mattoso, J. (2002). *O monaquismo ibérico e cluny*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Mattoso, J. (1982). *Religião e cultura na Idade Média portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa do Moeda.

Meireles, F. A. (1942). *Memórias do Mosteiro de Paço de Sousa & Index dos documentos do arquivo*. Lisboa: Alfredo Pimenta.

Mendes, M. A. (1998). *Sumário de datas de Paço de Sousa*. Paço de Sousa: Colecções e Edições Gamuz.

- Miranda, A. (1940). *Fundação do Mosteiro de Paço de Sousa e Seus Padroeiros*. Porto: Comissão Provincial de Etnografia e História.
- Miranda, A. (1927). Os Túmulos de Paço de Sousa. In *Separata de folhetins de "O Penafidense"*.
- Monteiro, M. (1945). O ramânico Nacionalizado. sep. de «*Boletim da Academia Nacional de Belas Artes*», n.º 12.
- Neto, M. J. (2001). *Memória, Propaganda e Poder - O Restauro dos Monumentos Nacionais: 1929-1969*. Porto: FAUP Publicações.
- Oliveira, P. J. (2005). *A Congregação Beneditina Portuguesa no Percurso para a Extinção 1800-1834*. Braga: Palimage Editores.
- Oliveira, R. P. (Fev. de 2009). *O equilíbrio de Camilo Boito*. Obtido em 02 de Agosto de 2012, de <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/08.086/3039>>.
- Oliveira, R. P. (Fev. de 2008). *O pensamento de John Ruskin*. Obtido em 02 de Agosto de 2012, de <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/07.074/3087>>.
- Pascual, E. Z. (1981). *Reforma de los Beneditinos (1564 - 1565 (Vol. XXV)*. Braga: C. M. Braga.
- Pereira, P. (1997). "(Re)trabalhar o passado. Intervenção do património edificado". In *Portugal Arquitectura do Século XX*. Lisboa: Portugal - Frankfurt.
- Pereira, P., Abeu, M. S., Carvalho, J. A., Goulão, M. J., Macedo, F. P., Macias, S., et al. (1995). *História da Arte Portuguesa - Da Pré-História ao «Modo» Gótico*. Lisboa: Circulo de Leitores.
- Pinto, I. M. (2003/2004). *Convento Corpus Christi - O Edifício/Monumento, utilidade da história e possibilidade de intervenção*. Porto: FAUP.
- Rocha, C. A. (2008). *O Livro como obra-de-arte: Critérios teóricos para conservação de obras raras*. Rio de Janeiro / Brasil.
- Rocha, M. J. (2006-2007). O Mosteiro - cidade na Génese e Desenvolvimento Urbano: uma interpretação do espaço. *Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Património*, I Série, vol. V-VI.
- Rodrigues, I. M. (2006). *Articulação espacial do Mosteiro de S. Salvador de Paço de Sousa entre os séculos XVII e XIX, Vol II*. Porto: FLUP.
- Rodrigues, I. M. (2006). *Articulação espacial do mosteiro de S. Salvador de Paço de Sousa entre os séculos XVII e XIX, Vol. I*. Porto: FLUP.
- Rosas, L. M. (1995). *Monumentos Pátrios, a arquitectura religiosa medieval - património e restauro (1835 - 1928)*. Porto: Dissertação de doutoramento apresentada à F.L.U.P.
- Santos, A. C. (Agosto de 2005). *Viollet-le-duc e o conceito moderno de restauração*. Obtido em 02 de Agosto de 2012, de <<http://vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/04.044/3153>>.

Santos, M. J. (2004). *A terra de Penafiel na idade média. Estratégias de ocupação do território (875-1308)*. Porto: FLUP.

Silva, M. J.-R. (1995). *O Costumeiro de Pombeiro, uma comunidade beneditina do século XII*. Porto: Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à FLUP.

Sousa, D. G. (1981). "Benedictinos". In *Dicionário de História da Igreja em Portugal* (Vol. Vol. II). Lisboa: Editorial Resistência.

Sousa, J. J. (1981). *Sumário da História do Mosteiro de Paço de Sousa*. Penafiel: Separata de "Penafiel - Boletim Municipal de Cultura".

Sousa, M. J., & baptista, C. S. (2011). *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios segundo Bolonha*. Lisboa: Pactor - Edições de Ciências Sociais e Políticas Contemporâneas.

Tomas, F. L. (1654-51). *Beneditina Lusitana, Vol. II*. Coimbra: Off. Manuel de Carvalho.

Tomás, M. J. (2002). *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*. Porto: FAUP Publicações.

Vieira, M. P. *Vida e morte na comunidade beneditina do mosteiro do Salvador de Paço de Sousa (1625-1826). Um projeto de mediação patrimonial*. Porto: FLUP.

Viollet-le-Duc, E.-E. (1868). *Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XIe au XVIe siècle*. Paris: A. Morel, Éditeur.

Documentos institucionais

CMP, 2007. Plano Director Municipal do Penafiel.

(Consultado em: <http://www.cm-penafiel.pt/VSD/Penafiel/vPT/Publica/documentosonline/PDM/>)

Concelho da Europa, 1975. *Carta Europeia do Património Arquitectónico*, Estrasburgo.

(Consultado em: <http://www.igespar.pt>)

Conferência Internacional sobre Conservação, 2000. *Carta de Cracóvia 2000 Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído*, Cracóvia.

(Consultado em: <http://www.igespar.pt>)

ICOMOS, 1964. *Carta de Veneza sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e Sítios*, Veneza.

(Consultado em: <http://www.igespar.pt>)

ICOMOS, 1987. *Carta Internacional sobre a Salvaguarda das Cidades Históricas*, Washington D.C..

(Consultado em: <http://www.igespar.pt>)

ICOMOS Australia, 1999. *The Burra Charter, The Australia ICOMOS Charter for Places of Cultural Significance*,.

(Consultado em: http://australia.icomos.org/wp-content/uploads/BURRA_CHARTER.pdf)

Serviço Internacional de Museus, 1931. *Carta de Atenas sobre o Restauro dos Monumentos*, Atenas.

(Consultado em: <http://www.igespar.pt>)

UNESCO, 1972. *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural*, Paris.

(Consultado em: <http://www.igespar.pt>)

UNESCO, 1976. *Recomendação sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua função na vida contemporânea*, Nairobi.

(Consultado em: <http://www.igespar.pt>)

UNESCO, ICCROM e ICOMOS, 1994 – *Documento de Nara sobre a Autenticidade do Património Cultural*, Nara.

(Consultado em: <http://www.international.icomos.org/>)